

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Maria Cristina
Leandro Ferreira

e aprovada pela Comissão Julgadora em
19, 12, 94

919
PROFA. DRA. ENI DE LOURDES P. ORLANDI

A RESISTÊNCIA DA LÍNGUA NOS LIMITES DA SINTAXE E DO DISCURSO:

DA AMBIGÜIDADE AO EQUÍVOCO

⁶⁴⁷⁶
Maria Cristina [Leandro] Ferreira n.º 444 n.c.

OBS: Na folha a frente consta o nome
n.º 476
como Leandro Ferreira, Maria Cristina
significa qual a autoridade acadêmica.

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ENI PUCCINELLI [ORLANDI] t

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para a
obtenção do título de doutor em
Ciências.

CAMPINAS/1994

Agradecimentos

- à Eni Oriandi, pela orientação efetiva, apoio constante e convívio generoso e amigo junto ao grupo do Discurso.
- à Charlotte Galves, pela ajuda decisiva e parceria segura na área da sintaxe.
- à Freda, amiga sempre presente, que foi leitora atenta e crítica do trabalho.
- à Ute, Mônica e Maite, pelo companheirismo e amizade que tornaram mais amena e leve minha temporada campineira.
- aos colegas gaúchos, em especial Teresinha, Maria Alice e Nayr, cujo afeto e dedicação me fizeram sentir ligada pelo coração à minha terra.
- ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo afastamento concedido que me possibilitou concluir a tese.
- à Capes, pela bolsa PICD concedida no período de 1989 a 1993.

Dedico a tese a meu pai ('in memoriam') e à minha mãe, por tudo o que representou este período em nossas vidas.

RESUMO

Este trabalho trata das questões de ambigüidade e do equívoco da língua sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso. Inicialmente se propõe uma explicitação dos conceitos norteadores do tema que determinam o enfoque da análise, como a noção de resistência, o real da língua e a relação língua e história. Com o mesmo objetivo se distinguem pares conceituais, cujos mecanismos de funcionamento apresentam especificidades que convêm ressaltar - *Língua/Discurso, Lingüística/Análise do Discurso e Lingüístico/Discursivo*.

Um capítulo especial é dedicado ao conceito de ambigüidade: da sua origem ao trajeto histórico que percorreu, dos vários tratamentos que comporta às fronteiras com outras noções semanticamente afins. O objetivo é mostrar a relevância e pertinência do estudo da ambigüidade sob a ótica da opacidade e da multiplicidade.

A parte final destina-se ao confronto entre *Síntaxe e Discurso*, buscando ver na zona de tensão entre as áreas um lugar de observação compatível que possibilite investigar os fatos da língua que resistem à sistematização e que *brincam* com a língua em seus próprios limites.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - DOS FUNDAMENTOS	
Enfrentando as evidências fundadoras	
1. A noção de resistência	6
2. A noção de língua afetada pelo real	13
3. A noção de língua e história: uma parceria indissolúvel	17
Precisando os limites	
1. Uma distinção necessária	25
1.1. Língua e discurso	26
1.2. Lingüística e Análise do Discurso	33
1.3. Lingüístico e Discursivo	40
PARTE II - DA AMBIGÜIDADE	
Pondo a noção pelo avesso	
1. A ótica de Chomsky	45
2. Uma visão discursiva da trajetória do termo	50
3. O tratamento dado à ambigüidade	57
3.1. A ambigüidade como disjunção	59
3.2. A ambigüidade como problema de recepção	63
3.3. A ambigüidade como problema lingüístico	66
3.4. A ambigüidade como estratégia discursiva	69
4. As fronteiras da ambigüidade	74
4.1. Ambigüidade e Duplo Sentido	75
4.2. Ambigüidade e Vaguidade	81
4.3. Ambigüidade e Ambivalência	88
5. Ambigüidade: um ajuste de contas	94

PARTE III - DA SINTAXE E DO DISCURSO

Confrontando os limites

1. A questão do impossível como condição da língua	100
1.1. O possível (gramatical) vs. o impossível (agramatical)	107
1.2. Os sistemas de (im)possibilidade na ótica milneriana	112
2. A Sintaxe como lugar de observação do Discurso	118
2.1. A zona de tensão entre os limites	125

Entrando no jogo

1. A interface sintaxe/discurso	129
1.1. O equívoco como lugar de encontro	134
2. Os jogos com e sobre a língua	137
2.1. O chiste, o trocadilho, a charada	141
2.2. Brincando com a língua no espaço da propaganda	146

CONCLUSÃO	153
------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso, entre tantas particularidades, tem uma que me interessa sobretudo: a de se colocar como objeto-fronteira e trabalhar no limite das grandes divisões disciplinares já institucionalizadas.

Esta posição de entremeio, quase nunca confortável, pressupõe contínuos deslocamentos, cruzamentos e confrontos, trazendo para a reflexão *da/na* linguagem um caráter de *dentro/fora* inquieto, como gosta de afirmar Robin (1985).

No espaço deste trabalho também vou me ocupar com a questão das fronteiras e em mais de um nível:

- (1) as fronteiras da Análise do Discurso com os conceitos afins da área;
- (2) as fronteiras da ambigüidade com as demais noções correlatas;
- (3) as fronteiras da Sintaxe com o Discurso.

O tópico nuclear desencadeador da discussão refere-se à língua e à sua espessura material enquanto sistema significante. Por esse mesmo rumo surgem as indagações sobre o fenômeno da resistência (da própria língua, do mundo e do sujeito) e das relações que a língua estabelece com a História.

Precisamente do encontro entre Língua e História advém a possibilidade de analisar o equívoco (e a ambigüidade, seu caso limite). O equívoco irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado.

A noção de ambigüidade, com vasta tradição no terreno da linguagem, vai ser investigada em seu percurso teórico, servindo como fundamento para evidenciar um modo de ser da língua, e não apenas um acidente no reinado da univocidade entre idéias e signos. Nas brechas abertas pela ambigüidade ganha corpo e significação o primado do múltiplo, onde se dão os deslizamentos e as rupturas com e sobre os sentidos.

A proposição que amarra as diferentes partes do trabalho é a de que "a linguagem não é una". Esta organização singular não rejeita o que escapa a suas próprias regras de ordenamento: o que falta (ou o que excede) é constitutivo desta estrutura heterogênea. A perspectiva teórica de que em matéria de linguagem não se pode dizer tudo abre caminho para que se considere a existência do impossível da língua.

O impossível está inscrito na ordem própria da língua, naquilo que é considerado como o seu real. Pêcheux (1988) afirma que "o real é o impossível (...) que seja de outro modo. Não descobrimos, pois: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra" (p.29). O real da língua não se submete aos enquadramentos formais da língua lógica. Por isso se apresenta atravessado por falhas, furos e fissuras, que se evidenciam pela existência dos jogos de palavras, do absurdo, dos lapsos, enfim, das brincadeiras com a língua.

Como lugar privilegiado de observação e como dispositivo solidamente construído foi escolhida a Sintaxe, espaço de tensão entre o que está estabelecido pelas regras e o que escapa a uma sistematização.

Num poema de Adélia Prado encontrei o mote que procurava para justificar (a mim mesma) essa parceria (um tanto obsessiva e insólita) com a Sintaxe. Afinal entre a Análise do Discurso e a Sintaxe não parece haver rima teórica que garanta uma melodia harmoniosa, tão antagônicos são os percursos e tão sem passagem se mostram as duas áreas.

Não tenho a pretensão de encontrar ao longo do percurso dessa reflexão o caminho encantado que responda às minhas inquietações e justifique minhas buscas. Mas guardo o desejo (ou a ilusão) de encontrar razões que fundamentem e reforcem a opção pela via - fugidia, sombria, deslizante - escolhida para este trabalho.

Deixo com meu leitor o poema, um espaço aberto para a interpretação e a expectativa de uma cumplicidade que, oxalá, se inicie:

ANTES DO NOME

*Não me importa a palavra, esta corriqueira.
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,
os sítios escuros onde nasce o "de", o "aliás",
o "o", o "porém" e o "que", esta incompreensível
muleta que me apóia.
Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda,
foi inventada para ser calada.
Em momentos de graça, infrequentíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão.
Puro susto e terror.*

Adélia Prado. *Bagagem*.

PARTE I

DOS FUNDAMENTOS

ENFRENTANDO AS EVIDÊNCIAS FUNDADORAS

"... pela língua começa a confusão."

(J.G.Rosa. Tutaméla.)

1. A noção de resistência.

Não se pode negar a evidência da língua. Ela existe enquanto tal, tem seu corpo, sua materialidade. Isto é inegável. Mas se pode desconfiar dela e de seu efeito de aparente transparência. Mais do que isso: é preciso investigar o mecanismo do funcionamento que produz um sentido assim para a língua.

É freqüente se operar uma elisão no caráter material da língua. O sentido das palavras, dos enunciados, das proposições aparece como se já estivesse dado, cabendo ao sujeito reconhecê-lo e adequá-lo ao seu dizer. Cria-se assim a ilusão de um sentido desprovido de história e de um sujeito como origem de si próprio. Temos aí, em decorrência do "efeito de evidência da língua", o surgimento de mais duas: a **evidência do sentido** (que faz com que uma palavra queira dizer o que realmente diz) e a **evidência do sujeito** (que se mostra como tendo existência espontânea).

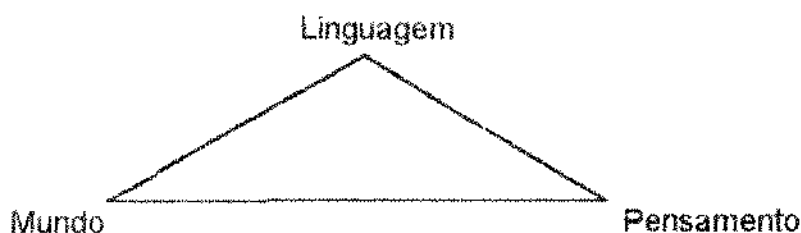
Cercados de tantas evidências, e antes que elas comecem a provocar em

nós um efeito de convencimento, é o momento de se falar em **resistência**, como modo de pôr em questão essa tendência de apagar o ideológico nas discussões envolvendo linguagem.

A entrada em cena da resistência vai abarcar diferentes ordens: a ordem da **língua**, a **do sujeito** e a do mundo. Para refletir sobre todas essas dimensões estarei me colocando na perspectiva da **ordem do discurso**.

A Análise do Discurso (que também será referida como AD) constitui um lugar privilegiado para se falar de resistência, pois ela própria (a AD) está colocada entre duas: a resistência do mundo e a do sujeito.

No intuito de examinar cada um desses eixos vou trazer para a discussão a conhecida figura do triângulo em cujos vértices estariam representados os conceitos-chave em jogo: **mundo**, **linguagem**, **pensamento**. Este triângulo corresponde, com efeito, à imagem do signo, conforme é concebido na abordagem filosófica, constando dele a **coisa**, a **palavra** e a **idéia**, maneira diversa de designar os conceitos referidos.



Para iniciar o exame, retomo a metáfora do telescópio, de Frege, bastante empregada por filósofos, lógicos e lingüistas, a qual pode auxiliar na visualização das relações existentes. Assim teremos:

a) na extremidade do aparelho, a retina do observador, que representa o lado do **pensamento** (a idéia, a mente);

b) o aparelho em si, o telescópio, remete à **linguagem** (ao sentido);

c) a estrela em observação constitui a imagem do **mundo** (o referente).

Face ao mesmo aparato, as interpretações vão se distinguir. Frege, por exemplo, entende que o **sentido** determina a **referência**, assim como Saussure que também aposta na primazia do sentido. (O signo saussuriano, a propósito, tem apenas dois pólos: significante e significado).

Existe, por sua vez, a concepção do "senso comum", segundo a qual as noções a exprimir estariam já constituídas **antes** mesmo da língua. Tal concepção é a do "realismo platônico", na qual o que importa é o **mundo**, sendo a **palavra** algo accidental, um legítimo "mal necessário". Na metáfora ocular do sonho platônico, "ver é compreender", donde a necessidade de "transparência da linguagem" para melhor poder refletir o mundo e o que há objetivamente nele.

Esta concepção, portanto, é contrária a que é adotada neste trabalho. Aqui vai se considerar a perspectiva teórica da constituição discursiva do referente que implica, certamente, uma concepção distinta de linguagem.

No realismo a linguagem aparece como um instrumento através do qual se discute a realidade, que é sempre fixa. O elemento variável é a linguagem, daí se originando a possibilidade do "erro". Talvez seja por temerem isso que alguns lingüistas sonhem com uma "linguagem do tipo telepática", livre de "imperfeições, interferências ou contaminações" (conforme costuma afirmar em tom de blague o professor K. Rajagapolan em seus cursos no IELUNICAMP).

Como contraponto à metáfora do "quanto melhor se vê, melhor se compreende", pretendo trazer a concepção de uma língua que não seja trespassada por um olhar e que bloqueie a passagem direta entre "o ver e compreender". Uma língua na qual intervenha a sistematicidade e também a historicidade, e por aí o imaginário e a opacidade. Uma língua, enfim, que não seja translúcida, mas cuja espessura e densidade façam resistência.

A noção de **resistência** indica aqui um trabalho que se situa na margem entre a dominação que se faz da linguagem e a que ela estabelece. Em suma, a tradicional polaridade que coloca a língua, ora como serva, ora como ama do pensamento.

O mesmo acontece em relação ao sujeito e à ambivalência a que está exposto - ser sujeito de/estar sujeito a. A AD vai trabalhar com a contradição entre essas duas forças: a vontade de hipertrofia e a submissão ao assujeitamento. O sujeito, produtor da língua, se constitui e a constitui no âmbito de acontecimentos histórico-sociais. Este sujeito não é totalmente livre, dado o próprio modo de sua constituição, nem é totalmente determinado por mecanismos exteriores. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como é determinado, ele também a afeta e modifica em sua prática discursiva.

Por sua vez a resistência do mundo tem a ver com a relação tensa e crítica que a AD estabelece com a História, com a Sociedade e com as relações de poder que caracterizam a aproximação constitutiva com a exterioridade.

Para a AD vai importar a linguagem, não como mero instrumental, mas como mediação, trabalho simbólico. Na relação mundo - linguagem entra como condição essencial a ideologia. Afinal, é preciso ter presente que "não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem; são ordens diferentes, a do mundo e a da linguagem, incompatíveis em suas naturezas próprias" (Orlandi, 1993b:6).

A língua, enquanto aparato formal, enquanto sistema instável e heterogêneo, apresenta-se como não-fechada, havendo, pois, um espaço que escapa à gramatização. Por "gramatização", S. Aurox (1992:65) entende "o processo que conduz a **descrever** e a **instrumentar** uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário".

Os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É neste espaço que se localizam os "furos" e as "faltas" que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar enfim da **Incompletude** da linguagem, onde tudo e tanto acontece...

Para a AD, a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são **lugar de resistência**, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido). Como forma de acesso aos fatos que corporifiquem esses fenômenos, considero pertinente a escolha do **equívoco** (e da ambigüidade, como

seu caso limite). Por intermédio desses fatos lingüísticos estruturais implicados pela ordem do simbólico, teremos uma condição privilegiada de investigar um funcionamento particularmente desvelador e revelador dos sentidos de certos enunciados. É precisamente **nos** sentidos e **sobre** eles que quero agora me deter um pouco.

Com relação aos **sentidos** e ao modo como a AD os percebe em sua constituição e peregrinação constante, é oportuno reavivar um dito de Pêcheux (1975), contido em "Vérités de la Palice", que funciona como um norte à pesquisa na área: "o sentido não existe **em si mesmo**, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas" (p.160).

Isto, entre outras consequências, atrela irremediavelmente a questão do sentido à sua interpretação, a qual terá também a mesma natureza lingüístico-histórica e um caráter de injunção.

Em artigo que trata da "Autoria e interpretação", Orlandi (1993c) aborda esse problema basilar para a AD: a imperiosa necessidade que tem o sujeito de interpretar, de atribuir sentido às coisas, e os efeitos ideológicos que ocorrem no ato mesmo da interpretação. Diz ela:

Quando o sujeito fala (...), ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade o constitui como tal. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido lá. (p.3)

Cria-se assim a ilusão de um sentido que nasce ali com a palavra, um sentido que não tem história. Mas como lembra a autora, "esse é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer possível" (p.9).

Do mesmo modo, o apagamento do sujeito não deve ser encarado como algo negativo, pois é por essa determinação fundante, indispensável, que ele passa a existir como tal para a AD.

2. A noção de língua afetada pelo real.

Na seção anterior, vimos algumas idéias dos que sonham para a língua um ideal de transparência e de como esse fenômeno de depuração da língua entra em rota de colisão com os problemas de ambigüidade que elegemos como questão de análise. Na ótica "purificadora", é preciso apagar os pontos inatingíveis, as zonas de indeterminação, em que há obscuridade e o olhar se perde.

Courtine (1984) chama a essas manifestações de "o fantasma da língua pura", aparelho de poder perfeito que se curva ao desejo do senhor e que é recorrente na história de nossas idéias. Como exemplo, entre outros, a tradição gramatical, as línguas inventadas nas utopias e certas línguas filosóficas do século 18. (cf. SCHLIEBEN-LANGE, B. (1993)- "a indeterminação como mal da linguagem ordinária").

Uma outra perspectiva bem distinta é aceitar o axioma de que, em matéria de linguagem, **não se pode dizer tudo**. Lacan formulou-o a seu modo na expressão "o dizer é da ordem do não-todo". Este "não-todo", suportado pela

língua, vem a constituir o seu "real", noção que também costuma ser revestida de ideologias e de fantasmas. O termo **real da língua**, vindo da psicanálise e desenvolvido na lingüística, sobretudo por Milner, é tratado em francês como "lalangue", o que em português corresponderia a "alíngua". Apesar do achado terminológico um tanto insólito, o certo é que a distinção conceitual é pertinente e, mais do que isso, bastante produtiva, merecendo ser considerada.

Em "O Amor da língua", Milner (1978) define o conceito como uma série de pontos do impossível, marcada pelo não-todo. O acesso a ele se dá por via negativa: o fato de que o impossível dá lugar a uma proibição explícita prova que existe ao menos um lugar de onde se fala do que não se pode falar. Este lugar é a **alíngua**, ou o **real da língua**, o **inconsciente**.

O real, que é da ordem da língua, se opõe à realidade, que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um "impossível", inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer "as palavras faltam", o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência, imperfeição.

A existência desse lugar singular - que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura - é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção vai nos permitir perceber **no equívoco** e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio.

É sempre bom lembrar que na AD conceitos como **simbólico**, **imaginário** e o próprio **real** têm a ver com a ideologia, e não diretamente com a psicanálise e o inconsciente. Sendo assim, integram a perspectiva materialista que faz a AD trabalhar com a materialidade histórica dos fatos lingüísticos, ainda que os

remetendo ao debate sobre "o real da língua".

O **estatuto da equívocidade**, que é "constitutivo da língua como efeito do funcionamento da linguagem", não é resultado de "um jogo metafórico específico". Quem afirma é Nina V. Leite (1993), em sua tese sobre o real da língua na teorização sobre o discurso. Ela lembra que para Pêcheux não se trata apenas de admitir que na língua há o equívoco, mas de operar com um conceito de língua que reconheça nos fatos do equívoco o real que lhe é próprio (ibidem: 278).

Eu diria então que é crucial ressaltar que a **língua é voltada ao equívoco**. Como diz Pêcheux (1988:53), todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido. É nesse espaço, que é o da AD, que pretendo trabalhar.

Uma língua assim concebida necessita de procedimentos capazes de abordar explicitamente os fatos envolvidos na ordem do simbólico. A opacidade provocada pelo encadeamento sintático ou pelo próprio enunciado vai requerer formas de investigação compatíveis com a materialidade em questão, que não é empírica, mas histórica.

A reconstituição do não-dito, bem como da plurivocidade de certos dizeres não será nunca única, uniforme, definitiva. Os sentidos ambíguos, a apreensão de equívocos na fala não podem ser imputados a problemas episódicos de interpretação, mas sim a condições estruturantes da própria língua. Afinal, não é demais lembrar que "se o dizer não fosse múltiplo, não haveria necessidade do dizer" (Orlandi, 1987: 137).

Existe uma contradição na língua no próprio modo como ela está ligada à história e aos sujeitos falantes. Tal contradição não se coloca, entretanto, como algo a ser "resolvido", mas como algo que deve funcionar como a base material na qual se construirão os processos lingüístico-discursivos. Da mesma forma, as dissonâncias entre a língua e o real da língua precisam ser tornadas visíveis, trabalhadas. E não, postas à margem, como se a língua fosse "um ritual sem falhas, enfraquecimentos e brechas..." (Pêcheux, 1982a).

3. A noção de língua e história: uma parceria indissolúvel.

A História está na Língua. Esta é uma inscrição incontornável, como alguns já disseram. Não se pode ficar alheio a tal assertiva, sob pena de nos afastarmos do que toca mais de perto os domínios do discurso.

O espaço da AD é um espaço incerto, duramente marcado pelas desventuras do campo político-histórico, no qual a língua e a história se encontram mutuamente ligadas. A AD, como afirma Pêcheux (1981a: 8), está presa entre **o real da língua e o real da história**; não podendo ceder nem de um lado nem de outro, pois corre o risco de cair "na pior das complacências narcísicas".

A denegação da história que se percebe, por exemplo, na tendência formalista-logicista encobre as condições em que se realiza a prática lingüística do sujeito falante, o que reforça o imaginário de um sujeito com pleno controle sobre sua língua.

A língua não é escrava, tampouco o sujeito é senhor. É sempre bom relativizar tais premissas, tornando-as compatíveis com o modelo teórico

escolhido. Em AD qualquer uma dessas frases feitas não têm ressonância, não repercute. A linha de pesquisa de cada um desses conceitos é outra. Eles são postulados fundantes em AD, sendo associados sempre - língua e sujeito - à interface da história (Caso contrário poderíamos estar entrando na Pragmática).

Com efeito, **língua e história** constituem dois caminhos para um trabalho em AD. Posso tanto partir da evidência de uma materialidade, que é própria da língua, como partir do acontecimento, que é próprio da história. Onde esses caminhos vão se encontrar e como se dará a união ainda são questões em aberto na área. Mas já há indícios suficientemente seguros que apontam algumas pistas. Pretendo ter encontrado uma delas através da noção de **equivoco**.

No quadro teórico da AD, a concepção de língua trabalhada aceita transgressões, é capaz de contradições, de deslocamentos, escapa a uma estruturação lógico-matemática categórica. Os espaços discursivos por ela percorridos são aqueles não-estabilizados logicamente, nos quais se podem perceber pontos de deriva possíveis dos enunciados. Tais pontos constituem modos de resistência da própria língua e vão ter a historicidade de seus sentidos apreendida através de gestos de interpretação.

O **equivoco**, seguramente, está entre esses fatos da língua e leva sobre os outros algumas vantagens adicionais, entre elas, o de ser um caso-limite na ordem significante da língua, por estar na fronteira entre ela e o seu real. Por meio do equivoco vai se chegar a um ponto de união entre os dois caminhos referidos para um trabalho em AD. Vai ser por aí que a **língua** (ou melhor, a **alíngua** e o impossível contido nela) encontrará a **história** (a contradição). E assim confirma-se o dito de que a AD está irremediavelmente presa entre o real da língua e o real

da história.

É isso também que leva Orlandi (1993c: 5) a reiterar que para a língua fazer sentido é preciso a história intervir. "E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante".

A parceria **língua e história**, no espaço conflagrado da AD, reflete bem a conjuntura teórica dos anos 70 em que a disciplina se desenvolvia. De um lado a lingüística, elegendo a língua como objeto de suas investigações científicas (o **estruturalismo** em marcha); de outro, o marxismo visto por Althusser, pensando a história nos termos do **materialismo histórico**.

Tanto a noção de língua quanto a de história asseguram uma especificidade própria no modo como a AD as entende:

(i) a **língua** é concebida enquanto corporalidade, enquanto materialidade, que é de natureza lingüística e histórica simultaneamente (donde a pertinência em se falar de **formas materiais**);

(ii) a **História** tem relação direta com o sentido e nada a ver com evolução ou cronologia. Como diz P.Henry (1984), não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não reclame interpretação. É precisamente nisto que consiste a história, nesse fazer sentido mesmo.

Em seu artigo "L'etrange miroir de l'AD", Pêcheux (1981a) adverte para o risco que correm certos analistas de serem os últimos a se dar conta da conjunção entre "a cegueira quanto à história" e "a surdez quanto à língua". Tal risco concerne, ao mesmo tempo, aos objetos e às práticas desses analistas,

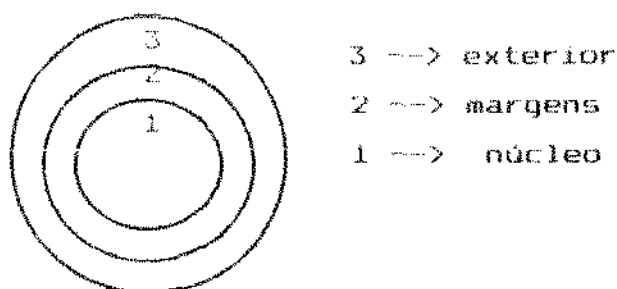
segundo Pêcheux.

A questão que retorna é a mesma já anunciada um pouco antes: como reunir essas duas vias, integrando-as mutuamente na análise e evitando que a abordagem discursiva seja "cega" e "surda" aos fenômenos à volta que lhe são constitutivos? Não seria tempo de começar a "quebrar os espelhos", como insinua Pêcheux ?

Gadet (1978), em artigo intitulado "La double faille" (que se refere à falha do "inconsciente" e da "história"), trata precisamente dos dois pontos de partida representados pela língua e pela história. Colocando-se numa perspectiva discursivista, ela inicia por criticar algumas concepções teóricas em jogo.

Com relação à **língua**, Gadet vai divergir tanto da linha da sintaxe chomskiana, quanto da linha adotada por certa análise do discurso.

Tomando por referência a gramática gerativa, a autora condena a representação da língua pela superposição de círculos concêntricos. O diagrama abaixo mostra como se daria isso:



1. Haveria um **núcleo duro central**, comportando os fatos tratados na sintaxe e tidos como relevantes, essenciais, merecedores, portanto, de figurarem nesse lugar nobre.

2. O círculo seguinte abrangeria as **margens** ou **bordas** das quais se evita falar, por conterem "os fatos com problemas", aqueles que resistem à descrição sintática.

3. Por fim estaria o **exterior**, lugar normalmente atribuído ao discurso, aos fatos que mais se distanciam do que seria "próprio da língua".

A concepção de língua assim representada projeta um entendimento da sintaxe como um sistema dedutivo, fechado em si mesmo e avesso a tudo que exceda seus limites. Desse modo, tudo aquilo que não interessa à teoria investigar ficaria de fora, como se não existisse.

A crítica de Gadet me parece imprópria, talvez porque apoiada em um modelo de gramática defasado na perspectiva atual. A sucessiva revisão dos modelos da sintaxe chomskiana e da própria epistemologia vigente, assim como a atitude frente aos dados que constituem seu *corpus*, deixam entrever uma divisão já não tão definitiva e estanque entre os diferentes níveis.

Com relação à crítica de Gadet à concepção de língua de certos analistas de discurso, parece oportuna e pertinente. Ela se refere àqueles que vêem o discurso como um prolongamento da sintaxe ("son au-delà"). A ótica do discurso nesse caso estaria ligada à extensão, e não à desterritorialização. Língua e discurso formariam assim mais um par opositivo, a exemplo da dicotomia saussuriana língua e fala.

No quadro teórico da AD concebida por Pêcheux, não se pode considerar a relação **língua e discurso** como oposição, mas sim, contradição; tampouco se pode separar **social e histórico**, fazendo-os corresponder à **língua e fala**. Ambos encontram-se reunidos de forma imanente num só lugar: **o discurso**.

A observação de Gadet é importante quando destaca que não se pode analisar a sistematicidade lingüística como um "continuum de níveis", posto que em tais circunstâncias se estaria confundindo língua e discurso, tratando este último como "um nível a mais", e não como "mudança de terreno teórica", que é efetivamente o que o distingue. Retomando o diagrama apresentado, diria que não se pode atribuir o discurso à exterioridade, uma vez que esta é uma parte integrante do que "está dentro", e não, um mero apêndice. Na AD, portanto, a exterioridade é constitutiva; não havendo esta separação entre interioridade e exterioridade.

A proposta de Gadet, a partir da crítica formulada à concepção de língua da sintaxe gerativa e na prática de certos analistas de discurso, consiste em incluir ao **núcleo** da sintaxe as contradições que ela própria aciona. Assim os fatos com problemas à descrição seriam deslocados das margens e passariam a integrar o que é próprio da sintaxe. Esta alternativa, sem dúvida, representa uma boa maneira de admitir que **o equívoco é constitutivo da língua**, fazendo parte portanto do seu "real".

Fica, contudo, o questionamento se uma sintaxe assim poderosa, que abarque todas as dimensões que a língua projeta, não corre o risco de estar construindo um "fantasma", o fantasma da língua total.

A reflexão sobre a inscrição incontornável da historicidade na língua nos leva inapelavelmente a algumas posições de princípio que servem como balizas em nossa adesão a determinado domínio teórico. Uma delas é a de que não se pode questionar a língua, aprisionado dentro de certezas absolutas e soluções definitivas. Tampouco se pode pretender "resolver" contradições ou tentar evitá-las. A função do analista, o seu compromisso enquanto pesquisador, é justamente pôr luz sobre os fatos resistentes, tornando visível o seu mecanismo de produção. É enfim construir, como diz Pêcheux (1984), procedimentos que exponham a opacidade do texto ao olhar do leitor.

Com referência ao objeto residual da pesquisa lingüística, aquilo que é considerado como o que é próprio da língua, Pêcheux (1988: 51) esclarece que está atravessado por uma divisão discursiva em dois universos:

(1) o das significações logicamente estabilizadas (o espaço da "seriedade do sentido") e

(2) o das transformações de sentido (o espaço aberto e instável do "não-sentido").

Pode-se perceber nessa dualidade a tendência de uma corrente que busca construir, sob as bênçãos dos lingüistas, uma "língua ideal", onde se possa regular tanto a produção quanto a interpretação dos enunciados. Os casos de ambigüidade, os equívocos da língua são tratados como perturbações ao sistema, devendo ser enquadrados com rigor.

Em outra direção segue a tendência que rejeita uma "visão higienista da língua" e que entende os deslocamentos de sentido como pontos de deriva

possíveis dos enunciados. Aqui os fatos "problemáticos" são os que chegam mais perto da língua, funcionando como modos de resistência que passam a significar na sua inter-relação com a história.

A AD está afinada com esta última corrente. Por isso se situa nesse espaço de tensão, onde vai procurar apreender a historicidade do sentido por meio de gestos de interpretação. Serão os fatos indesejáveis, aqueles que precisam ser explicados que vão fornecer sinais de deslizamentos que fazem parte da língua e de sua estruturação.

Pêcheux (1982b) chega mesmo a afirmar que é por meio deles que "a questão do sentido surge do interior da sintaxe".

PRECISANDO OS LIMITES

1. Uma distinção necessária.

Os contornos que cercam a AD são fluidos, tênues e oscilam muitas vezes. Mas nem por isso são *indistintos*. Este é um risco que a disciplina enfrenta por se apresentar como um lugar de tensão em suas relações com as demais formas de conhecimento, especialmente das ciências humanas.

Muitas das críticas feitas à AD não se prendem a questões estritamente teóricas, mas se devem a razões outras, de natureza política, institucional, ou até mesmo pessoal. Contra essas tudo que se disser dificilmente afetará algumas convicções mais arraigadas. A disciplina continuará sempre perturbando, desacomodando. O que se pode fazer é o que já vem sendo feito, há bastante tempo, de forma regular e consistente: uma produção contínua da área com trabalhos que apesar de diversificados asseguram a coerência dos postulados teóricos e dão mostras de vigor intelectual e reconhecimento acadêmico.

Há também críticas que repetem certos bordões, por desconhecimento ou informações insuficientes e/ou equivocadas. Por isso o analista de discurso tem um compromisso de explicitar em seus trabalhos que contornos fluidos, tênues e oscilantes não se confundem com limites indistintos, vagos e imprecisos.

É o que pretendo fazer agora, estabelecendo uma distinção necessária entre três pares conceituais que são básicos e decisivos para que se compreendam os mecanismos de funcionamento da AD e de suas relações de "vizinhança". Por sua relevância é fundamental que se evite tomar um pelo outro, daí o cuidado em distinguir suas especificidades. Refiro-me aos pares *Língua/Discurso*, *Linguística/Análise do Discurso* e *Linguístico/Discursivo*.

1.1 Língua e Discurso.

A noção de **língua** tem seu peso na definição da especificidade da AD, pois constitui a condição de possibilidade do discurso. Em Pécheux a paixão pela língua será um tema constante de reflexão que se manifesta no interesse pelo registro de diálogos, piadas, jogos de palavras; brincadeiras, enfim, com e sobre a língua que oferecem à AD um objeto muito especial.

Milner (1983:43) descreve a língua como uma "estrutura heteróclita" que tende, no entanto, para a regularidade. Em sua materialidade, naquilo que se poderia chamar "o próprio da língua", o que está mais perto do simbólico, ela não se vincula nem a uma ordem lógica, nem a uma ordem social. Enquanto sistema, a língua só conhece sua "ordem própria", como afirma Saussure em seu "Curso". Isto permitirá o estudo da língua de modo interno, sem princípio de explicação exterior a ela.

Existem alguns ponto na língua que vêm, contudo, afetar a regularidade do sistema naquilo que se tem como núcleo. São pontos do impossível, falhas e rupturas que entram em contradição com os princípios de consistência e completude e que precisam ser formalizados. É isso que leva Gadet (1981), em *Tricher la langue*, a referir-se à língua como "espaço de regras atravessado por falhas" e a propor entender a regra como se comportasse no seu princípio mesmo "um espaço de jogo".

O que acontece é que o lingüista não vai estudar o **todo** da língua. Ele vai traçar o objeto da lingüística por exclusão; o que fica de fora é do encargo de outros pesquisadores que não ele. Quando Saussure declara que "é o ponto de vista que cria o objeto", ele já admite o direito à existência de outros pontos de vista sobre a linguagem que não os lingüísticos. O ponto de vista discursivo é um deles. Ainda que não prescindia do lingüístico, ele vai além em sua abordagem, operando um deslocamento teórico na reflexão.

R. Robin (1985), ao tratar do "eterno mal-entendido da AD", entre a Lingüística e as Ciências Humanas, assinala uma contribuição da Lingüística formal ("tão combatida nesses últimos tempos") na descompactação dos níveis (fonológico, sintático...), pensando a língua em termos de uma estrutura não-estabilizada. Por esse caminho avançam as noções de "falha", "heterogêneo", "borda" e "impossível", pontos

onde o discursivo e o lingüístico são tecidos um dentro do outro. A língua é, de fato, um sistema representável e formalizável, ainda que heterogêneo. O não-fechamento e o equívoco não podem ser confundidos "com as censuras e as proibições da ordem política". Diz ela (ibid.:125):

Longe de pensar uma língua perfeita, totalmente formalizável dentro de modelos matemáticos, a lingüística, ao contrário, mantendo a exigência do formal, mostrou as falhas, os limites, o excesso que trabalham em permanente a língua.

Nesta direção, a língua tem sua materialidade própria reafirmada, bem como sua característica de sistema instável, que abriga igualmente em sua estrutura os "furos" do real, pois existe um impossível a dizer e a formalizar.

Gadet (1987), no livro *Saussure: une science de la langue*, destaca com argúcia alguns tópicos relativos à língua e sua definição na concepção saussuriana. Um deles é a dissonância de Saussure em relação à lingüística da época, no tocante à primazia que ele dá à lingüística interna, enquanto a maioria se preocupava com a externa. Ao estabelecer a definição de língua, Saussure opera com certo número de filtros, sendo que o primeiro deles consiste em distinguir elementos internos e externos.

Como já se afirmou aqui, Saussure não pretendia atribuir unicamente ao lingüista a visada definitiva sobre a linguagem. Por essa razão, quando ele declara que "a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada nela e por ela mesma", não se deve compreender isso como um atestado de exclusividade, e sim como uma tomada de posição epistemológica.

Gadet lembra que ao definir a língua na série de oposições que ela mantém com a fala, Saussure deixa perceber uma certa heterogeneidade na célebre dicotomia.

De uma parte, a língua é uma instituição social. Por exemplo: *É por sua vez um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias* (p.25).

De outra parte, a língua é um sistema de signos, por exemplo: *A língua é um todo em si e um princípio de classificação* (p.25), *ou um sistema que só conhece sua ordem própria* (p.43).

Gadet se pergunta acerca das relações que estabelecem essas duas redes de definição (sociológica e semiológica), já que o texto do "Curso" não explicita esse ponto. Considerando o plano do que tais redes permitem no trabalho lingüístico, elas são "efetivamente contraditórias". Gadet mesma esclarece: *Com o sociológico, Saussure se situa sobre um terreno que ele partilha com grande parte dos lingüistas de sua época, enquanto que com o semiológico avança uma proposição original, verdadeiro ato de nascimento da lingüística moderna. O semiológico permite a emergência do estudo abstrato da língua...*(ibid.:78).

Entre a *parole*, acessível apenas à observação, e a *langue*, objeto da reflexão lingüística, há a espessura do funcionamento do mecanismo, assegurada por duas esferas: a sintagmática (ordem da linearidade) e a associativa (ordem do sistema). O conceito de *funcionamento* (no sentido saussuriano) por oposição à *função* é decisivo na descrição da materialidade específica da língua. E esta contribuição de Saussure tanto Gadet quanto Pêcheux fazem questão de reconhecer. Precisamente esta passagem da função para o funcionamento feita pela lingüística é que Pêcheux

pretende ver estendida à AD. Tanto assim que a caracterização desta materialidade constitui um problema da lingüística e também da AD.

Saussure ao opor *língua e fala* também dicotomiza o *social* e o *histórico*. Assim é que a língua, enquanto "fato social", nada tem a ver com a historicidade e com o sujeito. Já a fala, enquanto "ato individual", acessório, ocasional, nada tem de social.

Na perspectiva teórica da AD, isto se dá diferente. O *social* e o *histórico* são indissolúveis, não se separam, antes, encontram-se reunidos *no discurso*. Não há filtros separando elementos internos e externos, tampouco há uma correlação entre eles que faça corresponder, por exemplo, o lingüístico (interno) ao social e histórico (externos). A exterioridade do discurso, como se disse há pouco, não está fora, nem separada do que está dentro; daí ser chamada de constitutiva.

O conceito de discurso (como diz Orlandi, 1986:111) entra para romper com o corte saussuriano e para operar um sensível deslocamento na relação de oposição estabelecida pela lingüística.

Língua e Discurso, então, não se opõem; e sim, encontram-se em contradição. Por isso mesmo é que a língua na AD tem *autonomia relativa*, o que submete o sistema a leis internas, objeto da lingüística. Sobre essa base (que Pêcheux chama de *lugar material*) é que vão se realizar os *processos discursivos* (produção de efeitos de sentido).

A AD, portanto, como ponto de vista diferente sobre a linguagem, recorta seu objeto teórico distinguindo-se da lingüística imanente e de seu objeto precipuo (a língua em si e por si mesma). Para o analista de discurso a língua *não é objeto*, mas

pressuposto para analisar a materialidade do discurso. E, por aí, redefine-se a noção de língua, descentrando-a e remetendo-a a outra ordem: *a ordem do discurso*.

Assim como o lingüista tem acesso à língua pela fala, o analista de discurso tem acesso à ordem do discurso através da organização da língua.

Este novo par que surge agora relacionado à distinção língua/discurso promete ser produtivo e auxiliar na tarefa de precisar os limites e definir as especificidades. Orlandi (1993c), em nota contida no artigo "Autoria e Interpretação", propõe e explicita a distinção **ordem** (do *discurso*) - plano do simbólico - e **organização** (da *língua*) - plano do imaginário.

Orlandi reconhece que tanto o discurso, quanto a língua tem sua "ordem própria" e esta ordem se manifesta e se mostra na organização. Um sintaticista, por exemplo, se deteria a explicar os modos de *organização da linguagem*; um analista de discurso veria na sintaxe "um modo de acesso à *ordem da língua*". E é "só nesse sentido", diz Orlandi (ibid.:16), "que a sintaxe pode interessar...".

Falamos que o novo par é produtivo e uma prova disso está na relação que ele permite fazer com dois novos termos fundamentais no quadro teórico da AD: o *social* e o *histórico*. Quem estabelece as ligações agora é Carolina Rodríguez (1993), em texto apresentado no Seminário Avançado, coordenado por Eni Orlandi, no IEL/Unicamp. A argumentação, em resumo, é a seguinte:

Assim como a organização da língua está determinada pela ordem do discurso, a *organização social* (classes, divisões...) estaria determinada pela *ordem da história*

(ideologia, discurso...). Em outras palavras: a materialidade do discurso (concreta) é a língua e a materialidade da história é o social.

Como resultado da aproximação dos dois pares - Língua/Discurso e Organização/Ordem - chegamos a uma definição abrangente de discurso, como formula Rodríguez (ibid.:5):

*...o discurso é um objeto **histórico (ideológico)** que se produz/elabora **socialmente** em/através de sua materialidade específica, que é **a língua**.*

A proposta de distinção da Língua e Discurso, tal como se justificou no início da seção, ganhou corpo e expressão não previstos. O que comprova, de certo modo, a consistência e densidade desses termos; ou melhor, sua opacidade.

Quanto à noção de **língua**, é indispensável ser redefinida a cada abordagem teórica distinta em que necessariamente é convocada a participar (como no caso da AD). Este retorno incessante é sintoma de uma questão que incomoda e de cuja resolução não estamos isentos. Lembremos, a propósito, uma declaração atribuída a Lênin e bastante sugestiva em seu conteúdo metafórico: "a língua sempre vai onde o dente dói". (sendo que "este dente" volta e meia causa dor a muita gente...)

Quanto ao **discurso**, noção nuclear na AD, tem ramificações decisivas, como já se viu, na sociedade e na história, servindo de lugar para enfrentamentos teóricos decisivos. Além de materializar o contato entre ideologia e inconsciente, o discurso "*devolve à linguagem sua espessura material e ao sujeito sua contradição...*" (Orlandi, 1993b:11).

1.2. Lingüística e Análise do Discurso.

Evidentemente muito do que se disse sobre língua e discurso na seção anterior recobre o que se teria a apresentar sobre Lingüística e AD, a partir de agora. Vou tentar, portanto, aduzir mais alguns elementos acerca dos dois termos para conseguir caracterizá-los e distingui-los em sua especificidade.

A **lingüística** tem relações bastante próximas com a AD. Nos anos 60, época de surgimento da AD da escola francesa, duas correntes lingüísticas se destacavam na Europa e nos Estados Unidos, em graus de intensidade bastante diversos. Enquanto na França, o estruturalismo dominava a conjuntura, nos Estados Unidos, a gramática gerativa transformacional (GGT), desenvolvida em torno dos trabalhos de Chomsky e seus discípulos, ganhava relevo e conquistava prestígio acadêmico crescente.

Segundo Marandin (1993), a AD desenvolveu-se na França em oposição justamente a esses dois quadros teóricos: o estruturalismo e a gramática gerativa. Devido a uma relação mais privilegiada com o primeiro, a AD adota, nos seus primórdios, o distribucionalismo harrisiano como teoria gramatical, o que vai lhe permitir operar na superfície discursiva. Ataca o segundo, enquanto modelo vertical de linguagem que articula teoria do espírito, competência e performance. "É nessa

relação com o modelo vertical da GGT que se formam as interrogações sobre a sintaxe na AD, tanto no plano de suas construções teóricas quanto de seus dispositivos descritivos" (Marandin, 1993:1).

Do ponto de vista político, a AD nasce na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora. Concebida como um **dispositivo** que coloca em relação a língua e a história, apóia-se em uma teoria materialista da linguagem que combate o formalismo lingüístico então vigente, visto como "uma nova facção de tipo burguês" (nas palavras de S. Aurox). Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a lingüística.

No quadro epistemológico da AD estão articuladas "três regiões do conhecimento científico", conforme Pêcheux e Fuchs (1975):

(1) o *materialismo histórico*, como teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia;

(2) a *lingüística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;

(3) a *teoria do discurso*, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Todas as três "atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)" (p.164).

Como se vê por essa complexa composição, a AD instaura um caráter conflituoso desde o assentamento de seus postulados. E a lingüística, considerada a "ciência-piloto das ciências humanas", sobretudo na fase áurea do estruturalismo, é a

parceira mais visada no confronto. Essa, em sua imanência, se contrapõe à exterioridade constitutiva da AD. A rigor o que a AD faz de *corrosivo* é abrir um campo de questões no interior da própria lingüística, procurando problematizar as formas de reflexão já estabelecidas nas demais áreas de conhecimento. Particularmente é questionado o postulado da autonomia da sintaxe em relação à semântica, bem como o esquecimento, por parte da lingüística, da noção de história (e também do sujeito).

A AD nasce, desse modo, nas margens das disciplinas ditas humanas e sociais, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sedentarizada em muitos aspectos.

Uma relação que se costuma estabelecer entre lingüística e AD é a mesma existente entre *produto* e *processo*. Enquanto a primeira trata do produto da constituição dos fenômenos lingüísticos, a segunda analisa os mecanismos de funcionamento (os processos) desses fenômenos já constituídos, visando o caráter material dos sentidos. Por isso se costuma falar em "objeto duplo" da AD, considerando-se tanto o *lingüístico* (materialidade específica) quanto o *histórico*.

O estatuto da lingüística na AD é complexo, por isso não se cogita em uma aplicação direta, mas (como diz Marandín, 1979:18) "antes se concebe o lugar da descrição das regularidades da língua na descrição dos discursos". A AD, como teoria crítica sobre a linguagem, não opera mecanicamente com conceitos e procedimentos lingüísticos; acima de tudo ela tem um caráter "cissionista", como Orlandi costuma dizer.

Na linha de reelaboração dos conceitos com que lida a AD, Orlandi vai distinguir *dado* (produto) e *fato* (processo) e *forma abstrata* e *forma material*.

Quanto aos dados, eles não existem enquanto tal para a AD, pois resultam "de uma construção, de um gesto teórico", e por aí entra a "questão da interpretação" (Orlandi, 1992a:3). Justamente por visar os processos de significação é que a AD vai operar com "fatos de linguagem", considerando neles seu caráter material, sua historicidade.

O fato lingüístico já produzido, resultado desse processo de constituição, será trabalhado pela lingüística. Já a AD não se ocupa com o objeto formal, de natureza empírica, e sim com o objeto material, de natureza histórica, de que a lingüística não trata.

Não separamos formas e conteúdos. Trabalhamos com a forma material. Sendo assim, analisamos o funcionamento discursivo, explicitando as relações que se dão entre formações discursivas (Orlandi, 1993a:13).

Esta forma material não é transparente, nem literal, mas opaca, porque histórica, sujeita aos mal-entendidos, aos deslizamentos de sentido, enfim, ao real da língua.

Pêcheux via na AD a possibilidade de representar no interior do funcionamento da linguagem "os efeitos da luta ideológica" e, inversamente, manifestar a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia. Havia, em decorrência dessa configuração particular do discurso, como mediação entre o ideológico e o lingüístico, a necessidade de evitar reduzi-lo à análise da língua ou diluí-lo no trabalho histórico sobre a ideologia. Esta é uma tarefa complexa a ser enfrentada e, segundo alguns críticos mais céticos, como Courtine, o balanço não é favorável à AD.

O artigo recente em que Courtine (1991) destila seu ressentimento e pessimismo com os rumos tomados pela AD provoca reações fortes e indignadas entre os analistas de discurso que participaram do projeto inaugural, na França dos anos 60.

É possível, contudo, à distância de toda a conjuntura da AD francesa, procurar refletir sobre algumas das observações feitas. Descartando-se o tom amargo e arrasador que o autor imprimiu a seu ajuste de contas, fator que naturalmente predispõe contra o texto, há referências teóricas que não devem ser menosprezadas.

Courtine (1991) propôs-se redefinir a questão do discurso na perspectiva pós-marxista e pós-estruturalista. Segundo suas palavras, houve um processo de "desmarxização" nas pesquisas da lingüística e das ciências humanas em geral:

*Existia **uma** análise **do** discurso que queria articular história e lingüística. Existem agora **as** análises **de** discurso que abandonaram, na sua maior parte, um tal projeto (ibid.:161).*

Tal multiplicidade para Courtine é perigosa e decisiva no projeto de esvaziamento da AD "original". Ele faz uma revisão tanto nos fundamentos epistemológicos, quanto nas estratégias institucionais da AD e conclui que resta muito pouco do papel que ela desempenhava como política marxista no interior das ciências humanas.

Ao confrontar os trabalhos elaborados quando da fundação da disciplina com a proliferação de "análises de discurso" existentes hoje em França, aponta a primazia da linha empírico/formalista sobre a dimensão histórico/crítica. Em consequência, o

aspecto lingüístico da análise vai recobrando quase totalmente as considerações históricas. Em suma: *a AD se gramaticalizou* (p.160).

Talvez seja exagerada e um tanto distorcida a avaliação acima, sobretudo se considerarmos o estágio atual da AD e o corpo teórico-analítico existente em pesquisas da área. O que parece legítimo, no entanto, é a crítica a um uso generalizado de termos da teoria, empregados sem critério e sem fundamentação adequada.

Segue também nessa direção a crítica de Maltby (1990), no livro em que introduz os textos de Michel Pêcheux: *"os conceitos forjados por ele estão aí, errantes, banalizados, isolados do terreno onde foram elaborados, vestígios dos quais se teria esquecido o enunciador"*.

Courtine, por sua vez, ao mencionar as problemáticas que adotam o discurso como "objeto empírico", enumera dois modos de rompimento com a acepção do termo na AD dos anos 70:

(1) seja pela descontextualização dos discursos numa perspectiva formalista ("o discurso como exemplo de língua");

(2) seja pela contextualização parcial das seqüências discursivas no quadro de uma sociolingüística das situações e das interações ("análises da conversação, etnometodologias, diversos tipos de pragmática...").

A AD pretendia, no entendimento de Courtine, realizar uma função política e crítica, e uma função científica e positiva; aliar uma teoria marxista do discurso (leitura política dos textos) a uma "análise automática do discurso", concebida como um

dispositivo (espécie de máquina de leitura). Tal aliança estaria, desde sua origem, marcada por uma "utopia política" associada a um "sonho positivista".

Por essa perspectiva aniquiladora, tudo não passava de uma "ilusão". Na medida em que mudam os ares do ambiente político, o projeto de uma teoria do discurso apoiada sobre tais bases torna-se insustentável. De novo parece que Courtine, aqui também, exagera um tanto nas cores com que descreve o cenário do discurso. O quadro teórico alterou-se, isto é certo (e mais ainda a conjuntura em que ele se situa), mas seus fundamentos não foram "minados", a ponto de inviabilizar uma continuidade. O projeto soube, nesses anos, alicerçado nos postulados da relação história/sujeito/linguagem, manter-se vivo, aberto, quando possível, a novas interfaces.

Ainda que a etiqueta "AD" não corresponda mais (atualmente na França) ao grupo que a fundou (M. Pêcheux, M. Plon e P. Henry), existe mesmo assim um quadro específico de reflexão que determina o tratamento a ser dado às questões que importam à AD. Ou seja, o modo de refletir sobre a linguagem identifica e distingue a AD no campo das ciências humanas. Isto é inegável, apesar de tudo...

Para encerrar com Courtine cito a série de *reduções* que, segundo ele, levam a uma abstração considerável do que se entende por *discurso*: "*redução do histórico ao político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo, do discursivo ao sintático...*" Sobra pouco mesmo para a AD no meio de um reducionismo tão intenso...

Apesar desse horizonte de limites tão estreitos, a AD se mantém ativa (através de um grupo de pesquisadores), produzindo e contribuindo para a divulgação e reconhecimento da área e não dá mostras de haver perdido o fôlego teórico.

Considero importante a sensata análise feita por R. Robin (1985), por ocasião da homenagem a Pêcheux na revista "Langages". Segundo ela, a AD que tentava tematizar o objeto discursivo como objeto teórico aparece hoje como um *objeto fronteira*, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, constituindo para cada uma um *dentro/fora* inquieto. A AD "*sem ecumenismo nem ecletismo, não se vê nem como disciplina auxiliar, nem campo autônomo*".

Ao invés, portanto, de se escrever um *rêquiem* para a AD, que se registrem os novos percursos que a área vem trilhando. Com percalços, cisões, mas com coerência e tenacidade.

1.3. Lingüístico e Discursivo.

As relações entre esses termos, como já se viu com os outros pares, são complexas, intrincadas e não têm limites categóricos. Os termos são distintos, de natureza heterogênea e não se reduzem uns aos outros, apesar de estarem sujeitos a certa confusão no entrelaçamento de domínios. Pêcheux costuma se referir a essas noções como *fronteiras*, colocadas em causa em toda prática discursiva.

Por essa razão, não se autoriza uma leitura que coloque o *lingüístico* como integrante do campo das sistematicidades e o *discursivo* como elemento recobrindo a

região do não-sistemático. Tanto há **problemas** de difícil formalização no primeiro (ver conceito de resistência), quanto há **regularidades** formalizáveis, detectadas no segundo. Não se podem separar como sendo estanques, termos que se imbricam e que, numa certa direção, até se pressupõem (relação base/processo). Também não se pode tomar um pelo outro, numa espécie de recobrimento indevido.

Entre a AD e a Lingüística existe toda uma relação permeada pela língua. O discursivo, de uma parte, é tecido de língua, como diz Robin (1985:125):

*Não é (...) admissível esquivar-se do ponto de sistematicidade, o momento do **corpus**, a análise de micro-funcionamentos textuais que, sozinhos, podem fazer emergir o múltiplo no um, o diferente no infinitamente repetível e repetido, o outro nas aparências do mesmo.*

De outra parte, o discursivo não é constituído da língua da Lingüística, de nível suprafrástico, mas compreendido como seqüencialidade, "seqüência real, única e não-repetível" (Marandin, 1979:18).

O discursivo é, pois, uma instância de produção de sentidos e as seqüências discursivas vão ser analisadas enquanto elementos desse processo de produção. Existe, por essa via de entendimento, um *lingüístico do discurso* que se distingue do *lingüístico da língua*.

É isso mesmo. Pode parecer insólito para alguns posicionamentos mais empedernidos, mas o lingüístico não é *monopólio* da Lingüística. Aliás, a linguagem e o discurso não são da exclusiva competência dos lingüistas, nem sua *propriedade*. Como afirmou Culioli (1981), é preciso que o discurso do lingüista possa articular-se

com o discurso que vai ocupar o historiador, o antropólogo, o psicanalista e assim por diante.

Não é, pois, à toa a ambigüidade que cerca o termo *lingüístico*. A tal adjetivo três nomes correspondem:

- a) o lingüístico **da linguagem**;
- b) o lingüístico **da língua**;
- c) o lingüístico **da lingüística**.

As três acepções, apesar de terem a mesma forma, não se recobrem. Assim como se costuma dizer que "formas diferentes significam diferente", também se pode estender o dito para assinalar que "formas semelhantes significam diferente", ou seja, é possível encontrar o *outro* no *mesmo*.

Ainda sobre essa questão da redução do lingüístico, Orlandi (1993b:4) ressalta que o espaço ocupado pela AD é justamente no "entremeio", trabalhando contra a redução e "pensando um lingüístico que não é da lingüística, embora pressuponha sua existência".

Assim como não se pode reduzir a língua à gramática, ou a análise textual à discursiva, também não se pode reduzir o lingüístico à lingüística, ou à língua do lingüista.

Além das três significações derivadas, a partir de nomes que fazem parte da mesma "família lexical", há ainda outras possibilidades que emergem do mesmo foco

semântico. A que nos interessa aqui é a existência do lingüístico em sua relação dinâmica e contraditória com o discursivo.

Pêcheux, ao fazer intervir a filosofia materialista no campo da lingüística, dá condições através da AD de que uma série de deslocamentos e rompimentos se estabeleçam. Um deles é considerar o lingüístico, no seu aspecto material, na sua espessura de ordem significante. Quanto ao discurso, como lugar de confronto, como interação, ele vai materializar o encontro entre o lingüístico e o ideológico.

A relação entre **lingüístico** e **discursivo** não é, pois, instrumental ou circunstancial, mas constitutiva e historicamente determinada. Relação do sistema, relativamente autônomo, da base material, ao processo sócio-histórico, lugar da produção dos efeitos de sentido.

PARTE II

DA AMBIGÜIDADE

PONDO A NOÇÃO PELO AVERSO

1. A Ótica de Chomsky.

É preciso escolher um lugar de partida para falar sobre a ambigüidade. Poderia, por exemplo, começar pelos gregos e remontar a Aristóteles, onde quase tudo em se tratando de linguagem tem início. Nele já detectamos a preocupação com questões de significação que resistem ao tratamento lógico e que viriam a se constituir numa diferença essencial entre línguas naturais e línguas artificiais.

Mas vou começar por Chomsky e justifico por quê. A ambigüidade não é um conceito chomskiano, apesar de estar associado com frequência ao linguísta americano. Por muito tempo esta noção serviu como forte argumento para validar a posição antifuncionalista de um militante convicto, como é o caso de Chomsky. O raciocínio, em rápidas palavras, era o de que a linguagem não existe para ser útil, não havendo razão alguma para se acreditar que a condição funcional a ser satisfeita pelas línguas deva ser a de procurar facilitar a comunicação. Ora, a ambigüidade traz como pressuposto o fato de constituir um "problema de comunicação", donde a conveniência em tê-la como aliada no combate ao funcionalismo.

Em *"Syntactic Structures"* (1957) há um lugar teórico para a ambigüidade

no capítulo referente ao "poder explicativo da teoria lingüística", onde se discute a oportunidade de um critério de adequação para as gramáticas.

Nesse caso, o uso da ambigüidade como critério seria um reforço para a hipótese das "estruturas profundas":

Podemos testar a adequação de uma dada gramática perguntando se cada caso de homonímia de construção é ou não um caso real de ambigüidade e se cada caso de ambigüidade genuína é ou não, efetivamente, um caso de homonímia de construção. (Chomsky, 1957 :94)

No caso de uma gramática de uma dada língua falhar nesse teste, é possível questionar tanto a adequação dessa concepção, quanto a teoria que lhe subjaz. Chomsky, nesse mesmo livro, lembra ainda que nem todos os casos de ambigüidade são analisáveis em termos sintáticos, muito embora não seja de seu interesse investigar essas outras possibilidades. A distinção entre a **estrutura de superfície** e a **estrutura profunda** é crucial nesse modelo e repousa, em parte, sobre a observação de casos de ambigüidade nas línguas naturais. Essa diferença marcaria o progresso da gramática gerativa sobre a lingüística "superficial" ou taxonômica. Afinal, não se pode mesmo dar conta das propriedades de um enunciado com um único nível de representação.

A estrutura de superfície não exprime sempre diretamente as relações dos elementos de uma frase (pode-se freqüentemente lhe atribuir várias interpretações semânticas), enquanto a estrutura profunda tem apenas uma única significação bem determinada.

Em "Aspects", a ambigüidade aparece no capítulo da "justificação das gramáticas", onde se encontra o clássico exemplo, objeto de muitas discussões - **Flying planes can be dangerous** - citação recorrente quase obrigatória em artigos que examinam a questão. A ambigüidade desta frase está sintaticamente determinada e pode ser bastante visível. Não se podem combinar os dois sentidos em uma construção relativa. Há dois elementos formais com a mesma forma fonética e um mecanismo que permite à forma **-ing** funcionar como adjetivo ou como verbo. Se uma frase como essa for apresentada em um contexto apropriado, o ouvinte a interpretará imediatamente, de acordo com Chomsky, de um modo único, e não conseguirá detectar a ambigüidade.

Em português, o exemplo não funciona. A tradução do enunciado em inglês teria um desdobramento apenas nesta língua:

(a) Os aviões podem ser perigosos.

(b) Pilotar aviões pode ser perigoso.

É importante realçar o fato de que as ambigüidades são dificilmente traduzíveis. Isso demonstra o caráter aleatório da ambigüidade, enquanto encontro entre formas de superfície com histórias gramaticais diferentes.

Na ótica dos gerativistas, a ambigüidade é um **problema** que existe (e que aparece sobretudo em exercícios acadêmicos) para ser "resolvido", para ser "explicado", "ser desfeito". É um problema, enfim, do qual se deve dar conta em um mundo lógico reduzido, tratado em termos semânticos. Aliás, isto não acontece só no âmbito da gerativa. Há concordância entre muitos lingüistas que a ambigüidade, acidental ou intencional, é um fato negativo que é preciso descartar, através de regras e processos de desambigüização. Com uma exceção

consentida para o domínio do **humor e da poesia...**

Entre os exemplos de ambigüidade presentes nos manuais de sintaxe, eis alguns indefectíveis:

- Tirei uma foto das crianças em frente ao banco.
- Recebi um vaso da China.
- Os policiais assistiram ao assalto da viatura.
- O convidado prefere o frango ao vinho.
- Os frangos estão prontos para comer.
- Braço de homem cabeludo.
- O professor falou com o aluno de óculos.
- ...

Não há necessidade, creio, de analisar cada exemplo. Basta apontar que, em todos os enunciados, a ambigüidade decorre da estrutura sintagmática, podendo ser percebida na classificação distribucional dos elementos. Daí decorre a possibilidade de duas estruturas, pelo menos, para cada caso, isto é, mais de uma interpretação semântica.

Na maioria dos casos o contexto pode ser suficiente para esclarecer os sentidos em suspenso. Como no seguinte caso:

- A cozinheira virou uma panqueca.

Certamente não haverá problema em decidir se a cozinheira virou "a

panqueca" (hipótese mais provável), ou se por uma infelicidade se transformou na própria e virou "uma panqueca".

Mais importante que a descrição e conseqüente explicação dos enunciados ambíguos, é a evidência que a língua, nessa perspectiva teórica, não tolera algo vago, opaco, incerto; tampouco admite que se digam duas coisas ao mesmo tempo. A regra que predomina é a da disjunção: ou isto ou aquilo. E por isso a ambigüidade precisa ser eliminada, por isso a exigência de desambigüização, de determinação, como imperativo da ordem, da coerção, do discernível.

Gadet e Pêcheux (1981), em *"La langue introuvable"*, deixam transparecer com clareza o desapontamento com o rumo tomado pela ótica chomskiana, no tocante à ambigüidade. Eles não lhe perdoam ter deixado escapar sua melhor intuição do que é **próprio da língua**. Muito longe disso, a ambigüidade em Chomsky fica reduzida a um sintoma de uma questão que resta sem ser formulada. A ambigüidade em Chomsky "carece de ambigüidade" (Ibidem:155). Nos termos da lógica, ele aborda algo que lhe teria permitido escapar à lógica. O certo é que, em Chomsky, a ambigüidade não remete à significação.

Sobretudo para Pêcheux, o gerativismo se constituiu sempre em um objeto fascinante de reflexão sobre a linguagem; e a ambigüidade representaria um aspecto privilegiado da lingüística chomskiana. Tudo isso explica a contrariedade, o inconformismo com um projeto de pesquisa que "desperdiça" suas melhores **contradições**, ao procurar evitá-las.

Daí decorre que a ambigüidade, ainda que possa ser entendida como a aproximação efetiva da dimensão do equívoco na língua, acaba funcionando como uma "paródia" dessa realidade.

2. Uma visão discursiva da trajetória do termo.

Claudine Haroche (1984), em *"Faire Dire, Vouloir Dire"*, situa em Aristóteles o início do debate quanto aos problemas de interpretação na linguagem e, em particular, dos fatos ambíguos. Na distinção entre uma ambigüidade inerente à linguagem de uma outra forma de ambigüidade, estaria o cerne das duas teorias que há séculos investigam a matéria da significação. E mais ainda: no questionamento explícito da propriedade da univocidade, estaria intervindo uma discussão fundamental, mobilizando as fronteiras do lingüístico.

Quanto às duas teorias mencionadas, de um lado há uma concepção que se pretende estritamente lingüística e que rejeita todos os elementos extralingüísticos, como o contexto, a situação e o locutor com suas intenções; de outro, uma que integra esses mesmos elementos para chegar a ver mais amplamente no ato lingüístico um ato de comunicação, um ato de discurso.

A partir dessa oposição teórica, a ambigüidade seria tanto um problema lingüístico, quanto um problema de articulação entre o lingüístico e o extralingüístico, ou ainda, um problema pragmático. Relacionadas a cada um desses problemas, estariam em jogo gradações distintas de propriedades atribuídas aos enunciados ambíguos, que vão desde aspectos estruturais internos, a aspectos léxico-semânticos, incluindo até aspectos específicos de restrições dos próprios indivíduos.

O que é central na proposta de Haroche é a análise dos pressupostos que fundam as modalidades de resolução e de descarte da ambigüidade. Ela se prende ao estudo dos limites internos e externos da gramática tradicional e da lingüística estrutural.

Admitindo-se, na definição genérica de gramática, que ela tenha de dar conta dos arranjos entre os termos, é lícito esperar que ela considere os enunciados ambíguos existentes na língua.

Mas, como é sabido, tais construções não costumam ser objeto da gramática, a qual toma o cuidado de separá-las sistematicamente dos enunciados incompletos, os quais têm a ver com o implícito.

Ao procurar elucidar o funcionamento da desambigüização/determinação na gramática, Haroche pretende encontrar as modalidades de estruturação da subjetividade, apreendendo algo da natureza do sujeito que dela decorre. Afinal, é bom ter em mente que a ambigüidade é sempre ambigüidade para um sujeito.

Haroche observa que há autores que preferem reservar o termo aos casos de ambigüidade inerente, ainda que seja difícil traçar uma linha demarcatória entre "inerente"/"não-inerente". De modo geral, a distinção estaria no caráter sistemático, sistematizável da primeira, em oposição ao caráter "vago" da outra, avessa à idéia de sistema e repetição.

Agrupando essas distintas formas de ambigüidade, estamos frente ao seguinte quadro:

1. Uma ambigüidade sintática, ligada à existência de estruturas específicas, de enunciados completos: um enunciado seria ambíguo, quando suscetível de ser associado a duas estruturas.

2. Uma ambigüidade referencial, de enunciados incompletos (potencial ou efetivamente), presente nos casos de elipse: um enunciado não pode dizer tudo, tem sempre um caráter necessariamente elíptico, sendo sempre possível acrescentar um elemento para precisar, modificar e mesmo contradizer o pensamento. Esta ambigüidade, raramente sintática, freqüentemente semântica, estaria ligada ao funcionamento da indeterminação. É uma ambigüidade própria das situações de linguagem, ligada mais às carências dos indivíduos que às da língua: sendo mais um problema de comunicação que um problema propriamente lingüístico.

O que se viu até aqui da reflexão sobre ambigüidade se limitou a descrições e classificações dos problemas criados pela inadequação entre formas e idéias, entre estruturas e interpretações. Pelo viés desse enquadramento, a ambigüidade figura como uma carência própria dos sistemas constituintes das línguas naturais. A questão central reside nos modos de eliminá-la. Isto acontece sem que se interroguem os fundamentos, os pressupostos, os efeitos de ambigüidade no discurso.

Na sua reflexão, Haroche vai rejeitar essa linha de abordagem que acaba se restringindo ao enfoque lingüístico ou pragmático. Ela propõe um campo de articulação do lingüístico com o extralingüístico e assume, como ela mesma diz, uma perspectiva mais próxima de Pêcheux. Assim, os mecanismos lingüísticos da ambigüidade, concernentes ao funcionamento da língua em relação a ela mesma, formam igualmente o fundo de uma reflexão filosófica.

Esses dois elementos (que são ao mesmo tempo fenômenos lingüísticos e lugares de questões filosóficas) pertencem à zona de articulação da lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos... (Pêcheux, 1975:91).

Ao invés de tentar "resolver" ou negar, simplesmente, a ambigüidade, Haroche vai explorar toda a força de seu controle e de seu recalque (presente, por exemplo, na ordem religiosa e no aparelho jurídico), questionando a exigência de linearidade, de transparência, em certos funcionamentos gramaticais. Para isso, desloca a questão da ambigüidade, reformulando-a nas suas formas de resolução, isto é, nos termos da desambigüização, da determinação.

Na análise diacrônica da noção de determinação na gramática (situada no século XIII e, mais tarde, na polêmica entre jesuítas e jansenistas, com início no século XVI), vai aparecer a evolução da ambigüidade, instituída como via de acesso ao saber.

É assim que de marca específica do discurso divino, contribuindo para talhar o caráter fixo do sujeito na organização feudal e eclesiástica, a ambigüidade se torna, com o progresso do jurídico e a constituição de um Estado centralizador, uma marca específica do sujeito.

A relação do sujeito com o conhecimento coloca mais uma vez o problema da escolha de uma língua e da elaboração de mecanismos lingüísticos. É o caso do latim, como língua da liturgia, e da língua jurídica, dos contratos, leis e regulamentos. Os jesuítas, nas suas análises, trabalham com a idéia de um assujeitamento do indivíduo, por meio de um discurso límpido que vai contribuir para dar ao sujeito "a ilusão de estar na origem de suas próprias palavras" (Pêcheux, 1975). Este assujeitamento vai exigir do locutor um discurso completo e transparente, prevenindo assim qualquer possibilidade de ambigüidade, de equívoco.

Quanto ao aspecto específico da ambigüidade, enquanto propriedade interna à língua, encontra espaço nas polêmicas religiosas dos jesuítas versus

jansenistas, as quais se estendem do século XVI ao XVII.

As concepções de ambos divergem profundamente. Os **Jesuítas**, em relação à língua, vão exigir a transparência do discurso e a conseqüente necessidade de desambigüizá-lo, evitando mal-entendidos e confusões. Haroche transcreve, a propósito, um texto do jesuíta Bouhours, especialmente ilustrativo:

(...) Como não falamos, a não ser para nos fazer entender, eu queria que, no discurso, jamais houvesse ambigüidade ou equívoco; que tudo aí fosse claro e fácil, que lendo um livro compreendêssemos de início o que lemos, sem sermos obrigados a ler duas vezes a mesma coisa para compreendê-la; que nada fosse difícil; e que cada palavra de um período fosse tão bem colocada, que não tivéssemos necessidade de intérprete, nem mesmo de reflexão para deslindar o sentido. (Apud Haroche, 1984 :91)

Que mundo harmonioso e confortável seria esse! Que economia de energia e de tempo não haveria! *Hélas...*

Esse ideal purista dos jesuítas se assenta sobre a metáfora da língua como "a roupa do pensamento", uma roupagem que se ajusta sob medida à idéia a ser transmitida.

Para os **jansenistas**, ao contrário, a língua é o meio pelo qual se exprime a imperfeição da idéia. Eles convivem perfeitamente com uma relativa indeterminação, tanto do sentido quanto das construções, já que a língua não descarta todas as ambigüidades. Daí o interesse por um sujeito que se permite, em alguns casos, refletir e interpretar.

Com toda essa polêmica, vêm à tona, mais uma vez, duas concepções

fundamentais de linguagem:

A **primeira** (a do jesuíta Bouhours) reafirma o entendimento de que o discurso é um justo reflexo do pensamento, o qual pressupõe uma estabilidade dos referentes que combina com uma certa autonomia das formas. Esta concepção fica próxima à posição filosófica do realismo platônico, na qual a linguagem tem uma função instrumental de refletir, de representar a realidade. A primazia recai sobre o mundo; a linguagem nada mais é que um meio, por vezes imperfeito, para se discutir o que nos cerca.

A **segunda** (a dos jansenistas e também a de Port-Royal) coloca a dependência do discurso em relação a outros fatores, além do pensamento: contexto, situação, sujeito. As formas não são autônomas, não têm significação absoluta, intrínseca; elas a adquirem por uma determinação não-textual.

Essa trajetória diacrônica, feita na carona de Haroche, serviu para se observar as oscilações da noção de ambigüidade e as especificidades de seu modo de funcionamento. De um lado, no auge da "literalidade", a busca da perfeita biunivocidade entre idéia e signos exigia uma expressão rigorosa, uma adequada precisão vocabular e impecáveis construções sintáticas. A luta era contra toda forma de equívoco, de indeterminação, já que no discurso tudo deveria ser o mais determinado possível. De outro lado, por uma ótica mais política que lingüística, havia a necessidade de cultivar a ambigüidade, como um modo de manter certa distância entre o sujeito e o saber. É o primado da "língua de assujeitamento" (religioso ou jurídico), ou da "língua de madeira", como denomina Pêcheux (1982a).

O que convém destacar é que a ambigüidade deriva tanto da **opacidade** (aquilo que é hermético, contraditório), quanto da **transparência** (aquilo que é

evidente, tautológico, cristalino).

A constatação a que se chega, conhecendo um pouco da história do termo e de seus fundamentos, é a de que a ambigüidade oscila de "um mal necessário", com o qual é preciso saber lidar e conviver (conforme afirma Schlieben-Lange, 1993 :315), a uma "característica constitutiva", que é inerente à língua e precisa ser considerada.

3. O tratamento dado à ambigüidade

"(...) deslizes, lapsos, mal-entendidos, ambigüidades, não são os "parasitas" da comunicação, ou os "ruídos" sobre um fundo informativo claro, mas fazem parte integrante da atividade de linguagem" (Culioli, 1984 :99).

As teorias lingüísticas contemporâneas consideram, em geral, a ambigüidade, bem como a paráfrase, propriedades intrínsecas fundamentais das línguas naturais. Enquanto tal, ambas são tratadas ao nível do sistema da língua, mais especificamente no "coração" dos estudos de semântica lingüística, inscritas numa "dialética da unicidade e da pluralidade".

A semântica das línguas naturais, que se distingue das linguagens formais pela não-biunivocidade das relações entre formas e sentidos, não constitui um nível estanque, isolado da sintaxe ou da pragmática. Para Cathérine Fuchs (1988), o estudo da ambigüidade e da paráfrase lingüística se situa no ponto de articulação entre "o sistema da língua e a linguagem em ato", isto é, a atividade efetiva de linguagem que põe em jogo enunciador, enunciatário e situação de enunciação.

Pretendo aqui mostrar, através de alguns ângulos de análise distintos, o tratamento que costuma ser dado à ambigüidade e discutir o que está por trás das concepções em jogo. Procuro, com isso, ir compreendendo melhor as questões e

embaraços teóricos que um fenômeno como esse costuma despertar e, também, situar com mais clareza a quem isso mais afeta e por quê.

Um bom começo parece ser retomar a antiga (mas sempre oportuna) questão do **objeto da lingüística** e ver como se relaciona com a questão (não menos antiga) da ambigüidade.

Há um certo consenso de que a lingüística se define não pela atividade de linguagem (pela fala), mas pela **língua**, entendida como um conjunto, não necessariamente homogêneo, de regularidades formais. Ora, essa não-homogeneidade abre um espaço para a existência de estruturas ambíguas, das quais o sistema precisa "dar conta". E isso será feito seguindo diferentes concepções.

Segundo Grésillon (1988), é possível discernir **na língua**, governada ela mesma pelo princípio da diferença, os enunciados ambíguos. Os fenômenos a serem trabalhados são situados por ela entre dois mitos extremos, que são recorrentes ao longo dessa reflexão:

(1) o mito da univocidade absoluta, identificável ao sonho simplista da transparência da linguagem e

(2) o mito da plurivocidade absoluta, em que nenhuma significação é atribuída de modo seguro e categórico. Entre esses dois mitos localiza-se a "dialética", referida no início da seção.

Com mordacidade a autora critica as teorias pragmáticas que teriam "um pouco rápido demais" atirado "na lixeira da história", uma concepção estrita de língua. Pois é precisamente no âmbito desta "concepção estrita" que Grésillon sustenta a existência de "configurações de língua unívocas e configurações de

língua ambíguas". Estas últimas podendo apresentar disjunção absoluta ou disjunção relativa.

3.1. A ambigüidade como "disjunção".

A definição de ambigüidade compatível com a idéia de "disjunção" pode ser formulada como "aquela configuração lingüística cuja significação se constrói pela disjunção de dois termos mutuamente exclusivos".

Um enunciado como

(1) Os médicos atenderam os pacientes. Eles estão felizes

para receber uma significação requer que uma escolha seja feita ao nível do pronome **eles** (médicos ou pacientes?). Aqui se trata de uma ambigüidade transfrástica, ligada a um problema de anáfora, questão de co-referência. É preciso definir "quem está feliz". A idéia que vigora nessa concepção teórica é que toda escolha de um dos dois termos da alternativa se faça com a exclusão absoluta do outro. E para operar isso é preciso um sujeito que tanto vai atribuir a univocidade, quanto selecionar uma das duas significações possíveis.

Vejamos agora um caso de ambigüidade lexical:

(2) Ontem conheci o cachorro do teu irmão.

Evidentemente, o termo sobre o qual recai a ambigüidade é **cachorro**.

Exige-se uma escolha obrigatória, uma disjunção absoluta: o termo refere-se (1) ao cão, propriamente, ou (2) ao irmão. Apaga-se a possibilidade do locutor estar jogando com essa implicação que o enunciado, assim formulado, acarreta. Na lógica obsessiva do "ou...ou", a escolha de um dos termos implica a negação completa do outro. A possibilidade de admitir o duplo só ocorreria em nível abstrato (ambigüidade virtual), pois se defende o princípio de que a atividade real da linguagem obriga a efetuar a disjunção.

Ao contrário da disjunção absoluta, a disjunção relativa não requer uma escolha obrigatória. Há uma possibilidade múltipla, mas bem controlada e previsível. Grésillon faz uma classificação, onde se admitem três interpretações:

- a) seja A apenas;
- b) seja B;
- c) seja C, indeterminado.

Vejamos o funcionamento disso em um exemplo:

(3) Certos alimentos me deixam doente.

interpretação 1: Alguns, não todos.

interpretação 2: Um certo tipo, por exemplo, frutos do mar.

interpretação 3: Indeterminado, entre quantidade e qualidade.

Do que se viu até agora em matéria de ambigüidade, tomam-se apenas os casos estritamente ligados à estrutura da língua; em consequência, exemplos que revelem ambigüidade ilocucionária, situacional ou pragmática estão, por definição, excluídos. Do mesmo modo a atividade efetiva dos sujeitos enunciadore e

interpretantes fica minimizada a um nível máximo. Tudo se resolve e se explica dentro do império da ordem e da disciplina. E a ambigüidade se reduz a um simples "acidente de funcionamento do código", ou do "sistema".

As implicações teóricas e metodológicas decorrentes dessa noção de "acidente" remetem ao princípio de que **o sistema da língua reclama univocidade**. Ora, isso inviabiliza que se aceite uma afirmação inversa do tipo: **todo enunciado é um candidato à ambigüidade**. Grésillon ainda que rejeite o mito da univocidade não adere de braços abertos ao triunfo do múltiplo. Aliás, sua rejeição está longe de ser radical. Ela faz, na verdade, uma defesa da existência da univocidade, sem a qual "o intercâmbio verbal seria condenado ao mal-entendido e ao jargão incompreensível" (ibidem:11). Convenhamos, é uma previsão bem sinistra!

É interessante o registro, em tom de desabafo, que ela faz ao introduzir o seu artigo. Confessa que está movida por um sentimento de irritação, isto porque, a lingüística *"depois de haver negligenciado por muito tempo os problemas de significação, parece atualmente se jogar, por vezes com ímpeto demasiado, nos braços do sentido múltiplo"*. (ibidem:9)

O resultado de toda essa paixão desenfreada seria a proliferação de noções bastante familiares que começam a ser examinadas por teorias lingüísticas diferenciadas: ambigüidade, ambivalência, equívoco, vago, indeterminação, duplo sentido...

É possível compreender o que se passa junto com um comentário assim irado, ainda que seja difícil endossá-lo. Não me parece que a lingüística esteja indo de um extremo a outro no tocante à significação, nem tampouco que seja um caso de recuperação do tempo perdido.

Acontece que o universo em torno dos fenômenos de ambigüidade (e &) constitui um filão promissor infindável, ainda não suficientemente explorado (e que a AD vem investigando). Pelo viés da falta, da falha, do indefinido é que se dão os deslizamentos, as rupturas que fazem e desfazem sentidos. E é nesse jogo com e sobre a linguagem que tais fenômenos vêm à tona, ganhando corpo e significação.

Não será, portanto, o excesso de impulsividade que trará problemas à pesquisa da área e aos pesquisadores. Nem é preciso temer o fim da unicidade, apelando para o caos da incomunicabilidade ("revival" da torre de Babel?). A primazia do múltiplo abre um espaço para a existência do vago, do opaco, do ambíguo na língua, sem o imperativo de "eliminar tais desvios".

O que fica de indagação é como definir o papel do sujeito em relação à "exigência de interpretação" que a ambigüidade aciona. Os enunciados ambíguos, como ocorre com os demais enunciados, "reclamam interpretação". O que talvez os distinga é que eles vão convocar uma atuação mais efetiva e atenta dos interpretantes que, eventualmente, poderão "tropeçar" em certas construções.

Afinal, talvez seja o caso de perguntar: **Quem tem medo da ambigüidade? Os falantes, usuários comuns da língua, ou os lingüistas, responsáveis pela construção da metalingua?**

3.2. A ambigüidade como "problema de recepção".

Existe uma opinião corrente segundo a qual o emissor "sabe o que quer dizer". Isto deixa as dificuldades de interpretação sob inteira responsabilidade do receptor. O **emissor**, exceto casos patológicos, não poderia ser ambíguo por ele mesmo, uma vez que, dentro de seus propósitos, ele procede necessariamente a escolhas sucessivas - mais ou menos precisas - e não poderia, portanto, permanecer indeciso a respeito de seu próprio dizer.

Não é este o entendimento da AD para quem a ilusão de que "sabemos o que dizemos" é construída por uma fala que se estrutura na "evidência do ideológico". No rastro dessa evidência, construímos muitas vezes "efeitos de ambigüidade" para nosso interlocutor. (Pêcheux, 1981b)

Freud (1967), no livro *"A interpretação dos sonhos"*, também sustenta o oposto dessa opinião corrente. Para ele não há significação de um enunciado por ele mesmo, "a significação é sempre para alguém". O problema de interpretação é colocado no emissor, o qual não sabe conscientemente o que quis dizer inconscientemente.

A escolha de apresentar a ambigüidade situada ao nível da **recepção** indica o comprometimento dessa formulação com postulados funcionalistas. A língua é abordada dentro do quadro da comunicação, donde a ocorrência de termos como **emissor**, **receptor**, **mensagem**, **decodificação**, entre outros, que tiveram seu auge nos anos 70, na febre dos manuais comunicacionais. No interior desse quadro, o que se espera do emissor e do receptor é que cumpram com eficácia os papéis previstos. Do **emissor**, que esteja em condições de comunicar,

afastados todos os obstáculos de percurso que impedem a mensagem de passar com sucesso, como deficiências articulatórias do próprio emissor ou deficiências auditivas do receptor, ou então, um ruído excessivo contra o qual a redundância lingüística nada pode. Do **receptor**, que seja de "boa fé", que desenvolva uma atitude cooperativa para com o interlocutor e que tenha um papel ativo na decodificação. O receptor precisa dar prova de um mínimo de boa vontade na recepção da mensagem, caso contrário toda ela pode ser decretada obscura. A "boa vontade" implica uma sintonia com as intenções e necessidades que comandaram a enunciação de determinada mensagem. (Cf. Grice (1967) - o Princípio de Cooperação, as máximas e as implicaturas conversacionais)

A referência à noção de **Intenção** é exemplar, pois deixa evidente o apagamento que aí se processa, isto é, o fato de que os sentidos são construídos historicamente nas atividades de interlocução. Na concepção redutora da perspectiva computacional, a própria complexidade do processo de construção de sentidos é anulada.

François e François (1967), em artigo sobre a "ambigüidade lingüística", advertem para o automatismo e simplificação da perspectiva funcionalista e alertam para a existência de "armadilhas do ato semiológico". Há o cuidado de não confundir ambigüidade com alguma obscuridade, embaraço ou hesitação.

Entre as "armadilhas existentes" está o reconhecimento de que **a língua não visa sempre a estabelecer uma comunicação, ela serve também para não comunicar** (Cf. Pêcheux, 1975 :93). Acontece, entretanto, que os casos em que isso acontece são vistos como "acidentes" de percurso, "desvios" no funcionamento do sistema. Donde vem a idéia, fortemente redutora, de que uma língua poderia afastar (ou pelo menos reduzir significativamente) toda

ambigüidade. Como se a existência de uma língua isenta de ambigüidades pudesse garantir uma comunicação perfeita! Tanto a clareza extrema, quanto a escuridão completa impedem-nos igualmente de ver...

O fato de haver ou não comunicação não depende do código, mais ou menos adequado, nem da "boa vontade" ou da "competência" dos interlocutores. Como afirma Marandin (1979 :36), a questão está é na dependência das relações sociais que definem o lugar histórico dos falantes em uma dada situação.

No raciocínio simplista dos funcionalistas, na medida em que a língua se organiza como um instrumento de comunicação, é preferível estudá-la dentro dessa função central, e deixar à margem aqueles casos em que há interferências na vontade do locutor e do receptor de obter comunicação satisfatória. Além disso, por essa mesma lógica, não se pode imputar à língua todas as dificuldades que nascem no curso da comunicação, uma vez que a atividade lingüística não se exerce "in vitro".

A exceção consentida para a "subversão da língua" se dá com a **ambigüidade poética**, distinta suficientemente da ambigüidade manifestada na linguagem ordinária. Uma posição como a de Jakobson, que considera a função poética uma das funções constitutivas de toda mensagem e a **ambigüidade** uma propriedade intrínseca, inalienável presente nessa mensagem, não é tolerável no estrito sentido do lingüístico, pois dimensiona uma ambigüidade dificilmente controlável. Somente o exercício da função de comunicação permite apreender a ambigüidade lingüística propriamente dita. Senão corre-se o risco de perceber ambigüidade por tudo, o que parece bastante perigoso. Com o fugidio, o mal-entendido, o duplo sentido, o jogo de palavras, perde-se o controle das formações discursivas, situação difícil de aceitar para um lingüista conformado a seus

cânones.

Convém ressaltar ainda que a visão da língua enquanto **instrumento** revela a ausência completa de densidade histórico-social, o que se deve à própria falta de espessura semântica do instrumento.

3.3. A ambigüidade como "problema lingüístico".

A ambigüidade lingüística, percebida em condições ótimas de comunicação, garante seu caráter asséptico, isolado de contaminações de ordem não-lingüística. Ela se manifesta quando determinado enunciado, uma vez emitido e recebido dentro das condições previstas, trazer algum problema de escolha lingüística para o receptor, criando uma flutuação entre duas ou mais decodificações.

Para se falar em **ambigüidade**, segundo François & François, devem ser considerados os seguintes aspectos:

1. uma unidade dada,
2. um contexto diferenciador, que obriga a distinguir entre dois sentidos dessa unidade,
3. um outro contexto ou uma ausência de contexto que impede de fazer essa distinção, sem torná-la, no entanto, inútil.

O exemplo abaixo ajudará a perceber esse detalhamento:

(4) eu a encontrei em um café.

(5) sirva-me o café.

(6) o café está cheio de insetos.

Temos aqui os três elementos necessários para a análise:

I. um termo **café** que impõe uma certa escolha (bebida/lugar).

II. contextos que permitem a diferenciação (4) e (5).

III. um contexto que não permite a diferenciação (6).

Haverá interesse ainda, em função do papel discriminador dos paradigmas gramaticais, em classificar os contextos diferenciadores em lexicais e gramaticais.

Como nesse caso:

(7) Os operários tomaram a direção da usina,

que seria lido como

(a) os operários se dirigiram para a usina, ou

(b) os operários passaram a comandá-la.

Aqui, evidentemente, as condições de produção é que vão determinar as possibilidades de interpretação de cada enunciado.

Há, por fim, mudanças de contexto gramatical ligadas a mudanças de papel sintático, e aqui aparece o clássico exemplo

(8) o medo do inimigo

que se desdobra em:

a) o medo **pelo** inimigo (X teme o inimigo) e

b) o medo **do** inimigo (o inimigo teme X).

A propósito desse exemplo, Gadet & Pêcheux (1981) lembram outro

(9) o ódio dos judeus,

cuja ambigüidade se limita a uma escolha obrigatória: ou bem é o ódio que se sente por eles, ou o que eles têm pelos demais, mas nunca um composto de ambos ou o ódio que eles podem ter a si mesmos. (Ibidem :153). Eliminar a ambigüidade supõe aceitar a evidência de que ou bem é um, ou bem é outro, nunca ambos, ou algo completamente distinto.

Na maioria dos casos onde se manifestam problemas de incidência, a ambigüidade potencial, do ponto de vista de uma análise estritamente sintática, não é efetiva. Isto porque as probabilidades semânticas determinadas pelo contexto permitem, em geral, resolvê-las. Como acontece com o enunciado abaixo:

(10) Os frangos estão prontos para comer.

Dependendo das circunstâncias de sua ocorrência, não restarão dúvidas sobre os traços sintáticos que devem acompanhar o item lexical que ocupa a posição sujeito. Os traços inerentes do nome serão os mesmos, exceto por uma diferença: + animado (frangos vivos) ou - animado (frangos cozidos, assados ou

ao gosto do freguês).

Não se pode, portanto, considerar a organização sintática como uma série de armadilhas. *"Certos embaraços podem se produzir, mas a sintaxe não estando sozinha, outros meios, prosódicos, semânticos podem atenuar suas deficiências."* (F & F, Ibidem :178).

Essa regra da "ajuda solidária" no domínio lingüístico, onde os diferentes sistemas e os diferentes níveis de unidades se suprem em suas insuficiências, minimiza os problemas de ambigüidade. Fica difícil imaginar uma mensagem apresentando uma dificuldade que, por um viés ou outro, não poderia ser resolvido.

Se antes, no "problema de recepção", dependíamos da "boa vontade" ou "competência" dos interlocutores, aqui a dependência se situa ao nível do sistema lingüístico e na aposta da existência efetiva de uma rede solidária que dê conta dos problemas. O sintagma vindo em socorro do paradigma, o semântico se fazendo cúmplice do sintático, ou vice-versa. De novo a tentativa de harmonizar, aparar as arestas, pôr ordem na casa...

3.4. A ambigüidade como "estratégia discursiva".

Os fundamentos dessa concepção divergem das perspectivas que vimos analisando. Aqui a ambigüidade deixa de ser "acidente" para ser "inerente" a todo discurso. Longe de ser apenas um procedimento estilístico inefável, ela se torna

fonte de estratégia discursiva e elemento constitutivo de poder.

Quem expõe esses fundamentos e os defende convictamente, mostrando-os através de uma visão diacrônica, é Haroche, que já referimos na seção oportuna. Agora, porém, nos interessa citá-la por outro artigo, onde analisa as relações entre **gramática, implícito e ambigüidade**, empenhando-se em explicar as causas e formas "da expulsão da ambigüidade do seio da gramática". (Haroche, 1975)

O ponto de partida é o **problema do implícito** (mais especialmente a **ellipse**) e a atitude restritiva dos gramáticos frente à questão. Os gramáticos trabalham com os enunciados gramaticalmente corretos, ou seja, aqueles considerados, por definição, como compreensíveis, logo, explícitos e completos. Ocorre que um enunciado não é, de certo modo, jamais completo, pois é sempre suscetível de ser completado por toda uma série de complementos ou proposições. Precisamente dessa possibilidade em aberto existente no enunciado é que vai surgir a ambigüidade.

Interessa observar que nesse processo de complementação que acompanha a compreensão reside um paradoxo: o complemento, ao mesmo tempo que permite exprimir uma maior precisão, carrega também um elemento de ambigüidade fundamental. O efeito de explicitude, de completude, é uma evidência ideológica que, no empenho de mostrar transparência, acaba encobrindo zonas cuja nitidez fica comprometida. Funciona de modo similar a um processo que quanto mais procura determinar mais indetermina. Ou poderíamos dizer ainda: *"a língua ao se mostrar, esconde..."*.

Um paradoxo semelhante, em outra realidade, foi observado por M. Onice

Payer (1992), ao comentar o efeito de relativização (indeterminação) do discurso do lavrador. Ao suprimir os determinativos de sua fala (lavrador), o efeito de indeterminação do discurso se dilui e a contestação se torna direta, determinada:

"Não, eu (só) tô dizendo que (**aquele**) lado (**lá**) a gente (**mais**) conhece".

Sobre isso, afirma a autora:

*Isto mostra como os "determinativos", tidos geralmente como especificadores no domínio das marcas formais da língua, servem à **Indeterminação** no domínio do discurso." (p.52)*

Esta zona de indeterminação que é especialmente vasta no Português Brasileiro tem sido examinada com alguma reserva, sendo posta à margem, na maioria das vezes, e tida como "zona de perigo".

A Gramática Escolar, no papel de guardião da língua, vai investir-se na tarefa de garantir a compreensão. Para isso (e por isso) fecha os espaços que, supostamente, impliquem lacunas e que representem possíveis zonas de incerteza, de perturbação. Tudo o que possa significar indeterminação e ambigüidade deverá ser banido:

(...) a gramática é uma instituição social, destinada a refletir e assegurar a coesão de uma formação social, e ainda, a permitir a reprodução através do aparelho escolar da estrutura existente na sociedade, ou seja, as relações de produção. (Haroche, 1975:229)

E assim, essa gramática tenta reduzir ou suprimir a ambigüidade, subordinando a "norma gramatical" à "norma ética". O postulado da "pureza de intenções" sustenta o funcionamento gramatical e torna-se uma idéia essencial.

A perfeita biunivocidade entre idéias claras e completas e frases que as

exprimem (ideal de clareza e completude ligado por efeito inverso à ambigüidade) insere-se no quadro de uma visão idealizada de sociedade, composta de interlocutores ideais que convivem harmoniosamente. A ordem social é garantida pela língua (através da gramática), enquanto elemento estável e conservador. Desse modo, identidade de intenções e homogeneidade de representações passam a ser consideradas como pressupostos das relações sociais.

A tese sustentada pela concepção de ambigüidade "como estratégia discursiva" fundamenta-se na existência de conflitos, tanto psíquicos, quanto sociais, que são expressos por uma indeterminação latente. Tais conflitos persistem e resistem, apesar das tentativas da gramática em eliminá-los. O conhecimento e a manipulação dessas indeterminações e ambigüidades constituem-se em uma forma de poder que, evidentemente, não é de acesso geral.

A prática da ambigüidade, como uma prática discursiva, supõe uma atividade transformadora, cujos efeitos vão se exercer nas relações sociais mediadas pela língua. As margens de dúvidas, de indefinição são constitutivas da atividade do falante e podem ser vistas como "formas de resistência"; por exemplo, quando o sujeito "usa mal" sua língua, ou quando a compreende "equivocadamente". A propósito disso, Pêcheux (1982a :17) fala em *"pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica"*.

Essa concepção de ambigüidade deixa entrever uma teoria que não se limita aos critérios sintáticos e semânticos, ainda que não os descarte, e que abre um lugar preponderante às determinações históricas e à posição do sujeito. Sujeito este que vai interpretar sentidos em certa direção, *direção (esta) determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos*

imaginários. (Orlandi, 1993b :9)

4. As fronteiras da ambigüidade.

O termo "fronteiras" pode ser associado a um código visual, como "linha do horizonte"; lugar onde o céu e a terra se encontram suavemente, como num belo ... Esta lembrança se tem algo de poética (e pouco apropriada ao contexto) tem algo também de conveniente como recurso de explicitação de uma metáfora.

Senão vejamos: as **fronteiras** representam o limite, a extremidade; elas indicam o fim, mas também o começo; assim como separam, elas aproximam. Há sempre uma zona de tensão inscrita na área, zona de encontro que traz um conflito, uma dualidade insita à significação da palavra.

Portanto, não se pode pretender demarcar contornos nítidos entre os pares conceituais que se vai analisar, uma vez que os territórios se interpenetram, se confundem, se indistinguem muitas vezes. Esta situação, evidentemente, não é confortável para o linguista, habituado a segmentar seu material de trabalho, valendo-se de categorias precisas e bem distintas.

Já na AD este exercício constante dos limites a leva a explicitar suas fronteiras, mas sem recorrer a divisões estanques, como sujeito/objeto,

interioridade/exterioridade, primitivo/derivado e por aí mais. Esta posição teórica frente aos limites faz parte da própria prática de análise na interpretação dos fatos.

Pois é justamente esse caráter fugidio que vai interessar na reflexão discursiva que se quer dar ao tema da ambigüidade. A ambigüidade, quando se manifesta e é percebida, ela é sempre reveladora e tem a ver diretamente com o modo de ser da língua. A Análise de Discurso que elege os sentidos como matéria-prima de investigação tem muito a explorar nesse reduto em que o sentido está constantemente em perigo, na divisa entre o sentido e o não-sentido, entre a clareza e a obscuridade, entre o necessário e a falta, entre a unidade e a multiplicidade.

4.1. Ambigüidade e Duplo Sentido.

A.Grésillon (1988) considera essencial distinguir as duas noções e aponta argumentos consistentes. O ponto de divergência situa-se no papel que a Língua e o Sujeito desempenham em cada caso. A **ambigüidade** está inscrita no conjunto heterogêneo de regularidades que é a Língua e existe independente do sujeito falante. Já o **duplo sentido** não se encontra inscrito na ordem da língua e não existe desvinculado do sujeito. Enquanto na **ambigüidade** se lida com

"configurações de língua", no **duplo sentido** se está frente a "formações discursivas".

Esta questão, contudo, não é simples nem se resolve com uma distribuição isomórfica harmoniosa entre os dois campos conceituais. Grésillon, aliás, adverte para isso, lembrando que a língua intervém, em certa medida, nos casos de duplo sentido, como também nas ambigüidades lexical ou sintática, nos jogos de palavras, etc. Seria oportuno aqui, pelo que se viu, fazer intervir uma distinção formulada por Orlandi: **forma abstrata/forma material**. A primeira, de que se ocupa a lingüística; a segunda, objeto prioritário da AD.

A noção de forma material evita que se oponha simplesmente Língua e Discurso, como costuma ocorrer na lingüística com a dicotomia Língua e Fala. A forma material considera Língua e Discurso não como par opositivo, e sim como par mutuamente constitutivo, do qual fazem parte, simultânea e integralmente, o lingüístico e o histórico. Daí a distinção proposta por Orlandi (1993b:9) entre **forma abstrata** (com sua transparência e efeitos de literalidade) e a **forma material** (com sua opacidade e seus equívocos).

Por essa perspectiva, ao se distinguir ambigüidade/duplo sentido não se pode usar como critério a inscrição da língua num caso e a inscrição do discurso no outro. Em se tratando da ordem do discurso, materialidade lingüística e histórica vêm juntas, incorporadas. Onde, a autonomia relativa da língua.

Quanto ao sujeito, o outro elemento distintivo entre as duas noções, sua interferência é bem mais visível e marcada. Quando se diz que ambigüidade é da ordem da língua, evidentemente se está excluindo o sujeito, por essa ótica lingüística estrita. Da mesma forma, se o duplo sentido for do domínio discursivo, o sujeito inevitavelmente terá que se fazer presente, posto que não existe discurso sem sujeito.

Grésillon especifica e caracteriza o sujeito ao qual ela se refere: *"não o senhor absoluto, dono da situação, com seu cortejo de intenções, de estratégias e de manipulações, mas o sujeito assujeitado à ordem do simbólico e atravessado de desejos."* (ibidem :18).

Nesse ponto da discussão, a autora introduz, com propriedade, um novo termo para operar na distinção. Trata-se de "lalangue" (ou "alíngua"), termo de Lacan, emprestado a Milner, que irá se opor à "langue" (ou "língua").

A primeira noção (a **alíngua**) vai designar o que é manifestado pelo **duplo sentido**; a segunda, (a **língua**) designa o que é manifestado pela **ambigüidade**.

A **caracterização do duplo sentido** costuma ser reservada para os casos em que há uma **conjunção** absoluta de duas significações, **conjunção total**, simultânea e não-redutível.

O exemplo clássico em francês é o de um enunciado atribuído em tom de blague a Napoleão III:

(11) C'est le premier vol de l'aigle.

Em francês a palavra "vol" registra uma homonímia entre

(1) "envol", voo, e

(2) "rapt", roubo.

Não é o caso, portanto, de uma disjunção entre as duas significações, mas sim, de uma conjunção absoluta. O sentido repousa sobre o fato estrutural que a base lexical "vol" recobre, ou seja, uma homonímia.

A conjunção é dita **total**, porque se opõe à conjunção parcial que rege a significação de compostos como "cinza-azulado", "agridoce", "sala-calça" e que supõe a conjunção de uma parte de A com uma parte de B.

Ela é dita **simultânea**, porque interdita toda hierarquia interna ou sucessividade ordenada. Tanto se pode dizer A e B ou B e A. O enunciado (11) só atinge seu objetivo se o interpretarmos como um ato de dupla predicação:

- C'est le premier rapt commis par N.III.

- C'est le premier envol de l'aigle, roi des oiseaux (e imagem metafórica de N.III).

A conjunção é dita **não-redutível**, porque não existe modo algum de reduzir o duplo a um, porque toda disjunção está excluída.

Em português, enunciados com duplo sentido costumam ser empregados com eficácia na propaganda publicitária e na imprensa em geral, sobretudo na chamada de algumas manchetes. Eis alguns exemplos colhidos ao acaso em

jornais de São Paulo e Porto Alegre:

(12) Ligue-se! A Economia está por um fio.

Telefone é um ótimo investimento.

Neste enunciado, a palavra-chave "ligue-se" dá o tom da chamada, propositadamente dúbia:

(1) **ligue-se** - de ficar atento, esperto, em estado de vigilância e

(2) **ligue-se** - de ficar ligado através do aparelho, usando a linha telefônica para efetivar essa ligação.

A frase seguinte do anúncio reitera e consolida o **duplo sentido** dominante: "A Economia está por um fio". "Fio", nesta construção cristalizada "estar por um fio", aciona **simultaneamente** dois sentidos:

(1) o de correr perigo, aguardar um desfecho iminente; e

(2) o de estar em relação, com eficácia e harmonia, ao negócio em foco, ao produto a ser oferecido - "o telefone como ótimo investimento".

Aqui não há disjunção entre um sentido **ou** outro; o sentido se constrói sobre a idéia do duplo, sobre o jogo de possibilidades existentes entre um **e** outro sentido.

Desse modo, "ligar-se" pressupõe:

(1) estar ligado ao negócio proposto e

(2) estar ligado no telefone e através dele.

Assim também "a Economia está por um fio" subentende

(1) é um negócio sério onde não se podem cometer enganos, pois corre-se algum risco e

(2) um bom negócio está associado ao telefone, representado lexicalmente no texto pelo "fio".

(13) ...algumas maneiras de causar boa impressão sem gastar muito.
(Impressoras da Compuserv)

O produto em oferta são máquinas impressoras oferecidas por certa distribuidora de produtos de informática.

A palavra **Impressão** é o foco da duplicidade de sentido devido à sua própria estrutura mórfico-semântica que pode estar relacionada à

(1) "noção vaga" e

(2) base verbal "imprimir".

Não existe conexão semântica entre os significados da palavra **impressão** e o uso que sua estrutura morfológica deixa entrever. Como existe, por exemplo, em "vendedor" - forma inteiramente regular, a partir da construção de sua base **vend(e)**, acrescida do sufixo agentivo -dor.

Os dois significados do sintagma "causar boa impressão" são acionados conjuntamente

(1) o de impressionar positivamente e

(2) o de resultar numa impressão de qualidade.

E a Compuserv tem "algumas maneiras" para produzir esse duplo efeito e "sem gastar muito".

Poderíamos ir mais além na distinção ambigüidade/duplo sentido, mas (parafraseando Grésillon) as palavras me faltam. (duplo sentido?)

4.2. Ambigüidade e Vaguidade.

A prática da ambigüidade pode ser entendida como um jogo *da/na* língua que põe em funcionamento mecanismos de indeterminação em graus variáveis. É nesse espaço bastante fluido que alguns teóricos pretendem, como regra geral, distinguir a falta de informação, ou falta de especificação, ou o caráter de vaguidade, da noção mais antiga e consagrada de ambigüidade.

A distinção entre **sentenças ambíguas** e **sentenças vagas** ocupou especialmente os gerativistas no final dos anos 60. Para eles os casos indicando a diferença, além de abundantes, eram suficientemente claros, transparentes mesmo, na sua especificidade. Esses casos de ambigüidade em oposição ao vago revestiram-se de importância **heurística**, pois condicionam o modo de representação sintático-semântica subjacente (desdobrado para a ambigüidade, único para o vago), donde as diversas tentativas de elaboração de testes visando à demarcação de fronteiras.

Vamos trazer para análise um artigo de George Lakoff (1970) - "A Note on Vagueness and Ambiguity" - no qual ele apresenta alguns "testes" (bem a gosto dos sintaticistas) que tornam precisos os limites entre os dois termos. Infelizmente, alguns dos exemplos **só** funcionam em inglês. Por isso, serão mantidos nesta língua, acrescidos da tradução para o português. Em alguns casos, a explicação serve para ambas as línguas. Vamos, então, conferir o aparato montado por Lakoff:

Ambigüidade

(14) Selma likes visiting relatives.

Selma gosta de visitar os parentes.

(15) Harry was disturbed by the shooting of the hunters.

H. foi perturbado pelo tiro dos caçadores.

(16) The chickens are ready to eat.

Os frangos estão prontos para comer.

Vaguidade

(17) Harry kicked Sam.

H. chutou Sam.

(18) Sam bought a lamp.

S. comprou uma lanterna.

(19) Max left for Rome.

M. partiu para Roma.

Para Lakoff, (14) - (16) são "auto-evidentes", ou seja, são casos evidentes de ambigüidade por si mesmos. Suponho que isso signifique que as interpretações que tais enunciados possam receber estejam todas contidas e circunscritas na estrutura da língua, não há falta de informação.

Já os casos (17) - (18) não teriam o mesmo efeito de auto-evidência, pois há informações deixadas vagas. Em (17), Harry poderia ter chutado Sam com o pé esquerdo, ou com o direito, ficando vago com qual (se bem que para Sam isso não deva importar muito!). Em (18), Sam poderia ter comprado a lanterna por 5 dólares, ou por 100 dólares, a quantia exata é deixada vaga (se bem que aqui isso deve interessar bastante a Sam!). Em (19), Max partiu para Roma de um determinado lugar onde ele estava. Se Londres, Cingapura ou Campinas não se sabe, pois o lugar de partida fica vago.

A primeira impressão que fica dessa descrição é que ela aparece como algo irreal, um jogo de faz-de-conta, tão artificial quanto ilusório. Afinal, a língua

não é isso, não existe esse ideal de explicitude, de completude... A não ser no desejo de alguns lingüistas que sonham em purificá-la, em mantê-la controlada, submetida a testes.

Pois é justamente **um teste** que Lakoff vai propor para distinguir ambigüidade de vaguidade nos "clear cases" mencionados antes. A argumentação é a seguinte:

(1") S. likes visiting relatives and so does Sam.

S. gosta de visitar os parentes e Sam também. (este exemplo só funciona em inglês.)

(2") H. was disturbed by the shooting of the hunters and so was Al.

(3") The chickens are ready to eat and so are the children.

Estas sentenças seriam ambíguas de dois modos, e não de quatro modos. Por exemplo, (1") pode significar

S. likes going to visit relatives and Sam also likes going to visit relatives ou

S. likes relatives who are visiting and Sam also likes relatives who are visiting.

O ponto de dubiedade, em inglês, recai sobre "visiting relatives" que tanto pode ser o verbo em sua forma -ing (infinitivo precedido de preposição), quanto o adjetivo derivado do verbo. Daí as duas possibilidades: X gosta de visitar parentes, ou X gosta dos parentes visitantes.

Conforme o teste, (1") não poderia significar

S. likes going to visit relatives and Sam likes relatives who are visiting, ou

S. likes relatives who are visiting and Sam likes going to visit relatives.

A justificativa é a de que a operação da regra de apagamento do VP (sintagma verbal) requer uma identidade da estrutura subjacente, e não da estrutura superficial. De modo similar, (2") e (3") são ambíguas apenas de dois modos. O mesmo significado é requerido à esquerda do período, bem como à direita.

Quanto às **sentenças vagas**, como era de esperar, funcionam diferentemente em tais construções.

(4") Harry kicked Sam and so did Pete.

(5") Sam bought a lamp and so did Sandra.

(6") Max left for Rome and so did Henry.

Em (4"), se H. chutou Sam com o pé esquerdo, por hipótese, isso não implica que Pete também o tenha chutado com o mesmo pé. Se Sam pagou 5 dólares pela lanterna mencionada em (5"), não significa que Sandra tenha pago o mesmo preço. Tampouco (6") requer que Max e Henry partissem do mesmo lugar. Em suma, nesses exemplos a vaguidade à esquerda da sentença é independente da vaguidade que ocorre à direita.

Como se vê, o teste é bastante simples e previsível. Para comprovar sua eficácia Lakoff apresenta alguns exemplos não tão claros como os anteriores, e que por isso mesmo poderiam "perturbar" uma classificação distintiva. Vou citar apenas um exemplo, por ser suficiente e para poupar meu leitor.

(20) John cut his arm with a knife.

J. cortou seu braço com uma faca.

Aqui, é possível analisar a estrutura como se J. estivesse usando a faca para descascar batatas e, acidentalmente, tivesse cortado seu braço; ou J. poderia ter usado o instrumento para, intencionalmente, cortar seu braço. Segundo Lakoff aponta, tal sentença poderia ser tida como **vaga** (com respeito à intenção do sujeito), mas não **ambígua**. Só que isso viria em desacordo com os resultados do teste já discutido. É providenciada, então, uma "conversão" da sentença ao teste, para que se chegue a uma classificação adequada.

(7'') J. cut his arm with a knife and so did Harry.

Neste caso podem estar presentes dois cortes propositais ou meramente acidentais. Mas (7'') não poderia significar, segundo a lógica do teste de Lakoff, que J. acidentalmente feriu seu braço e Harry propositadamente cortou-se. Ou os dois estão juntos na intenção, ou juntos no acaso. Sendo assim, se o teste é preciso e funciona de fato, o caso (7'') é o de uma sentença **ambígua**, e não **vaga**. O que reforça a teoria de outros sintaticistas de que todo verbo deva ser morfologicamente marcado como volitivo ou não-volitivo.

Para se falar da distinção ambigüidade/vaguidade, utilizou-se um critério gramatical que circulou com alguma repercussão na sua época e que procurava tornar mais límpidos e objetivos limites que, por natureza, não se prestam para isso. É difícil comparar fatos lingüísticos que são de planos diferentes, como já ocorreu na seção anterior com o par ambigüidade/duplo sentido. É mais difícil ainda quando se faz intervir apenas a língua, como se estivesse dissociada do sujeito e da situação.

Uma distinção que costuma ser percebida é a de que a falta de especificação pode ser voluntária, a critério do sujeito e de suas conveniências, ao passo que a ambigüidade pode ser inconsciente, o sujeito não se apercebe dela. No caso de uma frase como:

(21) O paciente deixou o quarto em boas condições.

A falta de especificação permite o jogo **com e sobre** a língua. A ambigüidade aqui é uma abertura para o mal-entendido, para o inconsciente, para a brincadeira. Afinal, "as boas condições" referem-se **ao paciente** ou **ao quarto**? Respostas em aberto...

A distinção ambigüidade/vaguidade é mais uma fronteira da língua de difícil demarcação. Nem por isso se deve incorrer em generalizações que tratem um termo pelo outro. É sempre bom considerar que nem toda vaguidade implica ambigüidade.

Importa ter presente que os sujeitos não detêm a chave da "morada da língua"; os sentidos não são atribuídos por eles, nem pertencem unilateralmente à

língua. Os sentidos são produto de uma construção lingüística e histórica, que passa por um processo social no qual os sujeitos determinam e são determinados.

A inscrição dos sujeitos e das condições de enunciação no próprio sistema se deve a essa dimensão aberta da linguagem que explica a possibilidade de fenômenos como a ambigüidade e a paráfrase.

4.3. Ambigüidade e Ambivalência.

De alguma forma, a lingüística, e mais especificamente a gramática gerativa, tratou de submeter a ambigüidade à sua ordem, buscando enquadrar o fenômeno aos níveis conhecidos de descrição e explicação. O termo é concebido como **dualidade** tanto na linguagem corrente, quanto na linguagem mais especializada. Um enunciado ambíguo dissimula sob a aparência de unicidade duas ou mais significações. Normalmente, como se viu em seções anteriores, funciona no enunciado uma **disjunção**, absoluta ou relativa.

A ambigüidade, no modo como a lingüística a define, passa a ser um "problema a resolver". A sua antítese - a ausência de ambigüidade - não tem um nome específico, mas pode ser relacionada à univocidade. E assim se fecham os dois pólos de toda reflexão sobre a significação: de um lado, a **univocidade da**

linguagem, garantia da comunicação interpessoal, de outro, a ambigüidade fundamental da linguagem, avessa à concepção de uma unidade ilusória.

Pierre Le Goffic (1982) é quem descreve esse quadro, que acabamos de traçar. Segundo ele, esses dois pólos, verdadeiros mitos, seriam a tese e a antítese, aos quais uma teoria da ambivalência, suficientemente elaborada, forneceria a síntese dialética.

E assim vemos introduzida na discussão a noção de **ambivalência**, termo originário da psicanálise e que não costuma circular na lingüística. O artigo de Le Goffic pretende justamente mostrar a conveniência de trabalhar com o termo, no lugar da ambigüidade, ou então, alargar e aprofundar a problemática, incorporando o termo à lingüística.

Na Psicanálise, Freud trata do termo em "*Totem et Tabou*", dedicando-lhe um capítulo "Le totem et l'ambivalence des sentiments". A ambivalência dentro dessa ótica é a presença simultânea de dois componentes de sentidos contrários; seu domínio de eleição é o domínio dos sentimentos, das atitudes. Freud dá como exemplo as relações entre genro e sogra, para ilustrar a mistura de elementos afetuosos e hostis. Le Goffic destaca que a utilização que Freud faz do termo ambivalência marca uma contradição cujo foco está nos sujeitos, e cuja origem reside num dualismo antagonista das pulsões. No concernente à linguagem, a relação se daria duplamente (Le Goffic, 1982:87):

a) na medida em que o sujeito pode transferir a ambivalência sobre uma palavra, sobre um objeto (cf. o objeto tabu) ou uma representação;

b) na medida em que a ambivalência do sujeito vai se exprimir através de sua linguagem, ou se revelará a quem sabe interpretar.

A referência à Psicanálise serve para situar o terreno onde o termo começa a ser trabalhado e que se mostrou fértil e produtivo, dando frutos até hoje. Evidentemente o interesse nosso não é (e tampouco de Le Goffic, que levanta a questão) o de permanecer nesse campo, mas procurar examinar o funcionamento ambivalente em lingüística. E comprovar, se possível, se a lingüística sai favorecida em utilizar a noção.

A. Culioli é um dos pioneiros a relacionar ambivalência e linguagem. É dele a introdução do termo "operador ambivalente", (Culioli, 1973), em artigo em que analisa algumas contradições em lingüística. Seu percurso, contudo, excessivamente voltado para aspectos formais restringiu o acesso e a adesão de muitos seguidores, apesar do prestígio e reconhecimento de que desfruta no meio.

Pierre Le Goffic, que escreveu uma tese sobre *"Ambiguïté linguistique et Activité du Langage"* (1981), sentiu a necessidade de incluir a ambivalência nos seus estudos. Para isso ele pega toda uma série de casos onde uma oposição (sintática ou semântica) entre A e B se resolve de outro modo que pela negação de um dos dois termos. Os dados serão divididos em dois grupos, conforme o modo como resolvem uma oposição entre A e B:

1. A e B: há composição (de vários modos possíveis) entre A e B.
2. (A ~ B) ~ C: há a ambigüidade da ambigüidade, dúvida sobre a oposição A/B.

A composição entre A e B se faria de diferentes modos:

- a totalidade de A + a totalidade de B: é o duplo sentido;
- um produto misto;
- um produto intermediário.

Grésillon (1988), que já vimos ao falar sobre "duplo sentido", diverge da classificação que Le Goffic faz dos casos de "ambivalência". Para ela, onde ele diz "nem A nem B, mas C", misto de A e B, ou "nem A nem B, mas C", intermediário entre A e B, o que temos é um caso de "disjunção relativa"; e quando ele diz "nem A nem B, mas C", equivalente a A e B simultaneamente, não se trata nem de ambigüidade, nem de ambivalência, mas de "duplo sentido".

A discussão não parece ser relevante. O que fica evidenciado é que a língua tem seus mecanismos de resistência. Sua não-transparência dificulta enquadramentos categóricos e a informação, muitas vezes, sai truncada, confusa, não-unívoca. Assim, é um tanto difícil esperar que uma oposição entre A e B possa se resolver sempre pelo esquema A e/ou B.

P. Sériot (1985), a respeito disso, lembra que a ambigüidade de interpretação de uma estrutura encadeada não reclama necessariamente uma resolução única, excluindo as outras. As diferentes variantes de interpretação podem **coexistir** tanto na recepção, como na emissão. É por essa razão que ele vai preferir também falar em **ambivalência**, ao invés de ambigüidade.

Os exemplos, em português, existem e costumam freqüentar livros e algumas aulas de gramática, servindo como exercícios de interpretação:

- ?Uma enfermeira com uma velhinha apareceu que tossia muito.
- ?Chegou uma moça com uma criança que usa chapéu.
- ?Trago esta cadelinha para sua irmã que tem as orelhas cortadas.

Há outro ponto que costuma gerar controvérsias: a existência ou não de ambigüidade em certos tipos de frase. O exemplo apontado por Le Goffic é o enunciado **Paulo apreciou a crítica de Jakobson**.

A primeira análise (duas interpretações - duas estruturas) considera o enunciado ambíguo. Tanto pode ser:

- (1) "Paulo apreciou (Jakobson criticar X)", quanto
- (2) "Paulo apreciou (X criticar Jakobson)".

A ambigüidade é tida como "dualidade", "duplicidade interna" a ser resolvida.

A segunda análise (**uma** estrutura - **uma** significação lingüística) não reconhece o enunciado como ambíguo, apenas como indeterminado. No plano da descrição lingüística, é atribuída uma significação indeterminada, mas não ambígua, do tipo "Paulo apreciou a crítica que tem a ver com Jakobson". No plano do discurso, esta significação indeterminada pode ser especificada facilmente pelas condições de produção envolvidas. Só que, nesse caso, segundo Le Goffic (ibidem:100), o limite já não concerne mais à lingüística. Sua proposta para sair

do impasse (um verdadeiro "diálogo de surdos" entre as duas análises) é a de procurar ultrapassar a oposição entre os dois lados. A argumentação é interessante: afinal, o problema de um sintagma como a **crítica de Jakobson** não é justamente o não saber se devemos tomá-lo como ambíguo ou não? O "fato" na sua essência não é a própria hesitação, essa possibilidade de divergências? Nesse caso, sendo afirmativas as respostas, ele se sente autorizado a falar de "ambivalência", a propósito do enunciado. O duplo aspecto (ser e não ser ambíguo) passa despercebido dos falantes e não costuma ser explorado pelos lingüistas. A **ambivalência** é aqui a **ambigüidade da ambigüidade** e afeta boa parte do sistema lingüístico.

Ao procurar mostrar a vantagem de se considerar certos problemas clássicos da ambigüidade, pela ótica de um funcionamento ambivalente da linguagem, se busca valorizar um funcionamento que brinca com o princípio de contradição, que joga com oposições e que chega a conciliar os termos.

E o que me parece relevante nesse enfoque é a constatação de que, ao contrário da ambigüidade, a ambivalência leva à não-separação da Língua e Discurso. Por aí se abre a possibilidade de unificar, como quer Le Goffic, a construção da significação: "do semantismo da frase ao do texto".

5. Ambigüidade: um ajuste de contas

"Nunca faltam os bons espíritos se dando por missão livrar os discursos de suas ambigüidades, através de um tipo de "terapêutica da linguagem" que fixará, enfim, o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados."
(Pêcheux 1982b :41)

Se fizermos um esforço de retomada do que se viu até agora englobado, a grosso modo, sob o nome de **ambigüidade**, será possível discernir duas grandes tendências:

(1) de um lado a que aparece formulada com tanto espírito e ironia na epígrafe acima, e que se expressa dentro de um mundo lógico reduzido, cujos limites não admitem fendas, brechas ou rachaduras;

(2) de outro lado, uma tendência que admite "surpreender a linguagem", (des)construir os sentidos, perturbar a ordem do sistema e driblar suas regras.

A primeira tendência tem sido, ao longo dos tempos, majoritariamente mais forte e prestigiosa, até porque conta com o aparelho político e institucional a

garantir a primazia da língua como "a senhora do castelo". Contudo, já se apontam mudanças nesse quadro estabelecido. Elas começam a recolocar em causa o primado da proposição lógica e a trazer para dentro do estudo da língua os fatos deixados à margem, por indesejáveis, problemáticos, fugidios... A pesquisa lingüística estaria assim, como diz Pêcheux (1988:50), começando a se descolar da obsessão da ambigüidade (entendida como lógica do "ou...ou"), para abordar o próprio da língua através do papel do **equivoco**, da **ellipse**, da **falta** ... (grifo meu).

Na expressão de Barthes - *tricher la langue* - que Gadet (1981) retoma como título de um artigo, está contida essa possibilidade que a língua comporta, como espaço de jogo. Muda a posição da língua por esse novo viés: deixa de ser a juíza severa e implacável que não admite transgressões no cumprimento do ritual. Gadet radicaliza os extremos de cada lado, descrevendo-os como um entremeio que vai da "miragem de uma língua sem regras" ao "fantasma de uma língua regrada de maneira estável e categórica". (Ibidem :124)

O importante a realçar nesse balanço é o papel representado pela ambigüidade (e pelo equivoco) dentro da mudança de perspectiva que nos interessa enfatizar. E aqui o termo **equivoco** assume uma relevância decisiva. Vale a pena retomar as palavras de Pêcheux (1988): notam-se tendências recentes na lingüística de um descolamento "obsessivo" da ambigüidade para abordar "o que é próprio da língua", através do papel do equivoco...

O termo **ambigüidade** está ligado intimamente a um enfoque e tratamento estritamente lingüísticos, corporificados sobremaneira na gramática gerativa transformacional. Portanto, a sua menção já aciona uma concepção de língua que vai trabalhar no sentido de "resolver" a ambigüidade, "suprimi-la", "explicá-la". É a tal conduta "terapêutica", referida lá no início.

O **equivoco da língua**, por sua vez, está associado "ao que é próprio da língua", ou seja, ao seu **real**. O equivoco deixa de ser o problema para ser o modo de acesso à dimensão que interessa investigar. De fato lingüístico marginal a "fato estrutural implicado pela ordem do simbólico". (Pêcheux, 1988:51). Por isso é possível afirmar que todo gesto de tomada da palavra se encontra intrinsecamente exposto ao equivoco da língua. É por isso também que a ambigüidade, caso limite do equivoco, e considerada como lugar privilegiado de sua expressão, sucumbe, em nome das exigências de clareza e nitidez, a funcionar como "sintoma" e limita-se a aparecer como "paródia".

A segunda tendência - aquela que admite a possibilidade de "surpreender a linguagem" - ganha, então, espaço e penetração e se mostra um caminho de instigantes "aventuras teóricas", no qual a **ambigüidade**, redimensionada, e o **equivoco**, valorizado, passam a se constituir em parceria frutuosa. De coadjuvantes, em potencial, a protagonistas eventuais...

É importante que se enfatize que, em matéria de língua, não se vai de um pólo a outro, zerando tudo o que ficou para trás. Seria novamente cair na ilusão e na camisa-de-força do "isso ou aquilo". A tensão entre **liberdade** e **coação** faz parte constitutiva do sistema, o qual contém em si tanto a possibilidade *do jogo da/na* língua, quanto a necessidade de um ordenamento. A espessura material do

significante vem junto com a inscrição da história na língua. E por isso ela significa.

Nesse pretendido ajuste final depreende-se uma constatação: definitivamente começam a balançar os alicerces da sagrada trilogia: **Transparência/Univocidade/Regularidade**. Quem a menciona é Gadet e Pêcheux (1981), apresentando-a como primado em um mundo lógico reduzido, contra o qual se opõe tudo o que não entre nesse sistema: "o ambíguo, o ambivalente, o irregular, a exceção, o vago... o não normatizado". (Ibidem :155)

Com a mudança de terreno que começa a haver os três postulados da trilogia são postos em causa, cada vez com maior consistência. Em lugar da transparência, a opacidade; afinal, a língua tem suas resistências e não se presta a ser o figurino sob medida que veste com caimento impecável "a roupa do pensamento". O material de que é feita não é reversível, mas tem densidade e espessura. Em lugar da univocidade, a multiplicidade, ainda que tendo um limite historicamente determinado. Não se pode pretender "dar conta da língua" de modo absoluto, ela foge ao controle muitas vezes, surpreende, embaraça. Em lugar da regularidade, que supõe um objeto homogêneo, a dispersão de regularidades, o objeto instável e heterogêneo.

Estamos distantes, portanto, daquela visão idealizada de sociedade, na qual reina a perfeita biunivocidade entre idéias claras e completas, identidade de intenções e homogeneidade de representações nas relações sociais. O universo no qual se inscrevem nossas indagações é aquele universo discursivo não estabilizado logicamente (de que fala Pêcheux), onde a ambigüidade e o equívoco constituem, como já se disse, fatos estruturais incontornáveis.

É necessário, pois, que se interroguem os efeitos desses fatos no discurso e se vislumbre a articulação entre os mecanismos lingüísticos por eles acionados e a teoria da determinação histórico-social que lhes dá sustentação. Mais do que pretender recuperar a equivocidade na discursividade, importa é perceber no equívoco da língua os efeitos de discursividade que são manifestados. Seguindo no rumo da busca do equívoco da História (ideologia?), do equívoco do sujeito (o inconsciente?), falta analisar o equívoco da língua. (Algumas destas questões já começaram a ser respondidas por Orlandi em seus trabalhos [cf. Orlandi, 1992, *As formas do silêncio*]).

PARTE III

DA SINTAXE E DO DISCURSO

CONFRONTANDO OS LIMITES

1. A questão do impossível como condição da língua.

Ao fazerem um balanço do encontro sobre "Materialidades Discursivas", realizado em Nanterre, em 1980, os organizadores (entre eles, Michel Pêcheux) escolheram o título - "A fronteira Ausente" - para se referirem à **sintaxe**.

Segundo eles, a possibilidade de gramática de uma língua se funda na oposição entre **o que pode ser dito** e **o que não pode**, ou seja, uma referência ao possível e ao impossível da língua, distinta da idéia de proibido, de interdito, que é própria da concepção prescritiva, predominante na gramática escolar.

As repetidas menções ao termo **gramática** requerem necessariamente uma explicitação, ainda que breve, dos sentidos em jogo nas diferentes concepções. Evidentemente não caberia aqui um aprofundamento do tema; apenas não se pretende omitir o recobrimento de interpretações contidas numa noção ambígua como é a noção de gramática. Resumidamente, podem-se enumerar três sentidos ao termo:

- (i) conhecimento lingüístico (competência);
- (ii) representação gramatical (modelo);
- (iii) faculdade de linguagem (estrutura) .

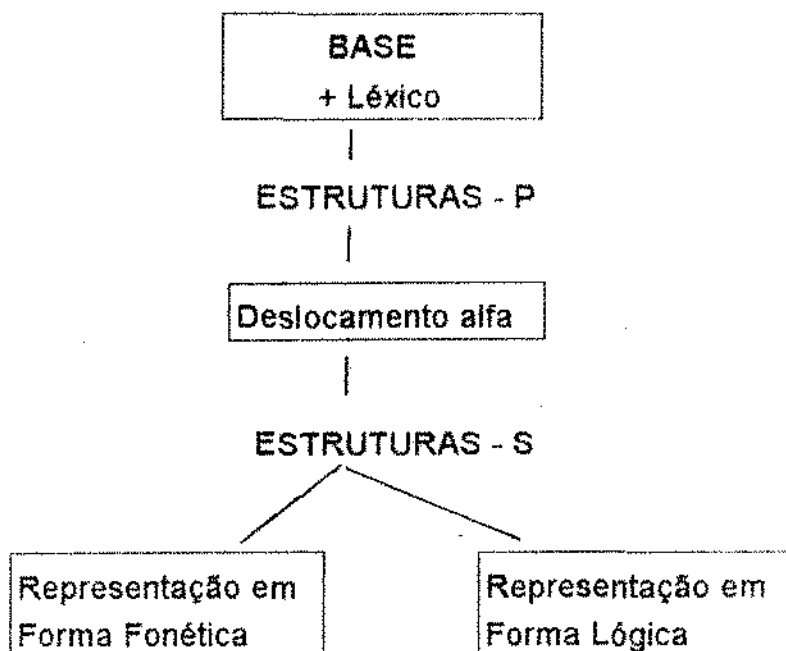
Chomsky, em "Aspects", emprega **gramática** com uma ambigüidade sistemática em duas acepções:

(1) para expressar a teoria da língua que o falante possui representada internamente e

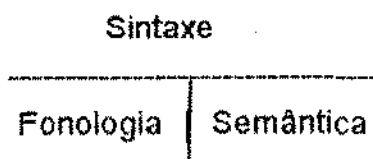
(2) para indicar a explicação que o lingüista dela fornece. Ambas correspondem aos dois primeiros sentidos há pouco referidos, mais especificamente o de **competência** e **modelo**. Quanto à faculdade de linguagem

(3) está associada à Gramática Universal (GU) e pode ser concebida como uma **estrutura** modular abstrata, cujos componentes consistem em duas entidades: os **princípios** e os **parâmetros**. Nos termos de Chomsky, a GU é o estado inicial da faculdade de linguagem (S), e a gramática do indivíduo adulto constitui o seu estado final, firme ou estável (s). Para tornar a hipótese da GU inata compatível com a diversidade das línguas existentes é que Chomsky pressupõe os referidos "parâmetros variáveis" no interior desta gramática. (Exemplo: a ordem S V O nas diferentes línguas). Assim, enquanto os princípios são rígidos, fixos e definem o que não varia, os parâmetros definem a possibilidade de variação nas línguas.

No chamado modelo GB (Government and Binding), de 1981, a acepção de gramática aparece como um dispositivo complexo, caracterizado pela interação modular de seus componentes. Neste sentido, os níveis de representação da gramática são considerados níveis de interface, ficando a gramática num lugar de tensão entre eles:



Esta concepção gramatical é igualmente denominada "Teoria T", por apresentar uma organização tripartida:



Haveria ainda um sentido (4) de gramática, relacionado à Gramática Escolar, colocada no papel de "guardiã da língua". Este conceito é de natureza predominantemente sócio-cultural, pouco tendo de natureza propriamente lingüística, sendo o de circulação mais corrente.

A Gramática Tradicional, como costuma ser designada, "é normativa por princípio, comprometida por opção e tem como corolário o valor (é valorativa). Ao fixar o uso e prestigiar o **correto**, compromete-se com a norma culta, estabelecida por critérios não-lingüísticos" (Leandro Ferreira, 1982 : 13). Certamente, não é desta gramática que nos ocupamos neste trabalho, embora reconheçamos seu lugar no enfoque do ensino de línguas.

Os lingüistas geralmente ao relacionarem o gramatical ao possível quase sempre o fazem sem referir-se ao impossível, no que ele supõe de negativo. A GGT, por seu lado, enfrenta esta questão e a trata sob a forma de oposição entre o **gramatical** e o **agramatical**, o que leva a indagações sobre a fronteira entre esses dois termos: o que ela separa de fato, existe divisão entre o que está fora e o que está dentro, os referidos termos não têm a mesma natureza... ?

A técnica do asterisco, empregada de modo sistemático pela gramática gerativa, consiste em deixar aparecerem as propriedades negativas, sinalizando precisamente a inscrição feita à margem, fora desses paradigmas. Tem, pois, uma função opositiva, demarcando as **formas possíveis** da língua das **formas impossíveis**.

Gadet & Pêcheux (1981), em livro onde examinam em profundidade e sutileza crítica o modelo gerativo, reconhecem o mérito histórico da GGT em ter designado o lugar onde, na **língua**, o gramatical não cessa de negociar com o não-gramatical. Ou seja, a existência do impossível, do proibido está inscrita na ordem própria da língua. Lamentavelmente, Chomsky parece ter-se perdido na exclusão especulativa das línguas lógicas, afastando-se do "real da língua". Como Gadet & Pêcheux afirmam, a lingüística chomskiana cedeu ante suas

contradições, já que tudo indica não haver lugar para a resistência e a subversão em um modelo teórico que pensa a **linguagem** como "órgão mental" e que tem uma concepção não-contraditória da **língua** e da **sintaxe**. A GGT apaga assim sua própria descoberta ao encobri-la no espaço da normalidade biológica.

Ao delimitar o que vem a ser a rede do **real da língua**, Chomsky obriga-se a admitir que o saber lingüístico do sujeito falante excede sempre o que o lingüista é capaz de construir a respeito. Esta admissão é para a teoria um reforço ao argumento da **pobreza do estímulo** que sustenta a "hipótese do inatismo". A propósito desta hipótese, Chomsky faz uma crítica-desabafo em "Reflections on Language", que não deixa de ser, em parte, verdadeira. Diz ele que a expressão "hipótese do inatismo" é mais empregada pelos críticos do que pelos defensores da posição a que se refere.

Nunca empreguei essa expressão, pois ela leva apenas a equívocos. Toda teoria da aprendizagem digna de consideração incorpora uma hipótese de inatismo... A questão não é determinar se a aprendizagem pressupõe ou não uma estrutura inata - é claro que pressupõe; isso nunca foi posto em dúvida - mas sim quais são as naturezas inatas em domínios específicos. (Chomsky, 1975:16-7).

Seguramente os equívocos a que Chomsky se refere diferem dos que levamos em conta. O equívoco não estaria no uso "impróprio", "distorcido", mas na concepção do termo, em seus pressupostos, em sua natureza. E mais do que isso: na própria filiação teórica de Chomsky.

A tese de que a "linguagem é inata" repousa unicamente, para Milner, sobre um raciocínio lógico que ele resume assim:

(i) há nas línguas estruturas universais;

(ii) há nas línguas estruturas que não podem ser aprendidas;

(iii) há entre (i) e (2) uma intersecção significativa: X

Conclusão: X é inato e não é adquirido.

Milner (1989:233) desenvolve fartamente este silogismo, o que não nos interessa reproduzir aqui. Apenas serve para reiterar a pertinência entre a tese do inatismo e a da pobreza do estímulo, tão cara a Chomsky.

Chomsky (1986) denomina a "pobreza do estímulo" de "problema de Platão" e a caracteriza como o abismo entre experiência e conhecimento. Procura-se investigar, por essa via, como se dá o fenômeno de o falante saber tanto de sua língua exposto a tão poucos dados.

Nesses casos de assimetria entre estímulo pobre e conhecimento rico, Rizzi (1988:8) assinala que a evidência sugere fortemente que o conhecimento adquirido não é controlado pela experiência, mas pela **mente**.

Frente a tal realidade, a solução de Chomsky para o "problema lógico" é considerar que o conhecimento da língua se desenvolve na criança por meio de um processo de crescimento biológico, que não seria apreendido integralmente através de condicionamentos, ensaio-e-erro, abstração, associações, etc. Volta-se, pois, a reafirmar a concepção da linguagem como "órgão".

Na perspectiva da sintaxe chomskiana, o conhecimento da língua se manifesta na produção de frases gramaticais, bem como no **juízo** do falante a respeito dos fatos observados. Os julgamentos baseiam-se normalmente na gramática, mas incluem também fatores ligados ao desempenho. Os falantes nativos, por essa ótica, têm intuições lingüísticas acerca das propriedades dos enunciados da língua. Tais intuições constituem a fonte primária da evidência lingüística interna e podem ocorrer em qualquer nível (sintático, fonológico ou semântico), atendo-se à boa-formação ou à estruturação sintática em si mesma.

Os julgamentos de gramaticalidade constituem o único controle empírico de que o lingüista dispõe para validar o modelo de regras que ele postula. Desempenham por isso um papel essencial na argumentação lingüística e na testagem das teorias. Os julgamentos respondem na prática a questões como: "este enunciado pertence à língua?", "é bem formado?", etc.

Este enfoque da constituição da língua como **rede de julgamentos** trazido à lingüística pela gramática gerativa representa uma contribuição decisiva para os estudos da sintaxe, enquanto modo de organização da língua. É isto que pode ser trabalhado por uma concepção discursiva que vê a língua como heterogênea e a sintaxe como algo que significa, que faz sentido.

1.1. O possível (gramatical) vs. o impossível (agramatical).

Falar de língua é falar da falta. Tudo não se pode dizer. Sempre faltam palavras para expressar algo. Existe o impossível a dizer, entendido como agramatical.

Nessas poucas frases está dito o fundamental de uma concepção de língua que pode derivar por caminhos imponderáveis ou ser resolvida dentro de um mundo lógico restrito e previsível. É assim, pois, que a sintaxe pode tanto se submeter a algoritmos informatizáveis, como pode escapar a isso pelas falhas, pelos equívocos, pelos deslizamentos, pelo impossível...

As noções de **possível/impossível da língua** podem ser associadas aos já conhecidos conceitos de **gramaticalidade/aceitabilidade**, cunhados e difundidos pela gramática gerativa. Vejamos um pouco mais de perto o funcionamento desses termos.

GRAMATICALIDADE é para Chomsky a noção mais importante e faz referência a um nível de abstração, estabelecendo um paralelo com outra noção-chave (a competência). A **gramaticalidade** se prende às regras de estruturação da língua e costuma designar a propriedade que as sentenças têm quando formadas ("geradas") pelas regras da gramática da língua.

ACEITABILIDADE diz respeito aos julgamentos intuitivos dos falantes/ouvintes sobre as seqüências de sua língua em qualquer nível.

Corresponde ao conceito de performance (ou desempenho) na consagrada dicotomia chomskiana. Chomsky descreve a **gramaticalidade** como uma propriedade local das **estruturas sintáticas**, enquanto a **aceitabilidade** como propriedade global dos **enunciados**. Assim, enquanto o par **gramatical/agramatical** refere-se à **estrutura**, **aceitável/inaceitável** tem a ver com o **enunciado**.

No modelo padrão de "Aspects", tanto o **gramatical** quanto o **aceitável** constituem uma questão de **grau**, cujas escalas nem sempre coincidem. Para exemplificar, Chomsky demonstra que as frases de (1) são um tanto ou quanto mais aceitáveis no sentido pretendido que as de (2):

(1) (i) telefonei ao homem que escreveu o livro de que me falaste

(ii) vários dos estudantes que conhecestes que vieram de Nova York
são meus amigos

(2) (i) o homem que o rapaz que os estudantes reconheceram apontou é
um amigo meu

As frases mais aceitáveis, segundo Chomsky, são as que têm maior probabilidade de serem produzidas, as que são mais facilmente compreendidas e, num certo sentido, as que são mais naturais (Ibidem:92).

A frase (2) estaria num grau baixo da escala da aceitabilidade, mas num grau alto da escala da gramaticalidade, na acepção técnica deste termo. De acordo com Chomsky, "tal como a aceitabilidade, a gramaticalidade é, sem dúvida, uma questão de grau" (p.92). As frases gramaticais não aceitáveis muitas

vezes não podem ser usadas por razões que não têm a ver com a gramática, mas antes com limitações da memória, com fatores estilísticos e de entoação e assim por diante.

Na aceitabilidade a intuição é um fator que aparece com mais destaque, já que há casos em que o falante hesita em seu julgamento, ou então, em que há diferentes julgamentos feitos por diferentes falantes. Na gramaticalidade não há necessariamente coincidência com o grau de aceitação das orações, uma vez que ela se prende às regras de estruturação dessas orações.

A AGRAMATICALIDADE (NÃO-GRAMATICALIDADE) seria, por sua vez, o fenômeno inverso do gramatical, indicando as seqüências mal-formadas sintaticamente que não foram geradas de acordo com as regras gramaticais de uma determinada língua natural. Há gerativistas (Charlotte Galves está entre eles) que consideram a agramaticalidade, bem como a gramaticalidade fenômenos resultantes de uma **construção** teórica do lingüista, divergindo, assim, da questão de **grau**. Para eles uma estrutura é gramatical, ou não é.

A preocupação do lingüista ao estudar uma língua, observa Perini (1976), é construir uma gramática tal que as seqüências gramaticais coincidam com as aceitáveis. A gramaticalidade é apenas um dos fatores que determinam a aceitabilidade, por isso existem frases inaceitáveis que mesmo assim são gramaticais. A justificativa de inaceitabilidade, por exemplo, da clássica frase "colorless green ideas sleep furiously" deve-se ao não cumprimento de uma regra de seleção, o que impossibilita uma interpretação literal coerente, ainda que não afaste a possibilidade de uma interpretação metafórica ou alusiva, se for fornecido um contexto apropriado. A esse respeito, Almeida (1989:148) lembra que a

tendência hoje da teoria aponta para uma descrição muito mais explicativa, não havendo diferença entre sentido literal e sentido metafórico. "Ao ser incorporada à gramática a atribuição de papéis temáticos pelas categorias lexicais básicas (V,N,A,P)... abrem-se novas perspectivas para o estudo da metáfora nos estudos gerativistas (Ibidem:149).

Segundo Milner (1989), o raciocínio ao qual serve a célebre frase chomskiana ("colorless green ideas...") é tipicamente um raciocínio por variação. A rigor, o que se procura é estabelecer a dimensão do "gramatical puro" por oposição ao "semântico". E isso poderá ser feito através de um jogo de montagem de várias séries, entre as quais uma frase será a-semântica sem ser agramatical ("colorless green ideas sleep furiously"); outra, a-semântica e agramatical ("furiously sleep ideas green colorless"); uma outra, agramatical sem ser propriamente a-semântica ("the child seems sleeping") e assim por diante. O método consiste em operar as variações, relacionando dados de língua **possíveis** ou **impossíveis** numa estrutura análoga ao diferencial gramatical que tradicionalmente costuma operar em distintas concepções de gramática.

M. Ronat (1977 :6), em seus "Diálogos...", alerta para o risco que paira em uma pergunta do tipo: "**pode-se dizer isso em francês...?**" O risco estaria em que tudo **a priori** é possível se a língua for enfocada de maneira lúdica. As mais inusitadas combinações de palavras ou sons são permitidas. Por isso Ronat ao distinguir três ordens de possíveis na língua, deixa claro que não se trata de determinar "o que é possível na modalidade de jogo".

Ao que Gadet e Pêcheux contrapõem: "e por que não? os jogos sobre a língua são acaso tão diferentes das regras da língua?" (Gadet &

Pêcheux, 1981:164). (Vou tratar desta questão no capítulo seguinte).

O lingüista, certamente, vai adotar critérios "mais sérios" para seu julgamento, afinal trata-se de um cientista...

Dentro da distinção proposta por Ronat, há **três possíveis**:

(1) o **científico**,

(2) o **lúdico** e

(3) o **jurídico**.

O lingüista se aproximaria do (1), uma vez que este repousa em "inclinações naturais" (ibid.: 7); o (2) seria, talvez, dos leigos, por isso mais distenso, frouxo, livre e o (3) seria o possível prescritivo das gramáticas escolares, das normas e convenções.

O interessante desta tipologia (como, em geral, tende a acontecer) é que tudo parece se encaixar, nada fica de fora. Toda a complexidade da condição de língua se domestica, fica regulada.

Retomando o enfoque que interessa à presente análise, é preciso ressaltar que **ser possível em lingüística** abrange mais do que poder ser constatado em um tempo e um lugar. Tem a ver, na verdade, com a inscrição nos paradigmas da língua considerada.

1.2. Os sistemas de (im)possibilidade na ótica milneriana.

O pressuposto implicado na zona de disjunção entre o possível e o impossível abre para um **juízo diferencial** que retoma o princípio de que, em matéria de língua, **tudo não se pode dizer**.

O ponto de partida da concepção teórica de Milner (1989) é a existência de dois sistemas de possibilidade:

- (1) o possível de língua;
- (2) o possível material.

O possível de língua não é da mesma natureza que o possível empírico, mas Milner não os corporifica, dificultando assim uma visualização do seu dizer.

O juízo diferencial a que ele se refere concerne ao que em matéria de língua é **possível** ou **impossível**, supondo, pois, que há um **impossível de língua**. Um impossível de língua não é um **impossível material**, já que os dois sistemas são distintos. Um dado de língua pode ser possível materialmente, isto é, atestado, e impossível na língua, ou vice-versa.

Ocorre que Milner não explicita suficientemente o que seria um dado de língua impossível, assim como não esclarece o que significa um dado de língua atestado, nem onde se daria. Assim ficamos apenas com a proposição de que existe um conjunto de dados da língua atestados e acessíveis à observação

imediatamente. Tal conjunto se divide em dados materialmente possíveis e dados lingüisticamente possíveis (coincidência entre os dois possíveis) e dados de língua materialmente atestados, mas lingüisticamente impossíveis.

A hipótese gramatical mínima que sustenta o fato gramatical por excelência desdobra-se assim em duas alternativas:

- I. Uma língua distingue entre formas possíveis e formas impossíveis.
- II. O possível de língua e o possível material são disjuntos.

A **disjunção** entre os dois sistemas é essencial à atividade gramatical, cuja originalidade só se manifesta nos casos em que os dois possíveis não coincidem. A intervenção gramatical importante se daria então quando um dado materialmente atestado é julgado lingüisticamente impossível. Em princípio, a situação inversa também poderia ocorrer (um dado lingüisticamente possível, mas não atestado materialmente), ainda que mais rara.

Propriedade material atestada -----> Impossível de língua Propriedade de língua possível <----- não atestada
--

A atividade gramatical vai consistir em emitir sobre os dados de língua um "julgamento diferencial", como foi mencionado no início. Tal julgamento resulta, de acordo com o exposto por Milner (ibid.: 58), da articulação e combinação de três tipos de julgamento encadeados: o de atribuição do diferencial gramatical, o de segmentação e o categorial.

Em vista disso, todo o processo gramatical será desencadeado com base em quatro constatações :

(i) todo sujeito falante é capaz de julgar os dados de língua e de fazê-lo diferentemente;

(ii) esta diversidade se situa entre dois pólos: um deles consiste apenas em julgar se um dado de língua é possível ("isso se diz"); o outro, em julgar se um dado de língua é impossível ("isso não se diz");

(iii) no seio de uma comunidade de falantes é possível encontrar um sujeito que julgue impossível o uso de uma dada forma, e outro que a julgará possível;

(iv) o uso por um sujeito de uma forma julgada impossível na língua é sempre **materialmente** possível; nada (físico nem moral) impede alguém de proferir um determinado enunciado como bem lhe aprouver (não há o interdito).

O que me parece relevante destacar nessas colocações envolvendo a noção de **julgamento** é o caráter material da língua que não pode ser elidido, às custas do poder decisório atribuído ao locutor. Convém ter presente que os enunciados podem sempre escapar à organização da língua, sobretudo a uma organização como a sintática que busca captar como se dá esse fenômeno (a sintaxe enquanto dispositivo para captar o real da língua).

A fuga dos enunciados, as brechas e deslizes que eles manifestam não devem ser imputados a enganos dos locutores, ou a falhas de desempenho no domínio da língua; mas sim, a um traço próprio à organização singular da língua, que não exclui nem rejeita o que escapa a suas próprias leis de formação. Em outros termos: o que falta ou o que excede são constitutivos da estrutura,

enquanto fatos lingüísticos incontornáveis.

A referência à **falta** e ao **excesso** remete diretamente às noções de **elipse** e **incisa**, desenvolvidas por C. Haroche (1984). Neste instigante trabalho a autora mostra como a gramática se empenha em reafirmar o caráter "linear" do discurso e da frase e como delimita tacitamente seu funcionamento global através da elipse ("uma falta necessária") e da incisa ("um acréscimo contingente"). Os dois fatos de linguagem representam um modo de ruptura do fio discursivo quer pela **ausência** de elementos explícitos, quer pela **presença**. Ambos rompem, cada um a seu modo - pela falta ou pelo excesso - (a incisa com mais gravidade) o ideal de completude gramatical; daí a necessidade de "regulá-los".

Outra questão que precisa ser discutida é sobre **quem** faz o julgamento diferencial acerca dos dados de língua. Na GGT este é um papel atribuído ao falante nativo, como informante preferencial e julgador competente. Milner não explicita este ponto, supondo-se que acompanhe a posição dos gerativistas em geral. Marandin, em depoimento pessoal, afirma que o julgamento é "partilhado entre o lingüista e os demais falantes". Uma partilha um tanto desigual, já que ele admite que o lingüista não é leigo, ele fala **sobre** a língua; ao passo que o falante nativo, como leigo, fala **na** língua. Como se vê, na hora da partilha do julgamento, alguns são "mais iguais que outros"... A situação se complica ainda mais caso não se admita a existência de uma metalíngua universal, como acontece na análise do discurso.

Ao longo de toda a reflexão levada a efeito nesta seção, está subentendida a idéia de que os falantes nativos (ou locutores) **falam a mesma língua**. Milner explicita este ponto, quando menciona que numa dada comunidade supõe-se que

tal fenômeno ocorra. Dentro dessa língua, coexistiriam vários sistemas, várias ordens heterogêneas em que há regularidades. A saber: fonológica, morfológica, sintática, lexical e semântica (frástica e discursiva). Cada um desses níveis tem seus diferentes usos, o que significa, na concepção milneriana, que "várias gramáticas distintas coexistem na mesma formação social e por vezes no mesmo indivíduo" (Milner, 1989:84).

O "falar a mesma língua", ainda que esta comporte variações, fica adstrito ao plano da materialidade empírica. Até aqui entraram em jogo os dados brutos e o modo de organização que lhe confere a sintaxe. Mas a língua, já se sabe, não pode ser reduzida a esse plano tão somente.

Ao enfocar essa questão sob uma ótica discursiva, cabe de imediato estabelecer com nitidez uma distinção: "a distinção é de um lado a **materialidade empírica** (a que reúne, dicotomizando, forma e conteúdo) e, de outro, a **materialidade histórica** com os processos de produção dos fatos de linguagem" (Orlandi, 1990:246). Agora não são os dados brutos, empíricos que estão em consideração, mas sim os dados providos de sentido, ou melhor dizendo, os fatos lingüísticos. E estes fatos, fazendo sentido, vão significar diferentemente em função de materialidades históricas desiguais.

É isso o que leva Courtine (1982) a afirmar que, no plano do discurso, frente a estruturas sintáticas determinadas, é possível atribuir valores antagônicos em diferentes formações discursivas. Por isso "fala-se a mesma língua, mas se fala diferente".

É isso também que leva Orlandi (1992b), ao escrever sobre "A Língua Brasileira", comparar o caso do Português do Brasil com o Português Europeu como línguas "consideradas as mesmas, mas que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas..." Os equívocos advêm por estarem em jogo "distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (lingüísticas), mas aparentando a mesma materialidade empírica" (p.4). Por isso, também aqui, falamos a **mesma** língua, mas a falamos **diferente**.

2. A Sintaxe como lugar de observação do Discurso.

"Sem Sintaxe não há emoção duradoura".

Fernando Pessoa

O termo **sintaxe** manifesta, em parte, a ambigüidade contida na palavra "gramática", significando ao mesmo tempo

(1) organização implícita e

(2) construção teórica.

Por **organização implícita** entendem-se algumas proposições, como as que seguem:

a) não há língua sem sintaxe, pois a organização das palavras não é jamais aleatória;

b) as relações sintáticas não são da mesma ordem das que se observam nos conjuntos matemáticos;

c) não há relação biunívoca entre natureza e função dos elementos;

d) o fato de haver numa língua um inventário limitado de funções (que aparecem em enunciados diferentes com significados diferentes) garante ao mesmo tempo o funcionamento da língua e a possibilidade de analisá-la.

Do ponto de vista da **construção teórica**, a divisão essencial se dá em consequência de uma análise da língua comportando um plano do significante e um plano do significado, definidos por suas relações recíprocas.

Enquanto lugar de observação, a sintaxe organiza um modelo de compreensão da frase, não do discurso, cujo domínio formal é inteiramente diferente ("um discurso não é uma frase e uma frase não é um discurso" - Marandín, 1993:6). Apesar disso, é reconhecido que a sintaxe pode constituir **uma forma de acesso** importante para a AD, como bem explicita Orlandi (1993c:16):

*Na Linguística, as teorias da sintaxe são um modo de dar conta da **organização** da língua, embora na sintaxe se possa reconhecer um lugar de acesso à **ordem** da língua. E é só nesse sentido que a sintaxe pode interessar ao analista de discurso... (grifo nosso).*

Do plano de organização da língua chega-se ao plano de organização dos acontecimentos e à tensão existente entre os dois programas que costumam não coincidir, com o segundo excedendo normalmente o primeiro.

Decorre daí um material que interessa à AD trabalhar, sob um enfoque não mais ao nível da "organização", mas da "ordem", anunciando uma distinção teórica com profundas implicações metodológicas, como se examinou em capítulo anterior.

Dispositivo de língua ---> Propriedade de língua ---> Observatório do discurso

Existe uma fecunda produtividade na colocação milneriana de conceber a sintaxe como **um lugar de observação**, no caso presente, como um **observatório do discurso**. Marandin, adepto da idéia, esquematiza um caminho a ser percorrido para esse fim e o expõe em depoimento pessoal:

O **dispositivo**, como prática analítica, funciona na captação do que constitui o real da língua. A epistemologia do dispositivo é marca de identidade da gramática gerativa e determina os modos de representação de seu aparato formal. A sintaxe como dispositivo que capta o real da língua deve supor uma estrutura que comporte os "furos do real", já que o real abre possibilidade de admitir a **falta** na teoria. E isto importa ao discurso.

A **propriedade** da língua é o nome-síntese que determina a atribuição de valores definidores da especificidade lingüística. A partição diferencial entre possível/impossível de língua, com a qual a lingüística tem uma relação fundamental, toma a forma, por exemplo, de uma atribuição de propriedade a um determinado dado da língua.

O **observatório** tem uma dimensão espacial, compatível com o modelo de sintaxe sistematizado por Milner. Trata-se, na verdade, de um lugar privilegiado de observação dos fenômenos da linguagem e sua formalização funciona como instrumento para apreender justamente as ditas propriedades da língua, tornando-as visíveis.

"Literalmente", diz Marandin (1993), "o dispositivo faz ver o processo de produção do sentido. Em outras palavras, a sintaxe é uma ferramenta essencial que entra na construção de um observatório dos discursos" (p.5). Segundo ele, em recente artigo onde analisa as relações entre **Sintaxe e Discurso**, o que permite essa observação é uma análise e uma manipulação sintáticas dos enunciados.

As árvores, as transformações, as regras, os componentes, os módulos... tudo isso deve receber uma interpretação substancial e constitui para Milner um dispositivo ligado às proposições refutáveis não refutadas da teoria. Aqui reside o verdadeiro parentesco, segundo ele, entre as diversas formas dos modelos desenvolvidos pela sintaxe chomskiana. "Assim, mesmo que a teoria chomskiana recente não seja gerativa, no sentido estrito do termo, ela compartilha com as formas autenticamente gerativas da teoria uma epistemologia comum: a epistemologia do dispositivo".

O modelo de sintaxe proposto pela GGT, nos termos de Marandin, é um modelo vertical de linguagem que articula teoria do espírito, competência e performance. Contra esse modelo é que se formam as questões sobre a sintaxe na AD, tanto no plano de suas construções teóricas, quanto de seus dispositivos descritivos. A proposta de Marandin (1993), apoiada substancialmente em Milner (1989), é para substituir esse modelo unitário da GGT, que concebe a sintaxe como instância única de articulação entre a forma e o sentido, por outros onde a articulação é apreendida em diferentes planos (morfológico, lexical, sintático, semântico discursivo).

Um dos pontos convergentes das pesquisas contemporâneas concentra-se na proposição de que **a linguagem não é uma**, ou ainda, de que **a linguagem é estruturalmente heterogênea**. Decorre daí uma profunda alteração na articulação que representa os diferentes modelos gramaticais.

A redefinição da articulação **forma/sentido** afeta, por sua vez, a definição do observatório da AD, no qual a análise sintática teria, como já se disse, um papel instrumental decisivo, uma vez que se admita que a mediação sintática intervém nos domínios do discurso. Nas palavras de Marandin (*ibid.*: 16), o lugar dado à sintaxe na construção do observatório só se compreende em definitivo se for admitida a seguinte proposição: "A sintaxe mediatiza toda relação forma/sentido mesmo quando não organiza as formas dotadas de sentido".

Existe na concepção até aqui apresentada uma impossibilidade real que dificulta o estabelecimento de "alianças teóricas" entre sintaxe e discurso. Refiro-me à própria ideologia presente no paradigma da epistemologia da gramática gerativa e à concepção de linguagem empiricista que sustenta a sintaxe posicional de Milner.

Inevitavelmente o paradigma que preside às formulações teóricas da AD é outro. Em sua primeira fase, no modelo da Análise Automática do Discurso (AAD/69), Pêcheux até demonstrou um fascínio pela epistemologia do **dispositivo**, ao propor a construção de uma "máquina discursiva", evidentemente construída em moldes não-positivistas. Mas não deu certo a iniciativa dessa máquina estrutural fechada, representando os processos de produção discursiva; e isso por inúmeras e complexas razões que não caberiam aqui.

De qualquer modo, ficaram as bases de uma concepção de linguagem que traz para a reflexão o domínio da historicidade. E este é o elemento diferencial que vai identificar e distinguir a AD de outras epistemologias.

Por este viés igualmente se constrói a distinção essencial para a AD entre **dado** e **fato**. Em artigo em que trata do assunto, Orlandi (1992a) chama atenção para esse deslocamento fundamental que nos faz passar do "dado" para o "fato" e "nos coloca no campo do acontecimento lingüístico e do funcionamento discursivo" (p.1). A ambigüidade do termo **fato** é notória e vem sendo reafirmada por nomes tão distantes e distintos quanto Althusser e Chomsky.

Milner (1985), ao comentar a constituição do fato em lingüística, considera-o essencialmente "um fragmento de teoria"; em consequência, não haveria fato sem teoria, sendo um lugar-comum considerá-lo "construído", como denota a própria etimologia. Para ele um **fato** pode ser um **dado**, mas não o inverso; um fato precisa ser estabelecido.

Orlandi, no citado artigo, abre uma brecha nesse esquematismo. Para ela *"há um certo sentido em que se pode dizer que existem dados em Análise de Discurso (...). São os objetos de explicitação de que se serve essa teoria para se construir como tal. Os dados são os discursos. E os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentidos entre interlocutores, sendo análise e teoria inseparáveis"* (p.2-3). Não existem, portanto, para a AD "os dados enquanto tal", pois eles resultam "de uma construção, de um gesto teórico".

Em geral, a maioria dos lingüistas trabalha com a noção de **dado**, considerando-o como evidência para confirmar (ou não) determinada análise.

Nessa linha de entendimento, dados e fatos costumam ser aproximados, servindo como objeto de discussões, seja por serem pertinentes, ou por serem falsos.

Auroux (1985) examina a constituição do fato na História e na Linguística, conectando-o a outros tópicos, o que resulta na seguinte relação (p.203):

REAL <----> DADO <----> FATO <----> (TEORIA)

Aqui entra novamente a noção de **teoria** como elemento definidor, aparecendo ainda o conceito de **real**. Para Milner o sistema é o real, mesmo sem vê-lo jamais, posição que Auroux tacha de "idealista", "platônica". Em contraposição, considera que o verdadeiro real são os acontecimentos. O sistema seria o resultado da interação desses acontecimentos.

Como síntese dessa discussão, convém reiterar que os fatos não existem por si, eles não existem fora do sentido que lhes será atribuído. Em função dessa atribuição, entra em jogo o papel da **interpretação** que leva "à questão do real e da exterioridade" (Orlandi,1992a :3). E assim se refaz a rede do discurso, enquanto **fato, exterioridade, história e sentido**.

2.1. A zona de tensão entre os limites.

Uma das marcas de especificidade da sintaxe gerativa, em especial da chomskiana, é a definição do estatuto científico da **gramática**. Tal fato pressupõe uma homogeneidade alcançada através da abstração de fatores não-estruturais (aqueles que atuam em situação real de uso). Por isso a escolha da Língua-I (interna) como objeto preferencial de estudo, o que muda o foco de investigação da língua em direção à representação mental do conhecimento da língua. Chomsky (1986) chama à mudança de "virada de foco da Língua-E (externa) para a Língua-I (interna)", o que vem ser uma virada do estudo do comportamento e seus produtos para o estudo dos estados da mente/cérebro que entram neste comportamento.

Na tradição estruturalista, o objeto externo a ser descrito era constituído pelas frases produzidas pelos falantes de uma língua determinada; agora, com o gerativismo, a descrição é da organização mental dos falantes que produziram o referido objeto externo. Atinge-se, assim, uma virada para "o realismo" sob dois aspectos, conforme esclarece Chomsky (1986:28): "em direção ao estudo de um objeto real ao invés de um construto artificial, e em direção ao estudo do que realmente entendemos por **língua** ou **conhecimento de língua** no uso informal (abstraindo fatores sócio-políticos e normativo-teleológicos)".

Milner considera a noção chomskiana de gramática semelhante, em certo sentido, à noção de língua em Saussure. Haveria então a combinação de dois fatos: o **fato de língua** e o **fato de gramática**. Com uma inversão essencial:

enquanto em Saussure a primazia recai sobre o fato de língua; em Chomsky, o alvo é o fato de gramática.

Segundo Milner, a lingüística deve considerar como "fatos primitivos":

- (1) o fato **da língua** ("factum linguae"),
- (2) o fato **das línguas** ("factum linguarum") e
- (3) o fato **da gramática** ("factum grammaticae").

O primeiro quer indicar que aquilo que um falante fala merece o nome de "língua", o que seria distinto do "factum loquendi" (o simples fato de que há pessoas que falam); o segundo quer dizer que as línguas são diversas, todas constituindo uma classe homogênea, multiplicidade e homogeneidade estas atestadas pelo fato da tradução; o terceiro fato representa que as línguas são descritíveis em termos de propriedade.

Trazendo a discussão para a ótica discursiva, percebe-se que seria necessário um deslocamento mais profundo e radical no âmbito da gramática, a ponto de considerar tais artefatos não apenas "objetos da produção científica", mas sim verdadeiros "monumentos de uma história", como registra em "Terra à Vista", E. Orlandi (1990:247). Uma perspectiva como essa faz mais sentido para um discursivista, pois lhe abre um rico e fértil terreno de investigação, envolvendo fatos lingüísticos (ou fatos gramaticais) comprometidos com uma noção de história e de sujeito.

Uma reflexão em torno da Sintaxe, como se vem fazendo, tem lugar certamente nas questões concernentes ao discurso. O estudo do construto teórico, das possíveis configurações ("arquiteturas") sintáticas e de sua articulação com outros planos da língua representam um lado da materialidade discursiva que é indispensável para analisar-se a materialidade histórica.

Por isso, há um caminho que a Sintaxe e a AD podem solidariamente trilhar (ressalvadas as especificidades) na apreensão do processo de produção dos sentidos.

A discussão sobre a existência ou não de uma passagem entre as duas áreas persiste e está longe de um consenso. Há argumentos fortes e consistentes do lado de quem considera ambos os objetos incompatíveis e, por consequência, impossível uma inter-relação; do mesmo modo há justificativas plausíveis por parte dos que admitem a diferença entre os construtos teóricos, sem contudo tachá-los de antagônicos.

Uma sintaxe compatível, contudo, não poderia ser essa do isolamento num mundo estabilizado logicamente, tampouco a que se detém na abstração exclusiva do enquadramento formal dos fenômenos lingüísticos. Teria de ser uma sintaxe cujo dispositivo de análise permitisse visualizar mais claramente as relações entre os enunciados, bem como seus mecanismos de funcionamento (organização da língua como acesso ao acontecimento discursivo).

A zona de tensão entre os limites da Sintaxe e do Discurso não abriga uma mera relação de complementaridade, com o intuito de preencher lacunas ou ampliar o alcance da análise. O que é próprio do discurso não viria assim

acrescentar-se ao que é próprio da língua, como algo exterior. Isto seria banalizar em excesso os dois programas e desconsiderar seus distintos objetos teóricos.

Marandin, que se declara analista de discurso, considera a sintaxe como "uma ferramenta perfeita", admite que a mediação sintática intervém igualmente no domínio discursivo e destaca a noção de **seqüência** como unidade de análise. A questão seria a seguinte: "como um enunciado integra o todo interpretativo que constitui uma seqüência?" (Marandin, 1993 :12).

A AD não desenvolveu, segundo ele, uma hipótese particular concernente à análise sintática; ao contrário, propõe apenas um ponto de vista geral contido na sua crítica ao formalismo. A contribuição de Marandin consiste em enfatizar a distinção entre programas de pesquisa articulados: "... o estudo do lugar da sintaxe na compreensão não esgota o estudo do impacto que suas formas podem exercer sobre os sujeitos falantes tomados em seus discursos" (p.17). Ele critica um postulado constitutivo da abordagem gerativa de admitir que o sujeito falante aciona as representações e os cálculos que o lingüista inventa para pôr em evidência as propriedades da linguagem. Mas adota como procedimento analítico a epistemologia do dispositivo, tão cara aos gerativistas, apresentando, como alternativa, distintas "arquiteturas" de modelização do processo de organização da língua.

Retomando a imagem da "ferramenta" associada à sintaxe, convém ter lá suas cautelas em relação a tal analogia, pois ferramentas também podem ser "imperfeitas" ... (Cf. Henry, 1977).

ENTRANDO NO JOGO

1. A interface sintaxe/discurso.

O questionamento das fronteiras entre as duas áreas traz à tona a polêmica discussão sobre a **autonomia da sintaxe**, tese que postula a independência da sintaxe em relação à semântica. A teoria chomskiana atribui ao componente sintático o poder gerativo da língua, cabendo ao componente semântico e ao fonológico apenas a função de interpretar as seqüências produzidas pela sintaxe.

A gramática, enquanto teoria construída pelo lingüista, situa-se num lugar de tensão e centra seu foco na sintaxe, apoiada na tendência de inspiração racionalista e de tradição lógica da linguagem.

Na trilha dos universais lingüísticos, das estruturas cognitivas inatas que fazem parte da herança genética de cada pessoa, a sintaxe, sob o enfoque gerativo, radicaliza o corte com o social e apaga a história ao constituir seus modelos formais. No âmbito dessa configuração, apresenta-se como **autônoma**.

Este estatuto de autonomia não é compartilhado pela AD para quem a autonomia da língua é sempre **relativa**, dado que a materialidade discursiva se caracteriza por ser, ao mesmo tempo, **lingüística e histórica**.

A questão da autonomia repercute em outros domínios da linguagem, assumindo contornos de maior amplitude em distintas áreas. Houve mesmo momentos na lingüística em que a sintaxe chega a substituir a língua, confundindo-se com a própria noção de gramática.

A esse respeito, é sempre bom reiterar que a Lingüística não é o único discurso sobre a língua, assim como a Física não representa o discurso único sobre o universo...

Na língua, como se sabe, não há apenas o sistema sintático; ela se constitui de várias ordens heterogêneas nas quais também se encontram regularidades que vão do plano fonológico ao semântico. E a AD pode estabelecer relações com cada um desses níveis.

Pelo fato de se considerar a língua como heterogênea, torna-se difícil admitir que um modelo vertical dê conta de tudo. A modelização lingüística nesse caso é sempre parcial.

Alguns gerativistas costumam declarar, num tom categórico e definitivo, que "o que a Gramática fecha, o Discurso não pode abrir". Esta é uma afirmação reveladora tanto da concepção de língua, quanto dos pressupostos epistemológicos em jogo. Faz parte dos procedimentos científicos a delimitação precisa e o tratamento rigoroso dos dados recortados; por isso a busca de

descrições realmente confiáveis na construção de dispositivos sintáticos que irão contribuir para a compreensão do funcionamento das línguas.

No âmbito do quadro discursivo, a situação se dá ao inverso, pois vai importar não o que está dentro, mas tudo aquilo que está fora dos limites formais da língua, por constituir indício de ruptura. Assim o que falta (a elipse) ou o que excede (a incisa), ao romperem o ideal de completude da linguagem, rompem igualmente o fio discursivo e, por isso mesmo, passam a interessar enquanto objeto de análise, enquanto espaço de reflexão.

Dentro dessa perspectiva teórica, os "fatos difíceis de explicar", os que "resistem a descrições confiáveis", ao invés de ficarem à margem, tornam-se parte integrante e privilegiada da investigação.

Sob a ótica do discurso, uma frase como a referida há pouco, atribuída a certos gerativistas mais ortodoxos e relacionada ao **fechamento** implacável da gramática em seus rígidos limites, não teria voz nem vez. Aliás, nem só entre os analistas de discurso. O próprio Saussure, em suas "Fontes Manuscritas", faz a seguinte declaração em certo momento: *"É na Sintaxe que se apresenta uma flutuação entre o que é fixado pela língua e o que é deixado à liberdade individual"*.

A preocupação em traçar fronteiras demarcatórias do terreno, em estabelecer limites rígidos e definitivos entre "o que está dentro" (o determinado) e "o que está fora" (o indeterminado) não costuma ser o que move o analista de discurso. Isto porque ele sabe que não há uma separação assim tão nítida entre os limites. Os limites se cruzam, se interpenetram, se entrelaçam...

A esse respeito convém registrar o que diz Indursky em seu excelente trabalho sobre o discurso da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1984:

Não há separação entre determinação e indeterminação em um discurso. Uma está na outra. Pode haver a dominância de uma delas (...), mas é sobretudo sua imbricação que nos permite dizer que não há discursos fechados e incomunicáveis. (Indursky, 1992 :363).

Segundo a Autora, o trabalho discursivo de "fechamento" deriva da determinação, daí resultando seu "efeito de homogeneidade".

Ao invés, portanto, de endossar a frase atribuída a alguns gerativistas (lembro-me de um em particular) de que "o que está fechado pela sintaxe, nenhuma poderá abrir" (versão livre da frase original), a postura do discursivista é a de investir no questionamento dos limites entre as áreas, tentando ver através das brechas, dos interstícios.

Precisamente este lugar do **jogo da língua** que escapa à sistematização é o lugar de examinar o **equivoco** e os deslizamentos de sentido (que fazem sentido).

O paradoxo da língua atinge e afeta duas vezes a ordem da regra: pelo jogo **nas** regras e **sobre** as regras. Ao contrário da ambigüidade, a equivocidade não é sempre decidível e o que se deve buscar é perceber no equivoco da língua os efeitos de discurso que são manifestados.

A zona de interface **sintaxe/discurso** onde se pretende trabalhar vai abranger esses fatos da língua que "brincam" com seus próprios limites e com o ordenamento de suas próprias regras.

1.1. O equívoco como lugar de encontro: sentido/sintaxe/discurso.

"Quero é o esplêndido caos de onde emerge a Sintaxe".

Adélia Prado.

Como já se teve oportunidade de apontar anteriormente, existe uma tendência majoritária nos estudos da linguagem que começa a se descolar da obsessão da ambigüidade, para abordar o que é **próprio da língua**, através do **equívoco**.

A relação com o equívoco afeta toda língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo, do non-sense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos.

Isto acontece porque a língua é um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo. E dentro desse espaço de jogo as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos. É isso que faz com que um determinado segmento possa ser ele mesmo ou outro, através da metáfora, da homofonia, da homonímia, dos lapsos de língua, dos deslizamentos sêmicos, enfim, dos jogos de palavras e da dupla interpretação de efeitos discursivos.

A questão do **real da língua**, como queria Milner, e como endossa Pêcheux, inscreve-se dentro dessa disjunção principal entre a noção de uma ordem própria à língua, imanente à sua estrutura, e uma ordem exterior que remeta a uma dominação que se tenha que "conservar, restabelecer ou derrotar".

Em sua instigante obra, *"La langue introuvable"*, Gadet e Pêcheux(1981) discutem o espaço vago, fugidio e oscilante que se supõe separa o que está indiscutivelmente dentro da língua e o que fica, discutivelmente, fora dela. Uma discussão, enfim, que já se viu aqui, entre o possível e o impossível, entre o gramatical e o agramatical, entre o lingüístico e o discursivo.

Com base na reflexão sobre os limites, sobre as fronteiras da língua e sobre o espaço das transgressões existente nela, é preciso buscar um modo de acesso e um meio de se acercar dessa dimensão. E o melhor caminho parece ser o de assumir as contradições e os deslocamentos, através **do humor, do jogo de palavras, do chiste...**

A idéia é a de questionar a própria língua, com ironia, com desprendimento, e até mesmo com uma saudável irreverência, fazendo-a libertar-se das estruturações lógico-matemáticas e da sisudez do formalismo.

Na tensão entre liberdade e coação que faz parte constitutiva do sistema é possível desvelar a inscrição dos efeitos lingüístico-materiais, vinculando língua e discursividade. O sistema guarda em si tanto a possibilidade do jogo da/na língua quanto a necessidade de um ordenamento.

A AD_i ao eleger os sentidos como objeto de análise, vai ter interesse por uma região onde o sentido encontra-se freqüentemente em suspenso, a perigo, na fronteira entre o sentido e o não-sentido.

2. Os jogos com e sobre a língua.

Nos termos de Gadet e Pêcheux, a conjuntura contemporânea se constitui a partir de uma tensão constante no interior da própria língua, no limite do paradoxo e do absurdo e do estancamento dentro de certezas lógicas. Um é o espaço teórico da eficácia do **witz**; o outro é o espaço do **american joke**. Tanto "witz" (termo alemão), quanto "joke" (termo inglês) traduzem-se como "piada, gracejo, pilhéria", enfim, um "dito espirituoso".

Nesse sentido, os chistes na/da língua, como o *witz judeu* (humor judaico) e o *joke anglo-saxão* (humor lógico), são lugar de contradição e funcionam diferentemente em relação ao equívoco. Para ilustrar tal fato, os autores mencionados apresentam dois breves chistes (Ibidem: 214):

1. o "joke", é a resposta do camponês americano a seu pastor no momento em que este o convida a dar graças ao Senhor por ter-lhe concedido uma terra tão bela: **"Se o senhor tivesse visto esta terra no estado em que Ele me deu!"**

2. o "Witz", é a resposta do pequeno alfaiate judeu ao cliente descontente por ter que esperar seis anos a entrega de uma calça, que recorda que Deus não havia levado mais de seis dias para criar o mundo: **"Sim, mas veja bem o senhor esta calça e veja o mundo..."**

Entre os dois chistes, na análise feita, há uma fronteira a cruzar: a do otimismo na atividade humana que transforma o mundo versus o pessimismo lúcido de quem suporta as vicissitudes como destino histórico.

O humor anglo-saxão, por meio de seu jogo, traça fronteiras sobre o terreno da língua e usa o absurdo "como instrumento domesticador e pedagógico, para fazer surgir a necessidade deste mundo frente a todos os outros mundos possíveis, para organizar essa necessidade e controlá-la" (Ibidem:215). Sobre um terreno assim, o equívoco e o absurdo são considerados "ervas daninhas" que a "jardinagem lógica" se empenha em eliminar.

A ambigüidade anglo-saxônica é fundamentalmente dicotômica sob a ótica dos dois autores, pois inscreve-se nesse mundo lógico reduzido, nesse mundo em miniatura que o raciocínio lógico constrói. "A lingüística americana (Chomsky) encontra-se ao lado do humor lógico, **surdo a respeito do equívoco**" (grifo meu).

A relação do humor judaico com o absurdo é diferente; não se livra da pura lógica, mas supõe um passo pela história, pela língua e pelo texto, literalmente atormentado pelas "fronteiras" ("fronteiras do sentido, do corpo, da razão e do pensamento").

Essa diferença de humor é um sintoma de profundas diferenças históricas, culturais e ideológicas que aparecem marcadas na língua. O humor judeu e a piada anglo-saxã têm em comum essa maneira muito especial de entrar em relação com a diferença, com a eventual adversidade, "mas a similitude acaba aí". Mais além está tudo o que separa, nas palavras de Gadet e Pêcheux (Ibidem:217), uma ideologia dominada - para quem a "normalidade" que lhe tem sido historicamente imposta é o absurdo que tem de ser aceito tal qual para sobreviver - de uma ideologia dominante e expansionista, que reforça sua normalidade demonstrando-a por meio do absurdo.

O humor, em seu mecanismo de funcionamento, opera quase sempre na base da violação de um "saber", de uma crença, de certos preceitos.

Judith Milner, em estudo sobre as "brincadeiras com a língua", demonstra que o riso surge na medida em que algum saber lingüístico fica violado, reafirmando-se assim de maneira negativa. De fato, "o teste do riso" pode ser bastante eficaz quando se pretende avaliar a pertinência ou não de certo enunciado, ou então, medir seu grau de aceitabilidade. O riso irrompe pelo estranhamento, pelo aspecto bizarro de uma construção, ou ainda pela sua completa incongruência.

A língua, em seu caráter de não-fechamento, estabelece inter-relações de distintas ordens, que vão do gramatical ao ideológico, passando pelo social e cultural. Nos jogos com a língua esses diversos níveis podem ser acionados e, de alguma forma, violados, desencadeando, em consequência, o riso.

A propósito disso, é oportuno transcrever uma citação de Bakhtin, encontrada em Gadet e Pêcheux (1981 :234):

O verdadeiro riso, ambivalente e universal, não rechaça a seriedade, purifica-a e completa-a. Purifica-a do dogmatismo, do caráter unilateral, da esclerose, do fanatismo e do espírito categórico, dos elementos de medo e intimidação, do didatismo, da ingenuidade e das ilusões, de uma nefasta fixação sobre um só plano, do esgotamento estúpido.

No caso do presente trabalho o riso funciona como um sintoma da dimensão que nos aproxima do equívoco da língua, lugar de encontro privilegiado

entre **o sentido, a sintaxe e o discurso**.

Para abordar este fato lingüístico do equívoco é preciso construir procedimentos para a apreensão dos jogos de diferenças, das contradições, do paradoxo, do absurdo. Ou seja: há necessidade de trabalhar, como diz Pêcheux (1988), *"no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos "mundos normais"*.

Vem daí a escolha **do real da língua, do chiste, do trocadilho, da charada, dos jogos de palavras** que são feitos com a língua e sobre ela e que são reveladores do seu caráter oscilante, paradoxal e contraditório.

2.1. O chiste, o trocadilho, a charada...lugar marcado no jogo da língua.

"...o humor e a poesia não são o domingo do pensamento, mas pertencem aos melos fundamentais de que dispõe a Inteligência política e teórica..."

M. Pêcheux

Pêcheux, fundador e principal mentor da escola francesa de Análise do Discurso, em sua paixão pela língua, a elege como tema constante de reflexão e questionamento.

A língua, com suas contradições e indeterminações, surpreende sempre, embaraça, confunde e, por vezes, se esconde, mostrando-se esquiva e arredia. Em sua materialidade presta-se a toda sorte de construções e armadilhas.

Entre as crianças, especialmente os colegiais, são comuns as brincadeiras à base de jogos sobre a língua, envolvendo trocadilhos, tautologias, adivinhações, com perguntas do tipo "o que é o que é...", "qual é...", "por quê...?"

Algumas dessas charadas ou quebra-cabeças lingüísticos circulam, devidamente traduzidos, por diferentes culturas e línguas. Gadet e Pêcheux (1981), por exemplo, nos apresentam casos típicos das brincadeiras francesas, que são muito nossas conhecidas, a saber:

(22) - Que é o que está justo no centro de Paris? (a letra R).

(23) - Qual é o cúmulo de um ferreiro? (que seu filho seja soldado).

(24) - De que cor é o cavalo branco de Napoleão? (...!).

No primeiro caso, joga-se com a duplicidade de sentido contida no sintagma **centro de Paris**, que remete tanto a (1) centro da **cidade** de Paris, quanto a (2) centro da **palavra** "Paris".

No caso seguinte, a expressão "o cúmulo de" aciona um jogo de palavras com "ferreiro" e "soldado" que pertencem ao mesmo campo semântico, explorando a diferença sêmica de "soldado", participio do verbo soldar (unir com solda) e "soldado", militar sem graduação. Isto tudo associado ao sintagma "o cúmulo de" que supõe um exagero, uma exacerbação de sentido, elevado à potência máxima.

No último caso está montada uma armadilha tautológica, uma indução ao erro que consiste em formular uma pergunta cuja resposta já se encontra dentro da própria formulação: "de que cor é o cavalo **branco**...?"

A essa lista de "enigmas" podemos acrescentar muitos outros, todos eles jogando com a língua em algum de seus níveis e caracterizando-se por um caráter lúdico. Vejamos mais alguns desses casos:

(25) - Qual é o céu sem estrelas? (o céu da boca)

(26) - Qual é o olho que não chora? (o olho d'água)

(27) - Quais são as notas que não circulam no comércio? (as notas musicais)

(28) - Qual é a roupa que a mulher veste e o marido nunca vê? (a do luto da viuvez)

(29) - Quem é o filho de teu pai que, no entanto, não é teu irmão? (tu mesmo)

Nos exemplos (25) e (26) fica nítido o jogo polissêmico com o termo "céu" e "olho" em paralelismo com os sintagmas "céu da boca" (abóbada palatina) e "olho d'água" (fonte natural que brota do solo); donde o espaço para a diferença - "céu sem estrelas" e "olho que não chora".

Da mesma forma (27) aciona uma associação natural com "notas promissórias", que são notas que "circulam no comércio", para opor a "notas musicais", que aparecem naturalmente em outro contexto. Joga-se, portanto, com a vaguidéz do termo notas para deslocá-lo discursivamente.

Já (28) e (29) têm um estrutura distinta, construídos sob a forma de charada, mas explorando as antinomias - mulher que veste/marido que não vê - filho do pai/que não é irmão. Mais do que o aspecto lingüístico, entra em cena a ordem lógica dos fatos e sua aparente violação.

Ainda sob a forma de **charadas**, há as **adivinhações** que apelam para as semelhanças e/ou contradições entre o mundo físico e o verbal. Vejamos os exemplos abaixo:

(30) - **Várias irmãs dormem juntas ao ar livre, com qualquer tempo. Nunca brigam. Pelo contrário, vivem sempre em paz. Mas, como no mundo gostos e opiniões variam, umas dormem viradas para cima, outras para**

baixo. Quem são elas? (as telhas)

(31) - Quem o faz constrói para vender, quem o vende não o usa e quem o usa não o vê. O que é? (o calxão)

Em ambos, através de uma sucessão de "pistas" que se encadeiam por um nexo lógico, se vai tecendo a trama do enigma. O elemento comum é o jogo de oposições, como convém às fórmulas charadistas: *"virada para cima e para baixo"*, ou então, *"faz e vende"*, *"vende e não usa"*, *"usa e não vê"*. O antagonismo entre os fatos descritos só faz aumentar o suspense e alimentar um pouco mais a dificuldade de decifrá-lo.

Dentro dessa mesma linha de justificação se encontra este bem sutil e inventivo quebra-cabeça:

(32) - Estou sempre na guerra, mas fujo do canhão. Estou na porta, mas nunca entro na casa. Estou na flor, mas não na planta. Quem sou eu? (a letra R)

Se os franceses brincam com a letra R, que fica no centro de Paris, nós o fazemos com mais graça, estendendo o chiste a mais situações e tornando mais complexa sua resolução, já que a letra R está na "guerra", mas foge do "canhão", está na "porta", mas não entra na "casa", está na "flor", mas não na "planta". Em todos esses pares há semelhança de campo semântico, o que ressalta mais a diferença lingüística expressa no "mas", enquanto operador contrastivo: guerra/canhão; porta/casa; flor/planta.

O real da língua não se encontra amarrado aos limites de uma língua lógica, mas está atravessado por fissuras, atestadas na existência do humor absurdo, do non-sense, do "witz", que o desestabilizam sem apagá-lo.

Vejamos algum exemplo dessa natureza em mais uma "pegadinha" típica das brincadeiras infantis:

(33) - Você sabe como se esconde um elefante numa plantação de morangos?

- Não faço a menor idéia. Como é?

- Simples. É só pintar as unhas dele de vermelho.

O não-compromisso com a ordem lógica dá margem ao aparecimento do absurdo, rompendo com o estabelecido e instaurando o inusitado, o insólito, o non-sense. Daí as unhas pintadas de vermelho, funcionando como disfarce para um elefante no meio de frutas vermelhas, como o morango...

Do mesmo modo, só que investindo no óbvio, está o caso seguinte:

(34) - Um elefante escorrega e cai no Mar Vermelho. Como ele sai?

- Molhado.

Aqui, "Mar Vermelho" entra como falsa pista, explorando sua designação ambígua. Por esse espaço se constrói o chiste, unindo a equivocidade à obviedade. Afinal, nada mais previsível que quem entre na água, acabe se molhando, independente da "cor" que essa água supostamente apresente.

Quanto à presença reiterada do "elefante" nos dois casos é meramente casual, concorrendo com "as maçãs" que desempenham um papel destacado, em nível de demonstração ou exemplo, dentro das reflexões lingüísticas. Gadet e Pêcheux lembram, a propósito, que algumas maçãs se comem aqui e ali na obra de Chomsky e também na dos lógicos, como Quine. Esta mesma fruta dá a Bloomfield a oportunidade de expor sua teoria behaviorista do sentido.

Aqui, os "elefantes" estão servindo para comprovar a tese de Pêcheux de que todo enunciado está exposto ao "equivoco da língua" e de que é possível surpreender a linguagem, perturbar a ordem do sistema e driblar suas regras.

2.2. Brincando com a língua no espaço da propaganda.

A linguagem publicitária em seu propósito de atrair a atenção do público (cliente em potencial) explora, não raro com bastante eficácia, recursos expressivos contidos na própria estrutura significante do sistema lingüístico. Dessa forma realiza em algumas formulações um trabalho do sentido sobre o sentido, incorporando o caráter oscilante e paradoxal que perpassa a língua no registro do cotidiano.

Pêcheux (1988) ressalta esse interesse pela linguagem ordinária, ao analisar a necessidade que enfrenta a pesquisa lingüística em "construir procedimentos capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico" (Ibidem :51).

A linguagem publicitária se movimenta dentro de um universo que subverte, por vezes, o mundo devidamente normatizado e os enunciados logicamente representáveis. E isto tudo explorando situações do cotidiano muito próximas da "vida real".

Os anúncios publicitários são planejados sob condições de produção bem definidas, jogando com a estrutura enunciativa dos enunciados de um modo singular que desperte os efeitos de sentido desejados. Neste jogo, assume papel relevante a materialidade léxico-sintática, de cuja opacidade se valem os redatores para construir jogos metafóricos, brincando com os sentidos das palavras.

Os exemplos selecionados, de anúncios recolhidos em jornais de São Paulo e Porto Alegre, trabalham sobre um mesmo tipo de produto (imóveis) e investem no apelo à forma lúdica e na duplicidade de efeitos discursivos. Vejamos de perto o funcionamento de alguns casos:

(35) - Três dormitórios no Menino Deus, com bastante espaço para as crianças brincarem e dois boxes para os adultos guardarem os carrinhos.

(36) - Ganhe a vista, pagando a prazo! (Comprando um apartamento no Solar Village você ganha uma vista maravilhosa para o rio Gualba).

(37) - Vá a Campos do Jordão. O ar da montanha val fazer muito bem para o seu bolso. (No inverno em Campos você descansa no Quatre Saisons Residence. Os apartamentos são Duplex (...). No resto do ano, quando não estiver em Campos, você fica descansado alugando seu apartamento).

(38) - Ou você fica com um quatro dormitórios qualquer, num Morumbi qualquer,

[sala de estar só, 3 dormitórios reversíveis em 1, sala "muito" íntima, copa, cozinha e área integradíssimas, 1/4 de empregada, vagas para exímios manobristas, edifício no Morumbi, mas quase na divisa com Itapevicirica da Serra.]

ou fica com 4 suítes de verdade, no Morumbi de verdade.

No primeiro caso (35) há um paralelismo evidente entre o mundo infantil e o mundo adulto. Assim, enquanto as crianças dispõem de espaço para brincarem nos dormitórios, os adultos podem ocupar os boxes com os seus "carrinhos". O diminutivo é a marca morfológica que garante a unidade semântica do anúncio em torno do mesmo eixo significante: "o possível lúdico", como diria M. Ronat. O estranhamento irrompe do inesperado par "adultos/carrinhos" que rompe a lógica do "mundo normal", assegurada com "crianças/brincar".

Em (36) observa-se um jogo de oposição sintática entre dois sintagmas: um SN (ganhar a **vista**) e um SP (pagar a **prazo**). Ambos têm a mesma distribuição na estrutura frasal, mas desempenham funções distintas, respectivamente, complemento verbal e complemento circunstancial. O diferencial deste anúncio é a localização do imóvel e a "vista maravilhosa para o rio Guaíba" que o privilegiado comprador ganha ao adquiri-lo. Por isso o enunciado foi construído usando o estratagema de opor os dois sintagmas a **vista/a prazo**, o que gera um efeito curioso e atraente para a chamada do produto. Apesar da semelhança das

estruturas, há uma diferença de sentidos nítida. Seria o caso de lembrar, como um bom falante culto da língua: "o que faz a falta de uma crase na sorte de um anúncio...!"

O enunciado seguinte (37) consegue um belo efeito ao quebrar a expectativa da escala que condiciona a homogeneidade lógica prevista entre **Campos do Jordão/ar da montanha/fazer bem/e... para o bolso**. O inesperado, a surpresa, o imprevisto surgem como elementos decisivos para alterar a harmonia do campo semântico predominante e "poluir, assim, o clima da serra". O item lexical "bolso" entra como o indefectível apelo econômico que é tão caro aos consumidores e capaz de resultados tão saudáveis. A brusca ruptura da série associativa faz aparecer o outro sentido que interessa ressaltar: a qualidade do negócio.

O último enunciado (38) apresenta uma série de proposições, todas elas criando uma rede contrastiva entre dois pólos que precisam ser diferenciados: **um Morumbi qualquer/o Morumbi de verdade**. Para começar os determinativos que acompanham o núcleo do sintagma já (des)qualificam os produtos em oferta: o primeiro (o que será rejeitado e exposto à pilhéria) é referido como *um qualquer*; o outro (o que se pretende valorizar e oferecer), longe de ser "um qualquer", é definido (artigo) e qualificado (locução adjetiva) como *sendo o/de verdade*.

O jogo de contrastes é estabelecido a partir do plano a ser criticado e que se vai desfazer (nos dois sentidos):

(1) depreciar, ridicularizar e

(2) desmanchar, reduzir a fragmentos.

Por isso a escolha do apartamento no "Morumbi qualquer" como o pivô da exploração polissêmica. As virtudes e vantagens do "Morumbi de verdade" serão manifestadas (em ausência, pela falta, virtualmente) em comparação com "o outro".

Na caracterização das dependências do imóvel são referidos os atributos habituais que costumam compor os anúncios desse tipo de produto. Assim são enumerados vários itens onde predominam as convenções da área imobiliária, exceto por alguma pequena inserção que transforma completamente o primado e a estabilidade das proposições lógicas. E que acaba produzindo deslizamentos de sentidos decisivos para a interpretação dos enunciados. Analisemos o funcionamento desses fatos:

- sala de estar **só**: aqui o acréscimo do advérbio desloca o núcleo do sintagma do nome "sala" para o verbo "estar" que passa a ser devidamente modificado. Tal alteração sintática afeta a significação que está em jogo e expõe o enunciado ao equívoco, fazendo-o deslocar-se discursivamente de seu sentido para tornar-se outro (como afirma Pêcheux, 1988). Assim a "sala de estar só" passa a significar o reduzido tamanho da peça em questão, e não apenas o tipo de cômodo que integra o imóvel.

- **3 dormitórios reversíveis em 1**: o caráter de reversibilidade dos aposentos que permite ampliar suas possibilidades de utilização aparece aqui referido ao inverso, reduzindo sensivelmente (por três) o seu uso. Isto é feito com a inversão do traço semântico do adjetivo "reversível" de (+ espaço) para (- espaço).

- sala "muito" íntima: o uso das aspas (recurso, de certo modo, redundante) dá destaque ao intensificador que desestabiliza o adjetivo *íntima*, modalizando pejorativamente o tipo de ambiente. Mais uma vez se busca desqualificar o imóvel transformando o enunciado convencional em uma formulação ambígua. A associação que se estabelece é entre sala íntima e sala exígua. Quanto mais íntima...

- Copa, cozinha e área **Integradíssimas**: O tom de ironia recai sobre o grau superlativo (absoluto) do adjetivo *integradas* que acentua o caráter compacto das três peças. O acréscimo do modificador, da forma como é representado, afeta e distorce o sentido de "integração" entre elas, levando a uma idéia de fusão com perda evidente de espaço para as três.

- 1/4 de empregada: sutil e original maneira de substituir o sintagma nominal - um quarto - pela fração homônima (1/4), explorando a possibilidade inerente a todo fato lingüístico de ser ele mesmo e ser também outro, através de um recurso como a homonímia. O efeito de sentido obtido com esta simples troca é muito expressivo e passa uma dimensão super-reduzida da dependência de empregada: uma fração de quarto, que precisa aumentar bastante para chegar a ser um quarto inteiro!

- Vagas para **exímios** manobristas: novamente aparece o adjetivo carregando a carga semântica do enunciado e deixando entrever a dificuldade da manobra requerida pelo tamanho da vaga. A inserção do modificador dá a chave para a interpretação, coerente com a série de predicados que vem sendo explicitados e que reforçam o efeito de homogeneidade pretendido.

- Edifício no Morumbi, **mas quase na divisa com Itapeverica da Serra**: a exata localização do imóvel é o golpe final e fatal que faltava (quanta aliteração!)

na descrição do "4 dormitórios num Morumbi qualquer". Afinal, nem fica no Morumbi, mas (quase) em outro lugar... O equívoco que atravessa este enunciado é localizável em pontos precisos expressos pelos articuladores discursivos "mas" e "quase", que completam o ciclo de saturação de sentidos.

No balanço final de todos esses itens que foram enumerados o leitor, devida e fartamente informado do que ele vai encontrar, (caso fique com "um 4 dormitórios qualquer, num Morumbi qualquer"), pode *livremente* (?) optar em ficar com esta realidade ou ficar com "4 suítes de verdade, no Morumbi de verdade". Neste confronto (nem um pouco equânime), onde "dormitórios" passam a suítes e o que é indefinido ("um/qualquer") passa a ser definido com acréscimos ("o/de verdade"), o anúncio vai se construindo e definindo sua linha de atuação sobre o leitor.

Através da análise desses casos encontrados na mídia impressa se procurou dar visibilidade ao dizer constante que atravessa todo o trabalho: "A língua é voltada ao equívoco; todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido" (Pêcheux, 1988). E isto vai se concretizar na própria base material sobre a qual se construirão os processos lingüístico-discursivos.

Os vários e sucessivos complementos acrescidos aos enunciados analisados confirmam a natureza não-fechada da língua e a possibilidade sempre presente de (des)construir os sentidos, alterar sua direção e jogar com eles. Por esse espaço em aberto próprio dos enunciados (eles não podem dizer tudo) é que vão surgir os equívocos, as ambigüidades que são constitutivos da língua e de sua estrutura significante.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu discutir o fenômeno da *resistência da língua* como uma evidência fundadora da natureza opaca, densa e consistente que caracteriza a materialidade lingüística. A escolha deste caminho afastou de imediato a concepção corrente, largamente difundida, da língua como mero instrumento de comunicação. Parafraseando Pêcheux, diria que não se descobre a língua, damos de encontro com ela; e este encontro nem sempre é sereno e amistoso, pois como bem antecipa Guimarães Rosa, lá no início da tese, *pela língua começa a confusão*.

A *confusão* se intensifica com a noção de língua *afetada pelo real* - expressão forjada por Lacan - que abre brecha para trabalhar o impossível como condição da língua. O princípio de que *falar de língua é falar da falta* entra em sintonia com esse enfoque e tornou possível a incursão pela *zona do equívoco*, área de tensão e ponto de encontro entre a materialidade lingüística e a materialidade histórica.

Com o *equivoco* ganhou corpo a noção de resistência e uma concepção de língua que incorpora ao seu interior os fatos costumeiramente postos à margem, como indesejáveis, problemáticos. Daí o sistema signifiante se apresentar como *instável, heterogêneo e não-fechado*, prevendo em seu próprio ordenamento um espaço que escapa ao enquadramento formal. Afinal, é sempre bom reiterar que a multiplicidade do dizer é condição estruturante da própria língua.

A AD vai se interessar precisamente por esse terreno, por vezes escorregadio, onde se dão as falhas, os deslocamentos, as rupturas de sentido, e por onde se percebem os pontos de deriva dos enunciados. É isto que a faz ficar presa entre *o real da língua e o real da história*, ou em outros termos, entre a *materialidade e o acontecimento*, ou ainda, entre o *impossível e a contradição*. Por isso também a opção pelo *fato* (e não o *dado*) e pela *forma material* (e não a *abstrata*), visando neles a sua historicidade.

Dentro da dimensão do equivoco, a aproximação mais efetiva se dá com o fenômeno da ambigüidade, considerada como caso-limite. Na investigação que se procedeu dessa noção, foi possível constatar a importante intuição chomskiana ao perceber e chegar bem próximo daquilo que é *próprio da língua*. Ainda que tenha se afastado desse caminho, ao não remeter à significação os casos de ambigüidade, Chomsky é uma referência decisiva nessa matéria. Pena que tenha sucumbido à lógica e evitado as contradições...

Acompanhando o percurso histórico do termo, uma primeira evidência se sobressaiu: a sua relação com questões envolvendo o sujeito, a história e as relações de poder na sociedade e sua consolidação como via de acesso ao saber. A idéia de um assujeitamento do indivíduo por meio de um discurso completo e

transparente, reflexo justo e exato do pensamento, concorre com outra que preceitua o cultivo da ambigüidade como meio de manter uma certa distância entre o sujeito e o conhecimento. Em qualquer uma das tendências - a da busca de transparência ou a da valorização da opacidade - a ambigüidade se faz presente, quer como "mal necessário", quer como "condição de possibilidade" constitutiva do discurso.

Ambigüidade e sentido andam sempre muito unidos, até o ponto de se confundirem. Por isso foi possível comprovar a afirmação de que essa matéria se encontra situada no coração da semântica lingüística, inscrita na "dialética da unicidade e da pluralidade". Tanto num extremo quanto no outro, o certo é que a comunicação vai apresentar "problemas", já que a língua, em sua fascinante e misteriosa complexidade, não costuma emitir "certificado de garantia" que a torne imune a mal-entendidos, incompreensões, equívocos... Por isso, ao falar e ao escrever, estamos sempre expostos ao perigo e correndo algum risco: o de não sermos (ou sermos) bem compreendidos.

Esta análise envolvendo questões de ambigüidade mobilizou uma reflexão fundamental nas fronteiras do lingüístico e possibilitou o estabelecimento de algumas articulações importantes com outros campos do conhecimento. Desde o início, procurei deixar claro que rejeitava a ótica enviesada dos que tomam a ambigüidade como *"carência do sistema das línguas naturais"*, ou como *"problema a resolver"* e que, nesse afã, perseguem obstinadamente as trilhas do *"ou ...ou"*, visando modos de eliminá-la. Por esse entendimento, deve-se procurar sempre *dar conta da ambigüidade* em um mundo lógico tratado em termos semânticos; a exigência de desambigüização figura como um imperativo básico da regra de disjunção.

Por sua vez, a opção pelo primado do múltiplo abre brechas para a existência do vago, do opaco, do ambivalente sem a necessidade de expurgar da língua tais "desvios", embora entrem em contradição com os princípios de consistência e completude que determinam as regras de formalização.

Como modo de abrir questões nesta área e discutir uma posição já estabelecida na lingüística, procedeu-se ao levantamento de algumas formas de tratamento da ambigüidade mais correntes. Na abordagem da *disjunção*, do *problema de recepção* e do *problema lingüístico* está presente uma oposição entre "configurações de língua unívocas" e "configurações de língua ambíguas", bem como uma participação (em maior ou menor intensidade) do sujeito em relação à exigência diferenciada de interpretação que a ambigüidade aciona. Já na perspectiva da *estratégia discursiva*, a ambigüidade passa de "um acidente" a algo "inerente" a todo discurso e que se expressa por uma indeterminação latente, cujo conhecimento e manipulação constituem-se em forma de poder.

Quanto às fronteiras da noção, vimos que a ambigüidade mantém um conflito e uma dualidade com os territórios vizinhos, cujos limites se interpenetram e, por vezes, se indistinguem. É assim que o *duplo sentido*, a *vaguidade* e a *ambivalência*, num espaço bastante fluido, vão construir suas especificidades e buscar uma diferenciação no conturbado mundo dos sentidos (que nem sempre fazem sentido). Essas distinções conceituais, mais do que mero exercício de variação terminológica, auxiliam na compreensão de um fenômeno maior, como o da língua e seus mecanismos de funcionamento. Por aí se percebe bem a tensão constante entre *liberdade* e *coação* que integra o sistema, bem como a possibilidade do *jogo da/na língua* e, em contrapartida, a necessidade de *ordenamento*.

Ao investir no questionamento dos limites entre áreas como a da *Sintaxe* e do *Discurso*, procurou-se investigar o funcionamento de um instrumento formalizado que torna visíveis as propriedades da língua. Daí a apresentação da Sintaxe como *dispositivo* teórico que *faz ver* o processo de produção de sentido e que se coloca como um lugar de observação do discurso. Assim, foi possível acompanhar a passagem da organização da língua ao acontecimento discursivo e o papel da Sintaxe como ferramenta que dá acesso a isso.

Nas frestas deixadas pelos limites, nos interstícios que se formam entre as regiões existe um fértil e produtivo campo de análise constituído por *atos da língua* que *brincam* dentro de seu espaço com a própria ordem da regra. É aí que encontramos o *equivoco*, as contradições, o absurdo, o não-sentido... Por isso a escolha do *chiste*, do *humor*, do *jogo de palavras* e das *brincadeiras com a língua no espaço da propaganda*. Na opaca (e resistente) materialidade de certas construções, recolhidas junto ao universo infantil e da publicidade, foi possível desvendar um pouco mais de perto os deslocamentos e efeitos de sentido que, por vezes, subvertem o sistema, perturbando e surpreendendo sua própria estrutura significante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. (1989). Predicação metafórica e gerativismo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (17). Campinas, IEL/Unicamp. :147-62.
- AUROUX, S. (1985). Constitution du fait en histoire et en linguistique. In: Achard, P.; Gruenais, M.-P.; Jaulin, D. (eds.). *Histoire et Linguistique*. Paris, Editions du CNRS, p.201-9.
- AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic Structures*. Trad. port. "Estruturas Sintáticas". Lisboa, Edições 70, 1980.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Trad. port. "Aspectos da teoria da sintaxe". Coimbra, Arménio Amado, 1975.
- CHOMSKY, N. (1975). *Reflections on Language*. Trad. bras. "Reflexões sobre a Linguagem". São Paulo, Cultrix, 1980.
- CHOMSKY, N. (1977). *Dialogues avec Mitsou Ronat*. Trad. bras. "Diálogos com M. Ronat". São Paulo, Cultrix, s.d.
- CHOMSKY, N. (1986). *Knowledge of language*. New York, Praeger.
- CHOMSKY, N. (1988). *Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures*. Massachussets., The MIT Press.
- CONEIN, B. et alii (eds.) (1981). *Matérialités Discursives*. Nanterre, Presses Universitaires de Lille.

- COURTINE, J.-J. (1984). La Meilleure des Langues. In: *Linguistique Fantastique*. Paris, Denoël.
- COURTINE, J.-J. (1985). Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, IX, 2. :239-64.
- COURTINE, J. -J. (1991). Le Discours Introuvable: marxisme et linguistique. In: *Histoire, épistémologie, Langage*.13/II, :153-71.
- CULIOLI, A. (1973). Sur quelques contradictions en linguistique. *Communications*, 20 :83-91.
- CULIOLI, A. (1981). Table- Ronde discours, histoire, langue. In: *Matérialités Discursives*. p.177-97.
- FRANÇOIS, D. & FRANÇOIS, F. (1967). L'Ambiguïté Linguistique. *Word*, vol.23, n.1-3 :150-79.
- FREUD, S. (1967). *L'interprétation des rêves*. Paris, Presses Universitaires de France.
- FUCHS, C. (1988). Ambiguïté, Paraphrase et Langage en acte. *Modèles linguistiques*, vol.19 :7-8.
- GADET, F. (1978). La Double Faille. Actes du colloque de sociolinguistique de Rouen.
- GADET, F. (1981). Tricher la langue. In: *Matérialités Discursives*. p. 117-26.
- GADET, F. (1987). *Saussure: une science de la langue*. Paris, Presses Universitaires de France.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. (1981). *La langue introuvable*. Paris, Maspero.
- GRÉSILLON, A. (1988). Ambiguïté et double sens. *Modèles linguistiques*, vol.19: 9-20.
- HAROCHE, C. (1975). Grammaire, Implicite et Ambiguïté. *Foundations of language*, 13 :215-36.

- HAROCHE, C. (1984). *Faire Dire, Vouloir Dire*. Trad. bras. "Querer Dizer. Fazer Dizer". São Paulo, Hucitec, 1992.
- HENRY, P. (1975). Constructions relatives et articulations discursives. *Langages*, 37. Trad. bras. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (19) :43-64.
- HENRY, P. (1977). *Le Mauvais Outil* (Langue, sujet et discours). Trad. bras. "A ferramenta imperfeita". Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- INDURSKY, F. (1992). *A Fala dos Quartéis e as outras Vozes; uma análise do discurso presidencial da 3ª República Brasileira (1964-1984)*. Tese de doutorado. Campinas, IEL/Unicamp, 1992.
- HENRY, P. (1984). L'Histoire n'existe pas. *Studies in the History of Psychology and the social sciences*, 3. Rome. Trad. bras. In: *Gestos de Leitura*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994. p.29-55.
- LAKOFF, G. (1970). A Note on Vagueness and Ambiguity. *Linguistic Inquiry*, vol.1, n.3.
- LE GOFFIC, P. (1982). Ambiguïté et ambivalence en linguistique. *DRLAV*, n.27 :83-105.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. (1982). *Leitura Crítica da Gramática da Língua Portuguesa: visão lingüístico-ideológica*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, UFRGS.
- LEITE, Nina V. (1993). *O Acontecimento na Estrutura - o real da língua na teorização sobre o discurso: a hipótese do Inconsciente*. Tese de doutorado. Campinas, IEL/Unicamp.
- MALDIDIER, D. (1990). *L'Inquiétude du discours*. Paris, Éditions des Cendres.
- MARANDIN, J.-M. (1979). Problèmes d'analyse du discours. *Langages*, 55 :17-88.
- MARANDIN, J.-M. (1993). Syntaxe, discours du point de vue de l'analyse du discours. Trad. bras. *Sintaxe, Discurso do ponto de vista da Análise do Discurso*. In: *Gestos de Leitura*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994. p.119-44.

- MILNER, J.-C. (1978). *L'amour de la langue*. Éditions du Seuil. Trad. bras. "O Amor da Língua". Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.
- MILNER, J.-C. (1983). *Les Noms Indistincts*. Paris, Éd. du Seuil.
- MILNER, J.-C. (1985). La constitution du fait en Linguistique. In: *Histoire et Linguistique*. Paris, Éd. du CNRS.
- MILNER, J.-C. (1989). *Introduction à une science du langage*. Paris, Éd. du Seuil. 702p.
- ORLANDI, E. (1987). *A linguagem e seu funcionamento*. 2. ed. rev. e aum. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, E. (1990). *Terra à vista*. São Paulo, Cortez, Ed. da Unicamp.
- ORLANDI, E. (1992a). Discurso: fato, dado, exterioridade. (mimeo)
- ORLANDI, E. (1992b). A Língua Brasileira. *Boletim da ABRALIN* (14). ago/1993. :157-64.
- ORLANDI, E. (1993a). Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: *A Rua*. Campinas, NUDECRI/UNICAMP (no prelo).
- ORLANDI, E. (1993b). Entremeio e Discurso. 1º Seminário Interdisciplinar de Santa Maria. Santa Maria, RS (mimeo).
- ORLANDI, E. (1993c). Autoria e Interpretação. (mimeo)
- PAYER, M. O. (1992). *Reprodução, Confrontos e Deslocamentos de sentidos*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Les Vérités de la Palice*. Trad. bras. "Semântica e Discurso". Campinas, Ed. da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1981a). L'étrange miroir de l'analyse de discours. *Langages*, 62. :5-8.
- PÊCHEUX, M. (1981b). Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français. *Recherches de psychologie sociale*, 3. :97-102.

- PÊCHEUX, M. (1982a). Délimitations, retournements, déplacements. Trad. bras. Delimitações, Inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (19). IEL/Unicamp, 1990. :7-24.
- PÊCHEUX, M. (1982b). Lire l'archive aujourd'hui. Trad. bras. "Ler o Arquivo Hoje". In: *Gestos de Leitura*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994. p.55-66.
- PÊCHEUX, M. (1984). Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*, 9. :9-17.
- PÊCHEUX, M. (1988). Discourse: structure or event?. In: *Marxism and the interpretation of culture*. Trad. bras. "Discurso: Estrutura ou Acontecimento". Campinas, Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975). Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*, 37. Trad. bras. "Por uma análise automática do discurso"; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PERINI, M. A. (1976). *A Gramática Gerativa*. Belo Horizonte, Vigília.
- RIZZI, L. (1988). The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. (mimeo)
- ROBIN, R. (1985). L'Analyse du Discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu. *Langages*, 81. :121-8.
- RODRÍGUEZ, C. (1993). Algumas idéias sobre ordem/organização... (mimeo)
- SCHLIEBEN-LANGE, B. (1993). *História do Falar e História da Lingüística*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- SÉRIOT, P. (1985). Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations. *Langages*, 81.